



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 36 - Nº 722 - DE 25 DE AGOSTO A 7 DE SETEMBRO DE 2024 - R\$ 5,00



84 anos do assassinato de Leon Trotsky

**Memória Eterna ao
marxista-leninista que combateu
pela Revolução Russa e
enfrentou o revisionismo
estalinista contrarrevolucionário**

**Nossa luta pela superação da crise de direção se
assenta no marxismo-leninismo-trotskismo**

**PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL,
PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA**

**As eleições nos Estados Unidos refletem a
decomposição do capitalismo e a putrefação
da democracia burguesa**

**TRATA-SE DE CONSTRUIR O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO
SOBRE A BASE DO PROGRAMA DA REVOLUÇÃO SOCIAL**

**10 meses de matança do povo
palestino na Faixa de Gaza**

***Pela imediata e incondicional retirada
das forças de intervenção sionista e pela
autodeterminação da nação oprimida***



Eleições nos Estados Unidos marcadas pela crise mundial

Potência dominante, sobressaltada pela desintegração do capitalismo

Em todo o mundo, a classe operária, as camadas arruinadas da classe média e os povos oprimidos, mais uma vez assistem a disputa entre o Partido Republicano e o Partido Democrata. A imprensa monopolista, controlada pelos Estados Unidos, fez chegar até o último rincão da terra o teatro eleitoral da ditadura bipartidária. A máquina política, rios de dólares e poderosas empresas de comunicação montam as convenções com um público arregimentado e paramentado para aplaudir os discursos ensaiados. Os jogos de luzes e movimentos de câmaras calculados são usados como se retratassem a realidade política, econômica e social da maior potência responsável, em última instância, pela marcha da desintegração do capitalismo, pela escalada militar, pelas guerras e pelos confrontos econômicos.

Fenômeno como a crise migratória que está presente no cardápio de discussão eleitoral entre republicanos e democratas não se atém aos Estados Unidos. Trata-se de grandes deslocamentos de pobres e miseráveis que saem de seus países semicoloniais, esgotados pelo saque imperialista e pelas travas aos seus desenvolvimentos econômicos. A guerra na Ucrânia foi impulsionada pela necessidade do imperialismo de colonizar as ex-repúblicas soviéticas e derrubar o poder regional da Rússia restauracionista. Está claríssimo que a Ucrânia vem servindo de pião e de bucha de canhão para a estratégia de geopolítica ditada pela burguesia norte-americana e seus aliados europeus. O massacre e genocídio na Faixa de Gaza pelo Estado sionista somente têm sido possível devido aos navios de guerra, as bases militares e o domínio exercido sobre a feudal burguesia árabe no Oriente Médio pelo poderio da América do Norte. A guerra comercial travada contra a China não tem cor republicana ou democrata. A emergência da economia chinesa - impulsionada pelo processo de restauração capitalista e penetração do capital internacional em suas fronteiras - se tornou incompatível com a ampla dominação norte-americana alcançada após a Segunda Guerra Mundial.

Em meio à guerra na Ucrânia, à ocupação da Faixa de Gaza, aos perigos de se desencadear guerras regionais e à necessidade de frear o avanço chinês, os Estados Unidos forçam as potências europeias a fortalecerem a OTAN e alavancam sua expansão para a Ásia. Em torno às guerras e as disputas econômicas em todas as latitudes com a China, sobretudo, a Casa Branca vem tecendo uma aliança militar típica de situação de pré-guerra mundial. Eis por que se tem reiniciado a potenciação das armas nucleares.

É sintomático que recentemente houve uma queda generalizada nas Bolsas de Valores, começando pela de Tóquio. O estancamento do desabamento financeiro - que lembrou os acontecimentos de 2008 com as quebras nos Estados Unidos e em vários centros financeiros -, certamente, é provisório. O considerado bom desempenho da economia norte-americana depois da recessão de 2009, tomado em relação à estagnação na Europa, parece que tem fôlego curto. Os artificialismos de política fiscal de Biden se tornaram insustentáveis. A movimentação da indústria bélica indica a via do parasitismo para alimentar a economia tendente à queda.

O gigantesco peso do orçamento militar se faz sentir no cômputo da dívida pública norte-americana que é a maior do mundo, depois da do Japão. Isso no quadro de endividamento geral dos Estados nacionais em todo o mundo. O que limita a

ação dos governos imperialistas e coloca a inadimplência de boa parte das nações de economia atrasada e semicolonial. A via do grande capital é a de aumentar a taxa de exploração do trabalho, incrementar o saque e promover as guerras de dominação.

A corrida eleitoral nos Estados Unidos trouxe à tona a indesejável posição ultradireitista, para uma boa parcela da população norte-americana, que, derrotada nas eleições de 2020, promoveu a invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021. No entanto, o candidato à reeleição Joe Biden teve de renunciar e passar à vice-presidente, Kamala Harris, a tarefa de derrotar Donald Trump, que se achava à frente nas pesquisas.

A Convenção em Chicago foi uma tentativa de reverter os fatores negativos que inviabilizaram Biden. Armou-se uma grande unidade da cúpula democrata para fazer uma demonstração patriótica de amor aos Estados Unidos, que, nas palavras de Harris, deveriam se manter na rota da “democracia” e contra a “autocracia”. Trump havia chegado ao absurdo de acusar a candidata democrata e seu partido de “socialista”, “comunista”. Os democratas foram ao ponto de montar uma farsa em torno às negociações para um cessar-fogo na Faixa de Gaza. Antony Blinken, Secretário de Estado dos Estados Unidos, fez mais uma de suas viagens para enganar o povo americano de que Biden dedicou esforços para colocar fim ao genocídio do povo palestino.

A classe operária norte-americana, sem um partido revolucionário, sem sindicatos independentes, e acomodada à dominação mundial dos Estados Unidos, não tem podido intervir com um programa próprio nas eleições. A divisão mantida pela ditadura do bipartidarismo arrasta as massas de um lado e de outro. Mas não se deve ignorar a aversão crescente de uma camada que são se adapta ao teatro dos republicanos e democratas. O mais significativo, porém, foram as manifestações de condenação à política de Biden de apoiar o Estado de Israel.

O eleitorado mais ao centro e à esquerda segue o Partido Democrata. Isso explica a existência de uma fração ainda que débil, como a representada pelo senador Bernie Sanders, de se colocar em posição crítica em relação às guerras na Ucrânia e Faixa de Gaza. As diferenças entre os republicanos e democratas, entre Biden-Kamala e Trump, se dão principalmente em torno aos direitos civis, à moralidade e à política de imigração. As semelhanças permanecem ocultas aos olhos dos norte-americanos.

Os Estados Unidos oprimem povos no mundo e ajudam as demais potências a manter sua dominação como resultado da partilha do mundo realizada na Segunda Guerra Mundial. Nota-se a limitação das manifestações das bases democratas diante das guerras, embora sejam importantes para assinalar o caminho da luta anti-imperialista.

Diante das eleições e disputas interburguesas, trata-se da vanguarda com consciência de classe reconhecer as razões da crise de direção e colocar-se pela construção do partido marxista-leninista-trotskista nos Estados Unidos, como parte da reconstrução da IV Internacional. Trata-se de travar a luta contra o domínio imperialista sob a orientação do programa da revolução social. Trata-se de erguer a frente única anti-imperialista em defesa das nações oprimidas.

O Partido Operário Revolucionário diante das eleições municipais

O que esperar das eleições municipais

A corrida eleitoral está em pleno vapor. Realizaram-se as convenções, estabeleceram as candidaturas e definiram as coligações. O PT e o PL se destacam como as principais forças políticas. Tudo indica que as eleições municipais estarão influenciadas por Lula e Bolsonaro.

A direção petista decidiu concentrar força em 13 capitais. Nas demais, montaram alianças. Embora tenha definido o PL como o principal adversário, não criou impeditivos para alianças. Bolsonaro e bolsonaristas mais radicais não pretendiam alianças em que comparecesse o PT, mas tiveram de engolir acordos com petistas e aliados de centro-esquerda.

Os partidos historicamente aliados do PT, como o PSB, PDT e PCdoB, ficaram com as mãos livres para qualquer composição. Assim, o denominado “campo de esquerda” se mescla com partidos de direita, ultradireitista e centro-direita. Nesse terreno, as principais composições incluem o MDB, PSD, PSDB e PP. O PCdoB compôs federação com o PT, procurando sobreviver às normas antidemocráticas da cláusula de desempenho, melhor dito, cláusula de barreira. Isso lhe custou a capacidade de lançar candidaturas. Em 2020, concorreu em 12 capitais. Agora, não terá nenhuma candidatura a prefeito nessa esfera.

O PSOL não é propriamente dito um aliado circunstancial do PT porque se formou como uma de suas costelas com o rompimento de uma fração parlamentar descontente em junho de 2004. Nunca deixou de ser um aliado do PT, expressando seguidismo ao nacional-reformismo. Em especial, ocupa um lugar de destaque com a candidatura de Guilherme Boulos em São Paulo.

As várias correntes de esquerda que ainda permanecem em seu interior, como MES etc., se decompueram até a medula, mergulhados no democratismo pequeno-burguês. As correntes que deixaram o PSOL – CST e Esquerda Marxista (OCI) – não romperam com as suas raízes de classe média e se acham perdidas, tendo de procurar abrigo em alguma tenda eleitoral. O MRT que faz parte do campo centrista – mal se denominando trotskista – necessita da sombra do PSTU, que no final das contas sempre acaba votando em Lula/PT. Não é difícil que se coloque pelo voto em Boulos no caso de um segundo turno.

As correntes de esquerda que se reivindicam do estalinismo ou do trotskismo – entre esses dois campos, se encontram correntes mescladas -, que se acham legalizadas, estão distribuídas em 22 capitais, respectivamente PSTU 16, PCO 15, UP 10, PCB 2. O PSOL comparece em 16 capitais. Chama a atenção o pequeno número de candidatos do PCB, que, provavelmente, tem se enfiado em vários tipos de coligações. Chama a atenção também a abrangência da UP que se reivindica do estalinismo e que participou pela primeira vez nas eleições de 2020. O PCdoB, como vimos, renunciou sua condição de partido independente submetendo-se à Federação Brasil da Esperança.

Os partidos terão fartos recursos para suas campanhas. No total, receberam R\$ 4,9 bilhões. Os dois maiores partidos, que são o PL e PT, abocanharam R\$ 886,8 milhões e R\$ 619,8 milhões, respectivamente.

As correntes de esquerda receberam cada uma do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (Fundo Eleitoral) R\$ 3,4 milhões. Esses valores explicam, em grande parte, a projeção dos seus aparelhismos eleitorais. A influência política nas eleições é quase nula. Por não expressarem uma fração da classe operária

e dos explorados em geral, essas correntes não conseguem vencer uma camada representativa da maioria oprimida a se colocarem contra os partidos da burguesia. Acrescenta-se o fato de comparecerem estilhaçadas.

As correntes que se reivindicam do trotskismo mal disfarçam suas características centristas e oportunistas, de forma que não têm como se diferenciarem das correntes estalinistas. O fundamental da presença das esquerdas está em que nenhuma delas encarna concretamente as tendências da luta de classes e a organização de uma fração do proletariado. E não intervêm nas eleições com o programa da revolução social, que, como tal, se vincula ao proletariado e aos demais trabalhadores por meio da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

O proselitismo eleitoral à esquerda e a crítica ao nacional-reformismo petista e à ultradireita bolsonarista não têm como ser reconhecidos nem mesmo por uma camada mais avançada e descontente dos oprimidos diante do governo burguês de Lula e da oposição obscurantista.

A corrente que mais tem expressão sindical é o PSTU, que dirige vários sindicatos e controla a CSP-Conlutas. O fato de ter constituído uma burocracia sindical à esquerda em relação às burocracias centrista e direitista não lhe permite canalizar a revolta dos oprimidos, que teria como imprimir nas eleições uma posição de independência de classe, que só pode ser encarnada pelo partido revolucionário, marxista-leninista-trotskista.

O PCO é uma corrente pequeno-burguesa que se organizou à sombra do PT, cujo seguidismo a Lula ficou mais do que patente nas eleições presidenciais de 2022.

A UP vem se identificando como uma corrente vinculada a setores populares, sem que seja expressão de uma fração da classe operária. Ocupa o lugar deixado pelo PCB e PCdoB.

As contradições do centrismo representado pelo PSTU entram como um fator que auxilia os estalinistas da UP a se erguerem diante de uma parcela da juventude. A sua legalização a colocou em pé de igualdade com as demais correntes de esquerda legalizadas.

Esse quadro eleitoral evidencia a ausência de um partido revolucionário que tenha conquistado sua legalidade pela via da luta de classes. As correntes centristas se valem da ideia de uma “alternativa de esquerda”. Confundem o oposicionismo eleitoral pequeno-burguês com a oposição revolucionária que materializa as diretrizes programáticas da revolução social. “Alternativa de esquerda” ao nacional-reformismo petista e aliados e à direita e ultradireita corresponde à adaptação do centrismo à democracia burguesa e ao aparato sindical. Eis por que as frentes eleitorais de esquerda, como mostram as experiências passadas, não se organizaram sob o programa, a estratégia e a tática da política de classe do proletariado. A bandeira de voto em uma “alternativa de esquerda e socialista” não passa de uma manobra dos centristas, capitaneada pelo PSTU.

Somando o peso de cada corrente de esquerda, mesmo assim não terá nenhuma influência nos marcos da disputa burguesa pelo controle político dos municípios. O problema fundamental não é esse, mas o fato de nenhum desses partidos e candidatos expressarem o programa da revolução social. A ilusão que os partidos da ordem semeiam no processo eleitoral não pode ser combatida com palavreados esquerdistas, como o de que é possível “derrotar os



Está claro que o PT e o PL condicionarão o curso das eleições municipais. Os demais partidos da burguesia estarão de um lado ou de outro com suas alianças políticas. As esquerdas pulverizadas não terão como superar a sua diluição em meio à onda eleitoral. Isso se deve à diretriz democratizante que as adaptam ao atraso das massas e às pressões aparelhistas no sentido de que a obtenção de votos em torno à propaganda esquerdizante se potencializarão como partido.

bilionários capitalistas e não governar em alianças com eles". É o que diz o PSTU, acenando com reformas em favor dos trabalhadores no terreno do capitalismo em profunda decomposição.

Está claro que o PT e o PL condicionarão o curso das eleições municipais. Os demais partidos da burguesia estarão de um lado ou de outro com suas alianças políticas. As esquerdas pulverizadas não terão como superar a sua diluição em meio à onda eleitoral. Isso se deve à diretriz democratizante que as adaptam ao atraso das massas e às pressões aparelhistas no sentido de que a obtenção de votos em torno à propaganda esquerdizante se potencializarão como partido. Cabe à vanguarda revolucionária, marxista-leninista-trotskista, intervir nesse processo com a política de independência de classe, defendendo o programa de reivindicação dos explorados, expondo os métodos coletivos da ação direta e apresentando a estratégia da revolução social. Nesse embate, denunciar e rechaçar o eleitoralismo burguês e pequeno-burguês. Faz parte desse enfrentamento, a exposição aos operários, demais trabalhadores e à juventude oprimida a necessidade de impulsionar a construção do Partido Operário Revolucionário.

Condições em que se realizam as eleições

O PT tem a seu favor a queda da taxa de desemprego. Lula se diz otimista com a economia. A inflação não se elevou como se esperava. Os programas sociais – como o Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida etc. – teriam evitado o aumento da miséria e fome. O comércio exterior continua a gerar divisas com as exportações de commodities. O arcabouço fiscal e a reforma tributária indicariam para os capitalistas que o governo persegue o fundamento econômico do equilíbrio fiscal, sem, contudo, prejudicar o crescimento econômico. Esse é o lado benéfico para as candidaturas do PT e de seus aliados. Teriam o que mostrar para canalizar votos e competir à altura com o PL e aliados, ou seja, a ultradireita e a direita.

É possível, por outro lado, amenizar a brutalidade da informalidade, da terceirização e dos baixos salários que castigam a maioria oprimida. Ainda mais: a situação econômica do momento ainda permite ocultar dos explorados o que vem pela frente. As contrarreformas impostas até agora, principalmente desde os governos de Temer e Bolsonaro, como a trabalhista e previdenciária, terão de ser completadas. Estão à vista a reforma administrativa e uma nova investida na Previdência. Os cortes orçamentários na saúde e educação já são sensíveis, mas mostrarão seus resultados maléficis um pouco mais adiante. O peso da dívida pública cresce e o capital financeiro pressiona para ajustar o Tesouro da União ao pagamento de juros e amortizações, que já consomem mais de 40% do orçamento do Estado.

Quem paga pelo capital parasitário e especulativo sustentado pelo Estado nacional são a classe operária, os camponeses e demais trabalhadores. Eis por que o terceiro mandato de Lula não rompe com círculo de ferro dos credores da dívida pública e dá continuidade aos programas de contrarreformas. No terreno da

superexploração da força de trabalho, do subemprego, da informalidade, da terceirização e de milhões de famílias sobrevivendo com a um a menos de um salário-mínimo manifestam-se e crescem todo tipo de enfermidade social.

Não é possível mascarar a pobreza, a miséria e a fome, por se tratar de milhões e milhões de seres humanos. A política burguesa – de direita ou esquerda – pode obter êxitos para determinados grupos capitalistas ou favorecer as camadas mais restritas da alta classe média, mas não têm como deter a marcha da desintegração do capitalismo e das suas violentas crises sociais.

As eleições em geral são instrumento da burguesia para direcionar sua política econômica e sua dominação de classe para esse ou aquele objetivo ditado pelas circunstâncias. Quando as divisões são profundas e se perde o controle da luta de classes, essa recorre à ditadura militar. O Brasil tem suas experiências nesse campo suportando vinte e um anos de regime das Forças Armadas. Sob a ditadura ou sob a democracia, a maioria explorada não teve como se libertar do fardo da miséria.

É claro que com o crescimento econômico houve elevação relativa nas condições de existência dos oprimidos, sem, porém, se verem livres da pobreza e fome. O capital cada vez mais concentrado e as massas submetidas ainda mais à grande propriedade privada dos meios de produção impossibilitam reformas democráticas e populares voltadas diretamente às necessidades mais elementares da maioria da população. A esperança de que o fim da ditadura e a volta da democracia teriam a função de arrancar as massas da profundidade da pobreza e miséria se esgotou com a construção do PT como instrumento de Estado e a eleição de um presidente operário que fez carreira na política burguesa por meio dos sindicatos que são organizações criadas para lutar contra a exploração capitalista do trabalho.

Essa contradição sobrevive com a estatização dos sindicatos que foram apropriados por uma burocracia que serviu e serve à política burguesa, e assim acabaram sendo estatizados. A política de conciliação de classes se encorpou e ganhou força por meio do PT, de aliados e de seguidores de esquerda. Lula e o PT demonstraram claramente que, como agentes da burguesia, submeteram sua política à grande propriedade privada e em especial ao capital financeiro.

A política de conciliação de classes se mostrou pela experiência como contrarrevolucionária, uma vez que desviou e bloqueou a luta instintiva do proletariado, comprometendo a independência dos sindicatos, abandonando o programa de reivindicações e sufocando seus métodos próprios de luta, ao mesmo tempo que abriu caminho para as forças burguesas da ultradireita fascizante.

As condições que se realizam as eleições municipais estão determinadas pela política de conciliação de classes cambaleante que no momento se expressa desde o governo Lula e pela contraofensiva da ultradireita e direita que necessitam das prefeituras, principalmente das capitais para se manter como força burguesa pronta para tirar do poder a coligação que assenta na caricatura de governo de conciliação de classes. As várias candidaturas de correntes de esquerda se perdem nesse emaranhado, por incapacidades de se diferenciarem da política de conciliação de classes e por não expressarem uma fração independente do proletariado diante das forças burguesas em disputa.

Crise geral do capitalismo

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O trotskismo diante da tarefa de construir o partido revolucionário

RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, A VIVÊNCIA

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

Não há como ignorar que a disputa eleitoral pelas prefeituras se passa em um momento extraordinariamente grave da decomposição do capitalismo em nível mundial. Querendo ou não, as guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza se refletem em toda a parte.

O Brasil sob a condução do governo de frente ampla montado por Lula tem sido obrigado a se posicionar. O que envolve o conjunto dos partidos da burguesia e o campo das correntes de esquerda. No entanto, os partidos e candidatos têm feito o máximo para evitar que os reflexos das guerras se manifestem na disputa eleitoral. Foi sintomático o fato do candidato Boulos, que havia se pronunciado contra o genocídio na Faixa de Gaza e condenado o sionismo, recuasse e se calasse. As correntes de esquerda, por sua vez, não colocam em suas campanhas, via de regra, as bandeiras do internacionalismo proletário.

O bolsonarismo (PL) é bem definido em seu alinhamento pró-imperialista e pró-sionismo. O PT expressa as contradições da política exterior do governo Lula que não tem como se alinhar completamente às posições dos Estados Unidos e da aliança imperialista e, ao mesmo tempo, evita contrapor-se às ações do imperialismo, tanto no caso da Ucrânia quanto no da Faixa de Gaza.

De passagem, é preciso assinalar o significado da guerra comercial dos Estados Unidos contra a China que vem ganhando maior dimensão mundial. Sem uma definição claramente anti-imperialista, o PT e o governo Lula se movimentam em ziguezague. As correntes de esquerda com suas diferenças e divergências se mostram incapazes de combater as posições do PL e do PT, que de resto comparecem em todos os partidos da burguesia.

O POR considera necessário o posicionamento cristalino diante das guerras de dominação, da organização do movimento independente dos explorados em relação a todas as variantes burguesas e do imperativo de dar expressão ao programa da revolução social e, portanto, do internacionalismo proletário.

Intervenção do Partido Operário Revolucionário nas eleições

As grandes cidades, principalmente as capitais, refletem com maior clareza as contradições do capitalismo. Entre elas, a abundante riqueza concentrada em poder exploradores e a ampla pobreza das massas. Mas, é a miséria que expõe a impossibilidade da burguesia diminuí-la e superá-la.

Por serem eleições para prefeitos e vereadores, os partidos desenvolvem suas campanhas em torno a determinados problemas locais. São eles: moradia, família, segurança, educação, saúde, saneamento, transporte e infraestrutura urbana. Deles, decorrem outros aspectos, como proteção da mulher, da criança e da juventude.

As autoridades municipais são administradores locais das relações sociais que emanam das relações econômicas. De conjunto, as prefeituras formam a gigantesca engrenagem de movimentação e a base de sustentação do capitalismo e de seu Estado. Os partidos, portanto, para exercerem o poder nacional, central, se alicerçam nos poderes locais e regionais. Geralmente, prevalecem a vassalagem oligárquica sobre as massas, que dependem mais diretamente dos prefeitos, vereadores e respectivos partidos. Eis por que as prefeituras são muito importantes para a estrutura político-organizativa dos estados da federação.

Essa organização limita o significado e a abrangência das eleições municipais. Seja qual for o candidato e partido dominante nos municípios, estará na dependência dos governadores e, em última instância, do governo central. Prevalece, portanto, o conservadorismo e o reacionarismo.

As massas atomizadas e concentradas em bairros empobrecidos ou favela de miseráveis se acham no polo oposto dos bairros

ricos que como tais são minoritários, mas dominantes para as decisões governamentais. Em todos os aspectos, os problemas acima descritos não fazem parte dos bairros ricos. Não deixam, porém, de serem afetados, uma vez que a segurança está voltada à proteção da propriedade privada dos meios de produção e do bem-estar da burguesia e da alta classe média.

A segurança nos bairros e favelas de operários, de pequenos comerciantes e serviços tem a função precípua de repressão. O crescimento de hordas de desempregados e subempregados os tornam celeiros de todo tipo de enfermidades sociais. Não é por outra razão que o narcotráfico, as milícias e as quadrilhas vicejam nos bairros dos pobres e miseráveis e se refletem nos bairros dos ricos e privilegiados, arrastando-os para o fenômeno geral da decomposição social que atinge milhões e milhões de brasileiros que dependem da venda da força de trabalho.

As contradições profundas e explosivas vão alimentar os fatores sociais da expansão da pobreza e miséria que inviabilizam as soluções assistenciais por mais amplas que sejam e avultam as medidas policiais. A saúde e educação públicas não apenas têm abrangência insuficiente como não podem responder às necessidades mais prementes da maioria. Distinguem-se frontalmente dos privilégios da minoria rica e exploradora.

O drama das famílias que correm para encontrar uma vaga nas creches vem à tona nas eleições como críticas aos prefeitos da situação e demagogia de fáceis soluções às oposições. A violência contra a mulher, as crianças e adolescentes é jogada na mesa das campanhas como cartas comuns do dia a dia.

As discussões sobre uma polícia mais violenta ou mais humanizada entra facilmente no cardápio dos candidatos. Todos têm uma fórmula para a política de segurança pública, de ampliação da assistência social, de maior inserção das massas no sistema de saúde e de educação. O eterno problema do transporte público é retomado com a mesma roupagem com este ou aquele remendo.

Há administração que aplica mais em favor da população trabalhadora do que outras, mas não altera a fonte geradora da pobreza, miséria, empobrecimento dos bairros populares e avanço da favelização. O fenômeno dos moradores de rua persiste, se amplia e se complica com o narcotráfico. Duas unidades da federação que retratam bem essa situação são o Rio de Janeiro com a proliferação das milícias e São Paulo com a Cracolândia a céu aberto. Mas, se nota a gravidade em estados como Bahia e Ceará. Em todas as capitais a miséria e a criminalidade se interpenetram.

Esse quadro resumido atesta que o capitalismo em decomposição não comporta reformas democráticas e populares. As esquerdas que apresentam suas candidaturas como via de “derrotar os milionários” e voltar as prefeituras para proteger os sem-teto, favelados, desassistidos e famintos mentem desavergonhadamente. Exploram a miséria e as dores dos oprimidos para se erguerem nos marcos da política burguesa reformista.

É dever denunciar o fato no caso particular da candidatura de Boulos de que é produto dessa exploração, que se compatibilizou com a orientação pequeno-burguesa do PSOL. Evidentemente, emergiu no emaranhado da política reacionária do MDB, aliados de direita e de ultradireita, que tem se chocado com as necessidades básicas da população da megalópole paulista.

Somente é possível intervir nas eleições – tanto municipal quanto estadual e nacional -, do ponto de vista revolucionário, com o programa de defesa da vida das massas e de combate ao capitalismo. A defesa do voto nulo é um chamado aos explorados a não confiarem nas eleições e nos partidos burgueses e pequeno-burgueses. Um chamado a confiarem em suas forças coletivas, organizadas e mobilizadas pelas reivindicações e pelos objetivos da revolução social de acabar com a pobreza, miséria, fome e toda sorte de opressão.

Programa de reivindicações



O programa da classe operária implica o método da ação direta e a organização coletiva independente do Estado, dos partidos da burguesia e de toda variante de política de dominação capitalista. O enfrentamento da pobreza, miséria e fome comparece como ponto de partida da luta de classes. As eleições são apenas um episódio do funcionamento do Estado e expressão política de uma das variantes de regime político que serve à manutenção da ditadura de classe da minoria capitalista sobre a maioria oprimida. Eis por que não se trata de elaborar um programa para as eleições.

Em agosto começou a correria eleitoral e em outubro concluiu-se o primeiro turno. Sairá um rearranjo das forças burguesas que comandam as esferas políticas do Estado. A demagogia e as falsificações que serviram para arrastar as massas a elegerem seus algozes ficam para trás no dia seguinte. Isso se passa com todo programa eleitoral. Fazem parte desse esquema, o cinismo socialista das esquerdas e estas ou aquelas críticas ao capitalismo, bem como as bandeiras que no geral comparecem como corretas do ponto de vista das reformas.

A intervenção revolucionária nas eleições se faz com o programa, as bandeiras particulares e as respostas concretas que já vinham sendo desenvolvidas no dia a dia, portanto, completamente indiferente se ocorreriam ou não eleições. Os acontecimentos anteriores que atingem a vida das massas e as condições gerais que reproduzem incessantemente a pobreza, miséria e fome imprimem nas diretrizes do partido revolucionário a ação voltada a organizar a luta dos explorados e impulsionar sua elevação política e ideológica.

As demissões, fechamento de fábricas, campanhas salariais, avanço da terceirização, medidas governamentais, colaboração da burocracia sindical, bloqueio às lutas, assassinatos de lutadores agrários e indígenas etc. não dependem de eleições, mas podem se projetar de maneira deformada nas disputas políticas interburguesas, ou então ser tomadas pela luta revolucionária.

É obrigatório que a vanguarda com consciência de classes não desconheça e não menospreze esse momento em que os partidos da burguesia se apresentam à procura do apoio dos explorados, para os quais no dia seguinte virarão as costas e apontaram as armas da ditadura de classe da burguesia. Somente o programa da classe operária – que é o da revolução social – pode estabelecer o

caminho da solução das profundas e amplas contradições do capitalismo que se manifestam nos bairros e nas favelas populares empobrecidos e miserabilizados, onde se produzem as tragédias diárias.

A luta pelo emprego a todos aplicando-se a escala móvel das horas de trabalho, estabilidade no emprego, salário mínimo vital com reajuste automático de acordo com a inflação constitui o ponto de partida de combate à miséria e fome. O programa de reivindicação operário e popular é amplo. Nas eleições, se destacam bandeiras econômicas e democráticas como nenhuma criança sem creche; nenhum jovem sem escola e trabalho; escola pública a todos; fim dos privilégios aos ricos; chega de matança promovida pela polícia, desmantelamento total da Polícia Militar, organização da autodefesa nos bairros independentemente do Estado; entre outras.

Esse programa depende da organização que parta da classe operária desde as fábricas aos bairros, como uma unidade da força social que realiza a produção social. A todo momento, está posta a defesa da construção do Partido Operário Revolucionário. As eleições são uma tribuna para atacar a política burguesa de dominação de classe e se dirigir aos explorados com a bandeira de pôr em pé o partido da revolução social. A propaganda do programa e a demonstração de como lutar por elas concretiza a necessidade de o proletariado ter seu próprio partido.

A bandeira do internacionalismo proletário pelo fim das guerras de dominação na Ucrânia e na Faixa de Gaza é parte do programa da revolução social que se aplica nas condições particulares do Brasil. O POR se guia pelas respostas dadas pelo Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), que tem em seu fundamento a luta de classes e a estratégia da revolução social. Em especial, luta pela constituição da frente única anti-imperialista para derrotar as forças do sionismo, combate pelo fim da opressão nacional ao povo palestino e por uma República Socialista da Palestina; combate pelo fim do cerco da OTAN à Rússia, por uma paz sem anexação na guerra da Ucrânia e pela retomada do movimento revolucionário pelas conquistas da Revolução Russa de Outubro de 1917 e pela reedificação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que encarnou a luta dos povos oprimidos pelo direito à autodeterminação.

Fortaleza/CE

Esquerdas se adaptam ao eleitoralismo: defender o programa de ação da classe operária e demais explorados

Voto nulo em defesa das reivindicações operárias e populares

Nas eleições municipais de Fortaleza, ao menos 3 candidaturas se reivindicam do campo da esquerda: Técio Nunes (PSOL), Chico Malta (PCB) e Zé Batista (PSTU). A candidatura de Evandro Leitão (PT), que tem por trás nomes como Camilo Santana/PT e Cid Gomes/PSB, é na verdade a coligação do governo do estado, abertamente burguesa. Por sua vez, a UP que havia postulado a candidatura de Haroldo Neto retirou seu nome da disputa num acordo eleitoral com PSOL para apoiar Técio. O eleitoralismo tem marcado profundamente estas candidaturas.

O PSOL lançou oficialmente seus postulantes a prefeito e vereador no dia 16/08 na praça da Gentilândia. Técio Nunes representa a ala direita do PSOL. Sua esposa, Adelita Monteiro, também do PSOL, integra o governo Elmano/PT, sendo titular da Secretaria de Juventude. O programa apresentado pelo partido não podia deixar de ser um programa burguês de melhor gerenciamento da

cidade, adaptação às mudanças climáticas, defesa do meio ambiente, melhorias na política de segurança pública, melhor gestão da saúde municipal etc. Trata-se, portanto, de uma candidatura pró-burguesa, que se mascara de socialista e que mal se diferencia do PT que governa o estado para o empresariado.

O PCB, que anteriormente esteve coligado com o PSOL, oficializou o nome de Chico Malta com a perspectiva de recuperar o terreno perdido após a cisão do partido em 2023. De fato, não apresentou nenhuma justificativa séria para a não coligação com os reformistas. O PCB, que iniciou formalmente sua campanha dia 17/08, no Centro de Fortaleza, apresentou um programa de democratização do Estado burguês: chamar a população a participar da gestão da cidade, a discutir projeto de segurança pública, moradia, educação etc. Malta se propõe a discutir a requalificação dos prédios públicos desocupados e a criar “fábrica de moradias” para

resolver o problema habitacional da cidade. Como se vê, trata-se de mais uma candidatura voltada a gerir melhor a cidade.

O PSTU apresentou uma candidatura própria a prefeito (como nas eleições anteriores) com o nome de Zé Batista. Em seu programa, se coloca como “oposição de esquerda” a Lula/Elmano e se propõe a combater as candidaturas da ultradireita de Wagner/União Brasil e André Fernandes/PL. Defende projeto de obras públicas, e um “programa socialista que possa mudar a vida do trabalhador da cidade de Fortaleza.” Chama atenção o fato de não denunciar as eleições burguesas como uma farsa e não chamar as massas a transformar sua realidade com as suas próprias mãos, assim como o ataque feito a Nicolás Maduro nas condições em que o imperialismo pressiona por sua derrubada. Desgraçadamente, Zé Batista e o PSTU almejam um “governo dos trabalhadores”, saído das urnas e capaz de administrar a cidade apoiando-se nos explorados.

As candidaturas colocadas expressam, irretocavelmente, a política eleitoral de seus partidos. Rejeitam qualquer plenária uni-

ficada, aberta e democrática para discutir com todos os agrupamentos que se reivindicam da esquerda uma intervenção comum nas eleições, e o mais importante, uma intervenção comum nas lutas diárias dos explorados, com a defesa dos seus métodos próprios de luta. Cada organização corre atrás de sua própria projeção eleitoral, alimentando ilusões nas massas de que suas conquistas podem ser obtidas através do voto. Viram as costas, portanto, à necessidade de uma frente única de combate que unifique os explorados em defesa dos empregos, salários, direitos, moradia, revogação das contrarreformas etc.

O POR não tem registro eleitoral e, por isso, encontra-se impossibilitado de apresentar seus candidatos e defender seu programa que é o da revolução proletária. Por esta razão, está obrigado a defender o voto nulo sobre a base de um programa de reivindicações e dos métodos da ação direta. Convoca os explorados a não depositarem nenhuma confiança nas candidaturas burguesas, pró-burguesas e eleitoreiras de esquerda. Chama os trabalhadores e juventude pobre a construir o Partido Operário Revolucionário.

Rio Grande do Norte

PT forma frente ampla para disputar prefeitura de Natal/RN contra oligarquia Alves e bolsonarismo

A aliança firmada em 2022 entre o ex-prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves (PSD) e a governadora Fátima Bezerra (PT) se rompeu logo após as eleições de 2022, com a vitória da então governadora (com o vice Walter Alves, do MDB) e a derrota de Carlos Eduardo para o Senado. Dessa forma, nas eleições de Natal, a candidatura de Natália Bonavides (PT) é composta por uma ala da oligarquia Alves (MDB), por meio da frente ampla burguesa com PT, PCdoB, PV, PDT, MDB e PSB, e apoiada pelo PSOL e UP. Como se vê, o PT repete a mesma estratégia de composição de uma frente burguesa para constituir um governo burguês, que tão somente administrará o capitalismo e descarregará o peso da crise sobre os explorados.

A outra ala da oligarquia Alves, do ex-prefeito Carlos Eduardo (PSD), lidera as pesquisas de intenção de voto com 37%, seguido com 21,7% pela candidatura de Paulinho Freire (União Brasil), da coligação que une Republicanos, PSDB/Cidadania, PP, Podemos, Solidariedade, PL e União Brasil, e que é apoiada pelo atual prefeito de Natal Álvaro Dias (Republicanos). Em terceiro lugar, está Natália Bonavides (PT/PV), com 15,8%.

O apoio da UP e PSOL a candidatura de frente ampla burguesa do PT expressa a submissão dessa esquerda pequeno-burguesa eleitoreira ao reformismo petista, sob o argumento, adotado a nível nacional, de derrotar a direita. Assim, contribuem para disseminar as ilusões nos explorados de que se combate a direita por meio das eleições, e não pelos métodos próprios da ação direta.

O apoio do PSOL à Natália foi precedido de uma crise interna, com uma divisão no interior da corrente majoritária que dirige o diretório municipal, o MES. Inicialmente, o diretório municipal havia anunciado a pré-candidatura de Camila Barbosa (MES/PSOL) à prefeitura. No entanto, o ex-deputado estadual Sandro Pimentel (também do MES) recorreu à executiva nacional, que por sua vez interveio no sentido de cancelar a convenção que aprovaria a candidatura própria. Diante das pressões da executiva nacional, Camila Barbosa, numa manobra oportunista, abandonou a pré-candidatura e anunciou que concorreria como vereadora. Toda essa divergência interna dizia respeito tão somente a ter ou não candidatura própria no primeiro turno. No segundo turno, certamente o PT teria o apoio do PSOL para a frente ampla.

Cabe analisar também, por fim, a candidatura a prefeito de

Nando Poeta (PSTU), que defende “construir uma alternativa que enfrente a oligarquia dos Alves de Carlos Eduardo”, “a barbárie da extrema direita bolsonarista”, “mas também uma alternativa de oposição de esquerda ao PT de Natália Bonavides”. Em entrevista ao Extra Classe (SINTE/RN, em 20/08/2024), afirmou que “quando a gente fala construir o socialismo, não vamos esperar que a revolução aconteça para a gente dar um passo na construção do socialismo. Então dentro ainda do capitalismo, vivendo ainda essa barbárie que a gente vive, a gente tem de dar os primeiros passos na busca de construir uma sociedade socialista”. A ideia de “dar os primeiros passos” para “construir uma sociedade socialista” ainda dentro do capitalismo é utópica, pois o socialismo só pode ser construído tendo como ponto de partida a revolução proletária, com a tomada do poder pelo proletariado e a expropriação revolucionária da burguesia. Com essa formulação, se pretende propagandear a ideia de que as conquistas eleitorais seriam um caminho para derrotar os capitalistas e avançar no sentido do socialismo. A candidatura do PSTU expressa o centrismo, que se refere, em palavras, à revolução socialista, mas diz que “não vamos esperar que a revolução aconteça”, cultivando a ilusão nas massas de ser possível melhorias significativas “dentro ainda do capitalismo”, por meio de uma “alternativa” eleitoral ao petismo, à oligarquia e ao bolsonarismo.

O POR comparece às eleições burguesas chamando o voto nulo, em virtude dos obstáculos legais que impedem de lançar candidaturas. Denuncia a democracia burguesa como uma máscara da ditadura de classe da burguesia sobre os explorados. Uma candidatura revolucionária seria aquela que expressasse, já na campanha, as lutas dos explorados por suas reivindicações. Por isso, o POR também chama o voto nulo vinculado com o chamado as massas a não ter ilusões na via eleitoral, e lutar pelas suas reivindicações, com o método da ação direta.

Em São Gonçalo do Amarante/RN, PT disputa continuidade na prefeitura

O atual prefeito Eraldo Paiva (PT) formou uma aliança burguesa com o MDB, Republicanos, PCdoB e PV. A presença da oligar-

quia Alves, (Garibaldi Alves, MDB) se expressa na candidatura do vice-prefeito, Poti Neto (MDB), demonstrando o retorno dos Alves no estado do RN e da família Cavalcante, que também já governou a cidade. As alianças se dão em acordo com a política nacional da frente ampla do governo Lula e do governo Fátima (PT/MDB).

A segunda candidatura é do ex-prefeito Jaime Calado (PSD) em aliança com Podemos, PL, Solidariedade, União Brasil. Jaime Calado foi Secretário de Desenvolvimento do RN do governo Fátima Bezerra, e se afastou do cargo para se candidatar a prefeito. Jaime Calado, quando foi prefeito, perseguiu os movimentos so-

ciais, e processou as lideranças sindicais do Sinte/núcleo SGA e Sindsaúde.

Nas pesquisas, os dois candidatos estão quase empatados. A terceira candidatura é de Gabi (Gabriela), de ultradireita, com a aliança dos partidos Novo e Avante. É praticamente desconhecida para a população do município, sem expressão nenhuma.

O Partido Operário Revolucionário defenderá o voto nulo pelas reivindicações e pela construção da revolução proletária, como forma de lutar pela independência política do proletariado e demais explorados.

João Pessoa/PB

A disputa eleitoral em João Pessoa, Paraíba

Entrando na segunda metade do mês de agosto, as eleições burguesas pela disputa da capital da Paraíba estão a pleno vapor. Nos últimos dias, já se vê explorados carregando faixas com o rosto e número dos candidatos em troca de alguns trocados.

Cícero Lucena (PP) tenta a reeleição. As pesquisas divulgadas pela mídia local o apontam como favorito. Em todos os cenários de segundo turno testados, Lucena ganharia. Tenta seu quarto mandato, uma vez que teve dois seguidos entre 1997 e 2005. É velho conhecido dos paraibanos, tendo sido senador por 8 anos e passado brevemente pelos cargos de governador e vice-governador. Tem um patrimônio declarado de quase 2 milhões e conta com uma robusta coligação (PP, PSD, Republicanos, Avante, DC, PSB, PDT, MOBILIZA, Agir e Solidariedade) e o apoio manifesto do atual governador paraibano João Azevedo (PSB). Nos anos 80 e 90, foi do PMDB e de 2001 até 2020 do PSDB, antes do atual mandato pelo PP. Seu filho é deputado federal e sua esposa ex-vice-governadora do mandato de Cássio Cunha Lima. Tanto os Lucena quanto os Cunha Lima são famílias que participam das oligarquias políticas paraibanas há muito tempo, vinculadas às duas maiores cidades do estado.

Marcelo Queiroga (PL) é o candidato da ultradireita, contando com o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro. Mas há membros do grupo, candidatos a postos de vereador que expressam apoio a Lucena, por motivos de “lealdade”; entenda-se troca de favores. Isso mostra que entre a candidatura de centro-direita e ultradireita há diferenças. Dentro do PL, o comunicador Nilvan Ferreira desistiu da candidatura alegando perseguições por parte do diretório estadual do partido. Nessa disputa interna, o ex-ministro da saúde levou a melhor, em que pese sua atuação desastrosa, de cunho obscurantista, durante a pandemia. Sua coligação conta apenas com o NOVO.

O Podemos sai com candidatura própria, o segundo milionário da lista, Ruy Carneiro. Ex-PSC, tendo já passado pelo PMDB e pelo PSDB, é um parlamentar treinado na politicagem burguesa: já foi vereador, deputado estadual e deputado federal. Conta com a segunda maior coligação, que inclui alguns partidos tradicionais da direita (PODEMOS, MDB, União Brasil, PSDB, Cidadania e PRD). Tem o apoio de Cássio Cunha Lima, atual presidente do PSDB Paraíba, de quem foi vice na chapa ao governo estadual em 2014.

Pelo PT temos o também ex-prefeito e mais um milionário, Luciano Cartaxo. A disputa interna se deu entre ele e a deputada Cida Ramos, demorou um pouco a se resolver, mas o pêndulo pesou para aquele que tem mais ligações com a política local, como com o ex-governador Ricardo Coutinho. Lula apoia o candidato com fotos em santinhos e agenda local para fortalecer a candidatura petista. Aqui importa mencionar a questão do PSOL, em processo conturbado que envolveu judicialização. O diretório nacional do PSOL, já no fim da linha, deu carta branca para uma decisão

local que foi internamente polêmica: não teria candidatura própria, apoiando Cartaxo desde o primeiro turno, formando assim a coligação que inclui PT, PCdoB, PV, PSOL e REDE.

Queiroga, Carneiro e Cartaxo se encontraram em empate técnico nas últimas pesquisas. Tantas disputas internas, trocas de partidos, coligações, desistências, politicagem, apoio e troca de favores entre políticos e oligarquias se passaram nas últimas semanas com os explorados e trabalhadores paraibanos alheios a tudo isso.

Assim são as eleições burguesas e suas candidaturas. Os candidatos usarão seus aparatos e máquinas eleitorais a disposição para sair à caça dos votos, processo que envolve as velhas conhecidas “promessas”, e nos casos de prefeitos, ex-prefeitos e ex-parlamentares o autoelogio de seus mandatos. Coloca-se aos votantes o papel submisso e passivo de escolher pelo menos pior. Nenhuma dessas candidaturas nasceu do movimento independente dos explorados ou de reivindicações coletivas. Assim, vemos que o fundamental sobre essas candidaturas é que todas compõem, em maior ou menor grau, como candidaturas burguesas.

Duas candidaturas de esquerdas destoaram desse cenário de alianças e coligações, por lançarem candidaturas próprias isoladas. A UP optou por uma de suas lideranças locais, o cientista político, que veio do movimento estudantil e atuante em greves da UFPB, Yuri Ezequiel. Já o PCO sai, como em 2020, com a candidatura do servidor público e sindicalista Camilo Duarte. Nas pesquisas e nas notícias, essas candidaturas mal são citadas. Ambos são punidos sem tempo no horário eleitoral, fato relacionado a não estarem com as coligações mencionadas antes. Até o momento dessa matéria, não identificamos se o PSTU apoiará alguém, já que não tem candidato próprio. O partido lançou apenas duas candidaturas coletivas a vereador: uma composta pela professora aposentada Alice Maciel e o professor municipal Manoel Vieira. E outra candidatura é integrada pelo entregador de aplicativos Luiz Saraiva, o funcionário da UFPB e professor estadual Gabriel e a servidora da Saúde Janaína.

O POR, como toda organização revolucionária, deve atuar e atua nas eleições. Mas isso não significa, como as esquerdas centristas e eleitoreiras pregam, ter de apoiar um candidato x ou y a todo custo. O essencial para os revolucionários é usar as eleições burguesas como tribuna para mostrar aos trabalhadores e à juventude oprimida o caráter de classe das eleições; ajudá-los na experiência com cada mandato, clareando que seus reais problemas não encontram soluções por aí, ano após ano. Usar o período para elevar a consciência de classe, a formação política e a percepção de que só a luta contra a burguesia, as oligarquias e o Estado burguês poderá elevá-los na busca por soluções reais para suas reivindicações mais sentidas. Estudar o cenário eleitoral e aplicar a análise programática do POR a ele é parte desse objetivo.



NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XX - Agosto de 2024

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Balanço do Boletim Nossa Classe da greve nacional dos Correios

Na semana que foi aprovada a greve, militantes do POR estiveram no centro de distribuição dos Correios em SP com o Boletim Nossa Classe apoiando o movimento. O centro de distribuição é composto por muitos trabalhadores terceirizados, que não se sentem parte do movimento grevista. Havia os trabalhadores efetivos que, tudo indicava, estavam cumprindo a decisão judicial de manter 70% das operações dos Correios. O que se notava é que a direção do sindicato cumpriu a lei antigreva de manter os serviços essenciais funcionando. Isso por que ao acatar a decisão de 70% dos serviços funcionando significava quebrar a greve.

Como se vê, sob o governo Lula - que nomeou o presidente dos Correios Fabiano Silva dos Santos - as punições ao direito de greve continuam, com a obrigatoriedade de manter em funcionamento a quase totalidade dos trabalhadores e, caso não cumprisse, o sindicato seria multado. Nessa greve, foi estipulada a multa diária de R\$ 100 mil.

Romper com esse obstáculo implicaria uma greve nacional forte, com piquetes e manifestações diárias. Mas não foi o que ocorreu. Segundo a Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios (FINDECT), seis de 36 sindicatos aderiram à paralisação, São Luís/MA, Palmas/TO, Aracaju/SE e Bauru/SP, além da região metropolitana de São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ. O que se verifica é a grande quantidade de sindicatos que não se colocou por erguer uma greve unificada. O problema também se agravava em função do avanço da terceirização. Como os governos não contratam efetivos desde 2011, portanto desde o segundo mandato de Lula, a terceirização tomou conta da ECT. E, quando chega o período de campanha salarial, as direções sindicais marginalizam os terceirizados.

Como todo patrão, o presidente da ECT atuou para quebrar o embrião da greve nacional. Usou de seu posto para propagandear que os Correios mantinham 90% de seus serviços durante a greve, iniciada no dia 7 de agosto. Usando os mesmos métodos patronais, a estatal se preparou para cobrir os grevistas, com horas extras e remanejamento de pessoal. A direção da FINDECT, diante da baixa adesão nacional, contrapunha a campanha da ECT com a tímida avaliação de que a paralisação havia atingido cerca de 80% dos trabalhadores da área de distribuição, tratamento, logística de transporte e atendimento em São Paulo. O fato é que a greve foi encaminhada para ser passiva e limitada a pressionar um acordo via Tribunal Superior do Trabalho (TST).

As reivindicações da greve se concentraram na redução do custeio do plano de saúde, reajuste salarial imediato e linear, melhorias nos benefícios, adicional de 70% das férias, reajuste das funções de motorizados e a realização de um concurso público. Logo na primeira negociação, a FENTECT aceitou a contraproposta. O presidente da ECT procurou desqualificar a FINDECT pelo fato de ter recusado, com o argumento de que

só representa “cinco sindicatos e que a FENTECT fala por 31 sindicatos estaduais” e, por isso, o acordo foi aceito. No entanto, houve outra mesa de negociação no TST. Nessa negociação, a FINDECT considerou que houve avanço em relação à redução do prazo para a entrega do relatório final sobre o plano de saúde de 90 para 60 dias, a antecipação de parte do Vale “Peru” de R\$ 1000,00 de ano para setembro e o restante, R\$ 1500,00 para janeiro do próximo ano, o compromisso de realizar contratações por concurso público em dezembro de 2024, e ajustes na cláusula de gratificação de férias. E orientou os sindicatos a convocar as assembleias para aceitar o acordo e retornar o trabalho no dia 23.

Na assembleia do dia 22, a FINDECT defendeu a aceitação do acordo. Reforçou seu argumento de que o “resultado da mediação foi positivo e supera a proposta apresentada pela ECT”. Avaliou que a FENTECT quebrou o movimento unitário da greve e aceitou de pronto a contraproposta do TST. Concluiu sua avaliação dizendo que saíram “moralmente vencedores”.

Mais uma vez, os trabalhadores dos Correios acabaram aprovando um acordo que não significa ganhos reais. O reajuste salarial de 14% foi rejeitado pelo governo. A reconquista de direitos, retirados pelos governos Temer e Bolsonaro, foi descartada. O fim da terceirização e a efetivação dos terceirizados nem estiveram na pauta de reivindicações, o que mostra o quanto as direções sindicais assimilaram a lei da terceirização.

Como não há uma fração revolucionária no interior do movimento ecetista, a greve nacional esteve sob a política de burocracias sindicais. As direções da FENTECT, que já havia aceitado o primeiro acordo, e da FINDECT, que conseguiu mais alguns reparos, não estavam por uma greve nacional ativa que pudesse enfrentar o governo Lula para arrancar as reivindicações. Prevalecem, na realidade, as disputas aparelhistas entre a FENTECT e FINDECT.

O fundamental está em que o governo Lula vem golpeando as greves. Foi assim com a greve dos servidores federais, com a dos previdenciários e agora com a dos trabalhadores dos Correios. E as direções sindicais não fazem senão sustentar a governabilidade de Lula, não se colocando verdadeiramente pelas reivindicações dos explorados e por potencializar seus métodos próprios de luta, entre eles a greve.

O Boletim Nossa Classe faz a campanha pela organização das comissões de fábrica e outros locais de trabalho. Chama a vanguarda que desponta na luta a constituir as frações revolucionárias. Sem esses instrumentos de combate dos trabalhadores, prevalece a política das direções sindicais, que é de conciliação de classes. Reivindica que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, em defesa de um programa de reivindicações próprio dos explorados.

Pernambuco

Greve dos rodoviários de Recife: trabalhadores mostraram disposição de luta, mas direção do sindicato aceita proposta rebaixada da patronal de reajuste de 4,2%

A greve dos rodoviários de Recife e região metropolitana de Pernambuco se iniciou no dia 12 de agosto e durou 41 horas e tinha como pauta: reajuste de 5% acima da inflação; fim do controle do GPS; fim da compensação de horas; vale-alimentação de R\$720,00; abono de R\$ 500,00 para quem exerce dupla função (motorista e cobrador); e, implementação de plano de saúde. Mas, acabou sendo encerrada com a direção do sindicato (PSOL/Resistência) aceitando a proposta da Urbana-PE, com reajuste salarial de 0,5% acima da inflação (totalizando 4,2% - de R\$3.061,00 para R\$3.189,80), aumento no auxílio-alimentação de 9,2% (de R\$366,00 para R\$ 400,00) e abono salarial para os motoristas que realizam a dupla função de cobrador no valor de R\$ 180,00. Além disso, os dias parados terão de ser compensados com uma hora-extra por dia nos próximos três meses. Apesar da força da greve e da proposta da patronal estar muito abaixo do que a categoria pedia, o presidente do Sindicato Aldo Lima, saiu da reunião de conciliação mediada pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), no dia 13 de agosto, afirmando que houve avanço e concordou em encerrar a greve antes de ouvir a categoria em assembleia.

A categoria teve suas condições de trabalho pioradas nos últimos anos, principalmente com a demissão massiva de cobradores e o avanço da dupla função, onde o motorista passou a trabalhar por dois, recebendo apenas um salário, que segue muito distante de um salário necessário para uma família trabalhadora viver. As empresas de ônibus aumentam a exploração aos trabalhadores e ainda recebem subsídio estatal de R\$348 milhões, com perspectivas de alcançar R\$400 milhões até o final do ano.

Burguesia fez intensa campanha contra a Greve

No primeiro dia de greve, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) determinou que os ônibus voltassem a funcionar com 60% da frota nos horários de pico e de 40% nos demais horários durante a greve, o que fere gravemente o direito dos trabalhadores à greve. Além do poder da justiça, a Urbana-PE, sindicato das empresas de ônibus também contou com o trabalho da imprensa local e nacional para jogar a população contra a greve, falando dos “prejuízos da falta de transporte à população”. Apesar desta campanha dos capitalistas do transporte contra a greve dos rodoviários, alguns entrevistados demonstraram apoio à greve, reconhecendo os ataques que a categoria sofre afirmando “estão certos, têm de lutar por seus direitos”. Um dos entrevistados falou da importância de a greve expressar uma luta conjunta “contra o sistema”. Isso mostra o caminho e a importância dos sindicatos, centrais sindicais e movimen-

tos populares atuarem para unificar o movimento de greve que surge em uma categoria para os demais trabalhadores.

Direção do Sindicato (PSOL/Resistência) não atuou para quebrar a intransigência da patronal

O chamado à greve se deu após a campanha salarial ter iniciado via rodadas de negociações, onde a patronal só enrolou a categoria. A direção do sindicato, que foi eleita prometendo lutar contra a dupla função, abandonou a defesa da readmissão dos cobradores. Se adequou à superexploração dos rodoviários, se limitando a negociar migalhas para um motorista trabalhar por dois.

O PSOL substituiu os métodos de luta pela pressão jurídico-parlamentar. Assim, fez a categoria primeiramente se iludir sobre a possibilidade de derrubar a dupla função a partir de um projeto de lei que questionava a constitucionalidade da dupla função, o que foi rapidamente derrubado pelos interesses dos capitalistas do transporte, que manobram as leis de acordo com suas conveniências. Com a derrota da lei contra a dupla função, o PSOL passou a aceitar a dupla função, negociando agora apenas o abono, o que o fez primeiro tentar miserável R\$500,00, que a patronal negou, e concluiu aceitando a migalha de R\$180,00 aos que dirigem e cobram – assim, até as denúncias dos riscos de acidentes relacionados à falta de cobrador foram abandonadas, além de escancarar o abandono da defesa do emprego, uma pauta tão cara ao proletariado.

Centrais sindicais não atuaram para quebrar o isolamento da greve dos rodoviários

Apesar da importância da greve dos rodoviários de Recife, as centrais sindicais, como CUT não convocaram os demais trabalhadores a um ato conjunto, que expressasse a defesa dos salários, dos empregos, do transporte público – que servisse para impulsionar a luta dos rodoviários e demais categorias.

É preciso fortalecer as greves com a unidade dos explorados. A burguesia tem o poder do Estado, com a justiça, a polícia e as leis a seu favor. Os explorados têm apenas a força da luta coletiva de parar o trabalho e bloquear as ruas. Existe uma tendência de avanço das greves, é necessária que as direções busquem a unidade da luta sob a defesa dos empregos, salário e direitos. Os trabalhadores do INSS e Correios estão em greve. É preciso que as centrais sindicais, sindicatos e movimentos populares convoquem um dia nacional de luta, com paralisações e bloqueios de avenidas.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



São Paulo

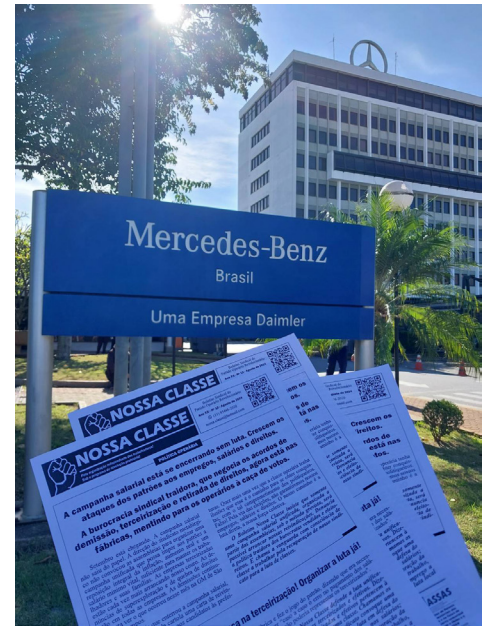
Distribuição do Boletim Nossa Classe na Mercedes

No dia 12 agosto, militantes do POR estiveram mais uma vez na Mercedes entregando o Boletim Nossa Classe e conversando com os operários. Durante a agitação, no momento em que os militantes poristas destacavam uma nova denúncia feita por operários da empresa terceirizada Sese, a importância da organização coletiva e a retomada dos sindicatos para combater aos ataques diários aos quais são submetidos, sejam eles operários efetivos ou terceirizados, um dos operários se aproximou. Pegou o Boletim e logo em seguida comentou que seria importante, que nós do POR, construíssemos uma comissão de fábrica dentro da Mercedes.

O militante porista respondeu que este é sim o caminho, porém, a construção da comissão de fábrica de luta deve ser tomada pelos próprios operários que trabalham na Mercedes e demais empresas. Nós do POR, através do Boletim Nossa Classe, chamamos os operários a participarem do Encontro Operário, que realizamos

mensalmente para a formação e construção de uma vanguarda que seja capaz de iniciar esse trabalho interior das fábricas. Explicou que no Encontro Operário os problemas que ocorrem nas fábricas são discutidos, bem como as respostas. Disse que também é feita uma formação política sobre a situação em que vivemos, a política das direções sindicais, as experiências das lutas da classe operária etc.

O militante porista também comentou que no Boletim que estava sendo entregue continham notas sobre as comissões de fábrica, a importância dos Encontros Operários, que ocorrerem fora da fábrica. Procurou reforçar a necessidade de superar as ações individuais, não organizadas e construir as comissões de luta classistas e revolucionárias, para expressar de forma coletiva, através de seu método próprio de luta, que é a ação direta, a legítima revolta instintiva dos operários contra a exploração capitalista.



São Paulo

Realizado o Encontro Operário no ABC Paulista

No dia 28 de julho, aconteceu o Encontro Operário mensal e presencial realizado pelo POR com os contatos operários, com o objetivo de construir as comissões de fábricas e oposições de luta, classistas e revolucionárias nos sindicatos.

Na primeira parte do Encontro, foi feita a leitura e discussão do Boletim Nossa Classe e as propostas de notas para o próximo Boletim. Destacou-se as propostas apresentadas na campanha salarial dos metalúrgicos do ABC e de São José dos Campos. Um operário que participou pela primeira vez do Encontro demonstrou disposição de trabalhar para organizar uma comissão de fábrica de luta, classista e revolucionária na fábrica do setor em que trabalha. Informou que a burocracia do sindicato na qual a fábrica faz parte, que tem a data base em 1º de junho, fez uma assembleia e apresentou alguns itens da proposta do sindicato, e os pontos da proposta apresentada pela fábrica. Dias depois, a burocracia do sindicato realizou uma nova assembleia e defendeu a proposta que tinha sido apresentada pela fábrica de 3,5%, um reajuste miserável como se fosse uma vitória. Esse depoimento do operário acabou se estendendo para as direções dos sindicatos metalúrgicos, seja da CUT, Força Sindical e da Conlutas. São direções que dividem os metalúrgicos em grupos e regiões e finalizam as campanhas salariais sem luta aceitando o reajuste da patronal.

O Boletim Nossa Classe, durante todo o período de campanha salarial, levantou as reivindicações de reposição integral da inflação, mais aumento real e a luta por um salário mínimo vital, ou seja, um piso salarial que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias. Defendeu a unificação da campanha salarial metalúrgica, por meio de assembleias gerais, para que aprovasse o caminho para conquistar as reivindicações. Fez parte da campanha o combate às demissões na GM e Avibras, por meio da bandeira da greve com ocupação de fábricas e controle operário da produção. Em especial na Avibras, o combate pela sua estatização, sem indenização.

Na segunda parte do Encontro, ocorreu a formação política. Foi estudado texto “O trabalho pelas comissões de fábrica independentes e classistas”. O texto mostra que os operários sentem e vêm a necessidade de constituir as comissões de fábrica, partindo da necessidade da resistência à exploração e da situação de opressão existente no interior das fábricas. Diante da exploração, ressalta a importância da defesa dos empregos e salários. A classe operária vem padecendo com a destruição maciça de postos de trabalho, inchaço do exército de desempregados e subempregados e com o rebaixamento salarial. As contradições do capitalismo obrigam a burguesia a descarregar o peso da crise econômica sobre os assalariados. Os exploradores necessitam de um movimento operário dócil, controlado e fragmentado pela política pelega das burocracias reformistas e centristas. O texto da formação tinha sido escrito em 2003, mas mostra toda sua vigência quando afirma, já naquela época, que as comissões de fábricas existentes têm servido para a burocracia sindical negociar a flexibilização capitalista do trabalho. Coloca o trabalho intransigente de defesa dos postos de trabalho, contra os PDVs, terceirização, banco de horas, lay-off etc. Faz a defesa da reivindicação histórica da classe operária, que é a escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho, empregados e desempregados. Ressalta também a luta pela reposição salarial e aumento real. Levanta a bandeira do salário mínimo vital, valor suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias, calculado pelos próprios trabalhadores nas assembleias. Como se vê, são duas grandes reivindicações que unificam os operários e que defendem as condições de sua existência. Esse texto também distingue a política da burocracia sindical, que é de conciliação de classes, da política do proletariado, que é de luta de classes. Conclui com a formulação que não se pode defender a classe operária contra a mutilação capitalista sem se trabalhar para que

os explorados entendam, assimilem e confiem na necessidade de ligar a luta pelas reivindicações próprias com a luta para colocar fim ao sistema de exploração capitalista.

Outra ideia presente no texto diz respeito às comissões de fábrica, como organização independente do proletariado diante da patronal. A comissão de fábrica permite coletivizar os problemas que são comuns a todos os trabalhadores, mas que se manifestam de forma individualizada. Essa forma de organização facilita generalizar o descontentamento, que também aparece individualizado, frente à exploração, as más condições de trabalho e a repressão patronal. A força da comissão de fábrica está na sua autoridade em organizar as lutas e cumprir o objetivo de uma direção revolucionária. O texto afirma que o trabalho abnegado de seus membros no seio dos trabalhadores, diariamente, ajudará o conjunto a compreender melhor a situação de exploração e a dominar as leis da luta de classes. A classe capitalista e a burocracia sindical agem justamente no sentido contrário, tentando corromper os membros da comissão, alimentando o caudilhismo, colocando-os em posição de mando, enquanto os trabalhadores têm de permanecer como subalternos.

A liberdade de ação da comissão de fábrica depende da capacidade de luta e da elevação da consciência política dos operários, ou, caso contrário, são comissões que cumprem as atribuições permitidas pelos capitalistas. No primeiro caso, a comissão é o verdadeiro instrumento da democracia operária e sua força social está na razão direta da organização coletiva fabril. No segundo caso, deixa de ser esse instrumento da democracia

operária e se torna canal de pressão dos patrões e da burocracia sobre os trabalhadores. O texto não deixa de assinalar que a importante conquista da estabilidade no emprego para os membros da comissão de fábrica tem sido usada para a seleção de operários carreiristas, que se sujeitam ao patronato e servem à burocracia para garantir seu posto de trabalho e usar de privilégios no interior da fábrica.

Conclui afirmando que a comissão de fábrica, como expressão da democracia operária, tem de estar contraposta a todo e qualquer mecanismo burocrático hierárquico e carreirista. A eleição de seus membros deve ser condicionada à revogabilidade do mandato. E a estabilidade de seus membros deve estar sob o controle dos próprios operários. A estabilidade dos membros da comissão deve ser defendida para toda a classe operária. A assembleia de fábrica detém a soberania total e a comissão de fábrica deve estar subordinada às suas decisões, inclusive a revogabilidade de seu mandato. É preciso que haja liberdade a todas as tendências do movimento operário, que sejam expressão genuína de suas lutas e de sua organização, de participarem na eleição das comissões de fábrica. A burocracia se apoia na repressão patronal para impedir que as comissões de fábrica sejam organismos de frente única da classe operária, constituída na mais ampla democracia. Usa de sua influência junto ao patronato para combater as posições revolucionárias e as novas gerações de ativistas que se dispõem a combater o colaboracionismo. Está claro que a luta pela organização das comissões de fábrica tem de se dar no sólido terreno de princípios organizativos, políticos e programáticos do proletariado.

São Paulo

Sindicato ferroviário Central do Brasil não organiza a luta

A data base dos ferroviários de São Paulo é 1º de março. Existem três sindicatos no setor. Dois sindicatos aceitaram a proposta de 3% de reajuste. Frente a essa situação, já em março, o sindicato Central do Brasil deveria ter convocado uma assembleia geral dos trabalhadores e organizado a luta pela pauta de reivindicações entregue à CPTM. Nada disso ocorreu. Deixaram a empresa pagar o reajuste de 3% e somente agora, depois de cinco meses, realizaram uma assembleia para discutir o que fazer em relação a campanha salarial.

O presidente do sindicato, José Mucio, iniciou a assembleia informando que a negociação com a CPTM estava encerrada e agora, segundo ele, era necessário deliberar o que fazer em relação ao encerramento. O burocrata então falou que apresentaria três opções e depois abriria para a discussão e encaminhamentos. A primeira opção era assinar o acordo. A segunda, não assinar e entrar com o dissídio econômico coletivo para ser julgado na justiça. A terceira, não assinar e decretar a greve. Logo em seguida, Mucio defendeu a proposta de assinar e entrar com o dissídio econômico coletivo, para julgamento ordinário na justiça, que poderia levar anos. Mucio declarou: “a diretoria do sindicato acha que não é um bom momento para fazer greve. Primeiro porque não vai sair, mesmo se a gente aprovar aqui. E vai ser mais um tiro no pé”. Depois, abriu para as intervenções. Em suas intervenções, os militantes da OCI, que fazem oposição à direção também defenderam não assinar e entrar com o dissídio coletivo para ser julgado na justiça. Argumentaram que não é o momento para fazer greve porque os trabalhadores estão desmobilizados, que existe um desânimo na base e que é necessário montar um trabalho na base para quando chegar dezembro fazer a luta contra a privatização.

Um maquinista presente na assembleia em sua Intervenção falou “como trabalhador me sinto ofendido com a postura da

CPTM, que tratou os trabalhadores como criança ao dizer: aceita os 3%, cala a boca e não faz nada”. Ele continuou: “Essa história que vamos entrar com dissídio coletivo econômico ordinário, que pode sair daqui 20 anos é uma besteira. Daqui três anos a CPTM está fechada. Para mim é greve agora. Parou, galera, vamos para o choque. A direção falou que tem pouca gente aqui, tem. Eu sou maquinista. 13 horas da tarde têm 80 maquinistas lá em Suzano. Eu nunca vejo ninguém do sindicato lá. Fica só eu falando com o pessoal. Ontem eu falei com o pessoal e muitos não sabiam que teria assembleia hoje aqui. A gente está humilhado, porque a CPTM está pisando em cima e a gente tem de se levantar. E para mim a gente tem de levantar a cabeça e fazer a greve. Para mim, particularmente, é greve, sem pensar duas vezes. O sindicato tem de estar presente, mostrando força e vontade de lutar”.

A intervenção do companheiro maquinista comprova o que afirmamos no título dessa nota: a direção não organiza, não mobiliza a base para fazer uma luta consequente por aumento salarial e tenta lavar as mãos, dizendo que os trabalhadores não querem lutar. O sindicato Central do Brasil representa mais de 2.700 trabalhadores. Na assembleia estavam cerca de 15 trabalhadores, em sua maioria diretores sindicais. Esse dado é suficiente para mostrar que há muito tempo essa direção abandonou o trabalho de organização dos trabalhadores para fazer a luta contra a privatização, a terceirização e a defesa dos empregos, salários e direitos.

Intervenção do POR na assembleia

Boa noite, camaradas, falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Estamos aqui para apoiar e também contribuir com propostas para a luta na campanha salarial. Queremos

agradecer pelo espaço para falar e temos claro que a assembleia é soberana, que são vocês que decidirão as reivindicações e o plano de luta. Nós estamos fazendo a intervenção na campanha salarial dos metalúrgicos do ABC e de São José dos Campos e vimos que existe um grande problema que é a divisão. Nos metalúrgicos do ABC, existem 12 setores, montadoras, fundição, estamparia, autopeças, e outros. Em São José dos Campos, ocorre o mesmo, são mais de 12 grupos. Ou seja, a divisão é tudo que os patrões querem. Devemos acabar com a divisão e encaminhar uma pauta única de reivindicações e um plano de luta unificado. Se são todos ferroviários, devemos encaminhar uma só pauta. O INPC de 3% é uma mentira. Os preços dos alimentos, arroz, feijão, aumentaram em média 30%, ou seja, não houve aumento de salário e sim uma perda do poder de compra dos salários. Outro ponto importante é acreditar no método próprio de luta da classe operária que é a greve, a ação direta, para quebrar a intransigência da CPTM, que acha que os trabalhadores vão aceitar calados, sem resistência os 3%.

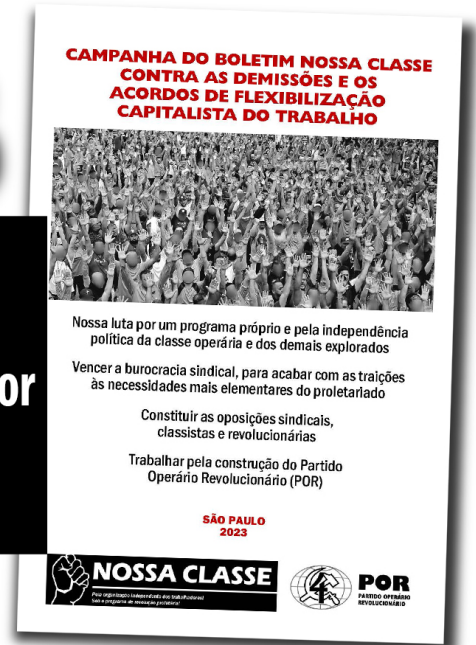
Devemos rechaçar também o argumento das direções sindicais que não organizam a luta, que não convocam as assembleias gerais para unificar e fortalecer a mobilização e depois falam que são os trabalhadores que não querem lutar, quando eles são os que fazem de tudo para impedir a luta da classe operária contra os patrões. As duas greves realizadas pelos metroviários, ferroviários e os trabalhadores da Sabesp mostraram grande disposição de luta dos trabalhadores. Outro grande erro que escutamos das direções é o argumento de que só é possível parar se os demais sindicatos pararem. Com essas direções traidoras dos ferroviários de São Paulo, não podemos ter essa ilusão. Esses burocratas não estão pensando nas reivindicações de empregos, salários e nos trabalhadores terceirizados que recebem R\$ 1.500,00. Agora, estão todos pensando nas eleições. Por isso, a greve deve começar em algum setor e exigir que as centrais e demais sindicatos convoquem

o Dia Nacional de Luta, com manifestações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários e direitos.

Se os companheiros aprovarem aqui não assinar, chamar assembleias, e os diretores irem para as áreas com os boletins informando e convocando as assembleias, os trabalhadores se mobilizarão. Porque esse é o caminho. Realizar assembleia nos setores, elaborar boletins informando a pauta de reivindicações e o plano de luta. Se não é isso, vão continuar com a divisão e dispersão. É necessário construir uma direção de luta, classista e revolucionária em todos os sindicatos.

R\$5

**Adquira
com o
distribuidor
do Nossa
Classe:**



Moção do Partido Operário Revolucionário

Defesa da democracia operária nos sindicatos e apoio ao camarada Felipe F Carvalho, diretor do sindicato dos metroviários de São Paulo e militante da OCI (Organização Comunista Internacionalista)

O camarada Felipe fez uma carta dirigida aos trabalhadores metroviários informando porque estava renunciando ao cargo de diretor do sindicato. Na sua carta que foi divulgada nas redes sociais e apresentada por ele em uma assembleia realizada no sindicato dos metroviários, o companheiro denuncia a falta de democracia e o avanço da burocratização do sindicato que “passou a realizar assembleias online; a direção majoritária ou a própria presidência decidem de forma unilateral e antidemocrática; vetam falas da oposição; já fizeram acordos e tomaram decisões importantes pelas costas da categoria e da própria diretoria do sindicato”.

O companheiro denunciou também que “um diretor ligado à corrente majoritária (CHEGA DE SUFOCO), a mesma corrente da presidente do sindicato, ameaçou e injuriou no grupo de WhatsApp da diretoria um outro diretor. Esse diretor que fez as ameaças ainda colocou um vídeo onde criminosos matavam um indivíduo, inclusive me citando e ao outro diretor, com o intuito de ameaçar e nos intimidar. Além de passar pano para a ocorrência, o grupo da presidente decidiu encobrir e omitir da categoria, algo que no meu entendimento abre brecha para novas ocorrências semelhantes ou piores. A direção do sindicato reunida não tomou nenhuma atitude contra o diretor que fez as ameaças, considerando que ele já havia pedido desculpas (!!!). Fica claro e evidente a impossibili-

dade de permanecer nessa diretoria, mas seguirei lutando na base, com o movimento Sindicato nos Trilhos e organizando o boletim Composição Comunista, que envolve metroviários e trabalhadores da CPTM!”

Nós, do partido Operário Revolucionário condenamos e chamamos os trabalhadores metroviários, sindicatos e demais organizações políticas a combater as medidas burocráticas e a ação gangsteril, como a ameaça de morte feita ao companheiro Felipe e a outro diretor, por um diretor ligado a maioria da direção do sindicato. Frente as medidas burocráticas, perseguições e ameaças de morte feitas pela burocracia sindical de direita e de esquerda, os diretores sindicais que são minoria na direção do sindicato, não devem renunciar a seu cargo, pois isso é o que a burocracia vendida querem que façamos. Frente a perseguição e as ameaças de morte ou qualquer outra que fazem a burocracia para intimidar os diretores de oposição, que não se vendem aos patrões, que defendem os interesses dos trabalhadores por meio da ação direta, que defendem a democracia operária e a soberania das assembleias, devemos denunciar aos trabalhadores a perseguição e ameaças que fazem os burocratas e chamar os trabalhadores a exigirem que o sindicato convoque uma assembleia geral para que seja debatido e votado pela revogação do mandato do diretor gangsteril, que faz

o jogo do patrão e ameaça os trabalhadores que procuram organizar a luta em defesa dos empregos, salários e direitos.

Foi isso que fizemos quando um diretor do sindicato metalúrgico do ABC, agrediu uma companheira do POR, durante a entrega do boletim Nossa Classe na Mercedes. Publicamos o nome diretor que passou a defender a patronal e chamamos os operários a exigirem que o sindicato convocasse uma assembleia para que fosse debatido e votado pela revogação de seu mandato. A classe operária, os trabalhadores que elegeram, são os únicos que podem revogar o mandato dos diretores eleitos que se vendem aos pa-

trões e seus governos. Chamamos os trabalhadores metroviários, a classe operária e demais trabalhadores a construir as comissões de fábrica e oposições de luta, independentes, classistas e revolucionárias em todos os sindicatos, para defender a democracia operária, o direito de dos trabalhadores formarem oposições, se expressarem nas assembleias, lançarem chapas de oposição para a direção do sindicato e colocar os sindicatos a serviço da luta revolucionária, pela expropriação da burguesia do poder por meio de uma revolução social e a constituição de um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.



SINASEFE

Teses da Corrente Proletária/POR ao 36º Congresso Nacional do Sinasefe

O 36º CONSINASEFE (Congresso Nacional do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica) acontecerá em Brasília, entre 5 e 8 de setembro. Será eleitoral, com a formação das chapas para eleger a próxima direção nacional, bem como os conselhos fiscal e de ética. A CPE-POR terá delegados e apresentou suas teses. Eis os pontos principais:

Na tese de conjuntura, inicia com as questões internacionais, destacando o prolongamento e agravamento da Guerra na Ucrânia e da invasão e opressão de Israel e do imperialismo à Palestina, sobretudo com o quase um ano da atual investida militar na Faixa de Gaza. Ambos expressam tendências de acirramento da crise econômica, da guerra comercial dos EUA contra a China, recrudescimento da opressão às semicolônias e cerco econômico-militar à Rússia. Nos dois casos, há risco de generalização para conflitos regionais e, no caso do Leste Europeu, de conflito direto entre Rússia e OTAN. Mostram a validade da tese do POR de que a partilha do mundo pós segunda guerra está esgotada e de que se o proletariado mundial não se organizar para intervir com sua política própria, contra as guerras de dominação, a tendência geral da burguesia é prosseguir na escalada bélica e avançar a barbárie social.

Na conjuntura nacional, avalia quase dois anos de governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. Ao longo de 2024, diversos setores do funcionalismo se mobilizaram, paralisaram e fizeram greves contra o governo que se dizia defensor da educação pública e da natureza. Os ataques à greve do ICMBio e do IBAMA, com multas diárias, judicialização e negativa de atender o mínimo das reivindicações é ímpar nesse sentido. Em um ano eleitoral como 2024, a experiência com o reformismo petista e de seus aliados deve ser usada para despertar a consciência de classe e acabar com as ilusões democráticas nos explorados.

Na tese de opressões, responde diretamente à opressão de classe, raiz de todas as outras opressões. O tema em torno ao PL da criminalização do aborto é recente e demanda dos explorados em geral a ação direta para barrar esse ataque obscurantista. A situação econômica e social das mulheres, negros, indígenas e "LGBTs" se agrava conforme a crise mundial e as particularidades brasileiras. Esclarecer essa raiz de classe é essencial para unir os explorados, algo que se opõe às posições de correntes identitaristas. É preciso que a vanguarda atue pela unidade dos explorados, sob a política

da classe operária, vinculando a luta contra todas as formas de opressão à necessidade da revolução socialista, única capaz de livrar a humanidade do avanço da barbárie capitalista.

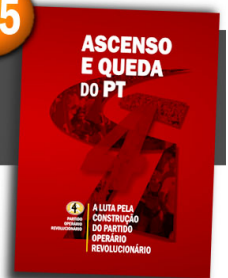
Na tese de educação, faz um balanço da greve nacional da educação federal que se desenvolveu entre março e junho desse ano. Parte da premissa de que para entender a Educação Pública é preciso partir da crise econômica e seus reflexos no Brasil, sobretudo a brutal pressão da burguesia imperialista pelo pagamento da dívida pública, raiz dos cortes nos setores sociais. A greve tinha em sua pauta as condições de estudo e trabalho nos Institutos Federais (IFs) e nas universidades federais (UFs), logo a luta pela educação pública federal deve partir de um balanço dessa importante greve e do papel governista e desmobilizador das direções nacionais, particularmente, entender o papel dos coletivos majoritários na direção do SINASEFE (PSOL/PT) é crucial. É preciso manter a mobilização, criar condições para a formação de uma direção classista e independente dos governos, impedindo que a categoria seja mais uma vez arrastada para o eleitoralismo esse ano e em 2026. Só assim podemos traçar um plano de lutas capaz de unificar as categorias e superar o corporativismo. O que passa por defender que centrais, sindicatos e movimentos populares convoquem um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios de ruas, massificado, em defesa dos empregos, salários e direitos – pela revogação das contrarreformas (trabalhista, previdenciária, Novo Ensino Médio, lei de terceirização, tributária), contra o Arcabouço Fiscal que mantém os cortes de verba para educação e saúde e contra a Reforma administrativa, que servirá para destruir a estabilidade dos servidores públicos e avançar no sucateamento dos serviços públicos.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



São Paulo

A Corrente Proletária interveio nas reuniões de Representantes de Escolas

Subsede da Lapa

Duas posições distintas: eleitoralismo e os métodos próprios de luta dos explorados

No dia 17 de agosto, ocorreu a reunião de Representantes de Escola na subsede Oeste-Lapa. A pauta tratou da conjuntura internacional e nacional, informes e as lutas contra os ataques do governo Tarcísio de Freitas. Quanto à conjuntura internacional, foram destacadas a crise na Venezuela e as guerras na Ucrânia e Faixa de Gaza. No caso da Venezuela, três posições foram expostas: 1) crítica ao intervencionismo dos Estados Unidos e defesa de Maduro (PCB); 2) denúncia da ingerência do imperialismo e a bandeira de Fora Maduro (PSTU); 3) o esgotamento do regime chavista, a ação dos Estados Unidos para derrubar o governo, a oposição ultradireitista de Maria Corina Machado e seu candidato e a ausência de uma política independente do proletariado (Corrente Proletária/POR). No caso das guerras, as posições se convergiram em denunciar o genocídio do povo palestino. Quanto à situação nacional, houve o destaque aos ataques do governador ultradireitista de Tarcísio - privatização, escolas cívico-militares e punição/repressão. A Corrente Proletária vinculou os ataques do governador com os do governo Lula, entre eles a aprovação do Novo Ensino Médio. O que causou colocações por parte do PT e PSOL (Resistência) em defesa de Lula, que segundo essas correntes está obrigado a todo momento a “negociar” com o Congresso Nacional, com partidos de direita, para governar. Em seguida, houve um balanço positivo da região contra o Projeto de Escola Cívico-Militar. Inúmeras visitas e reuniões foram feitas com professores e estudantes nas quatro escolas indicadas pelo governo. Foram também levantadas as dificuldades encontradas nas escolas Raul Cortez e Prudente de Moraes. Enfatizou-se que a suspensão do projeto, mas se ressaltou a necessidade de não esmorecer essa campanha contra a militarização.

Cabe destacar que a reunião esteve sob o clima eleitoral. Os representantes da chapa 1 (Articulação sindical, PCB e Resistência (PSOL) utilizaram boa parte de suas falas para defender a candidatura de Guilherme Boulos. Demonstrando que não pretendem colocar a classe em choque com o governo, mas plantar a ilusão de que a solução dos problemas dos professores está em eleger um candidato da “esquerda”. O PSTU defendeu sua candidatura própria, caminhando pela mesma via do eleitoralismo. A Corrente Proletária interveio criticando a submissão das direções sindicais às eleições municipais. Reforçou sua proposta de que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações, em defesa do programa próprio de reivindicações dos explorados.

A Corrente Proletária submeteu à votação três propostas centrais para impulsionar a luta da classe contra os ataques do governo: 1) assembleia estadual para o dia 30 de agosto, com paralisação e convocação massiva dos professores; 2) Que as centrais, sindicatos e movimento popular convoquem um Dia Nacional de Luta em defesa das reivindicações vitais dos explorados, como o emprego, salário e direitos e 3) Organização de um amplo movimento de rua, com professores, funcionários, estudantes e pais, contra a imposição do Projeto de Escola Cívico-Militar. A primeira proposta foi rejeitada e as duas outras não houve voto contrário.

A Corrente Proletária também interveio com a distribuição do Boletim: “Combater a de composição do ensino com os métodos de luta da classe operária”, onde faz um retrato da falência do ensino e dos problemas enfrentados pelos professores com os baixos salários e as péssimas condições de trabalho. Mostrou que a luta contra a militarização das escolas não pode ser pulverizada ou regionalizada, porque a fragmentação enfraquece a força coletiva para derrotar um projeto de militarização. Fez parte da intervenção, a exposição dos livros, folhetos e jornais do partido.



Nota da Corrente Proletária

Aos professores,

No terreno do eleitoralismo, não se derrotará os ataques do governo
Exigir da direção da Apeoesp a convocação de uma assembleia estadual

A diretoria da Apeoesp (PT, PCdoB e correntes do PSOL) havia convocado uma reunião do Conselho Estadual (CR) no dia 24, para avaliar as propostas aprovadas nos encontros de Representantes de Escolas. No entanto, faltando quatro dias para a reunião do Conselho, enviou um comunicado cancelando e anunciando uma reunião virtual da direção do sindicato.

Qual a razão dessa mudança repentina? Certamente, na reunião do Conselho, a diretoria teria de novamente se colocar contra as propostas de convocação de assembleia e manifestações de rua para responder aos ataques dos governos. É bom lembrar que na reunião passada do Conselho, apresentou a proposta de assembleia somente em outubro. Mas diante da rejeição de uma parte dos conselheiros, se viu obrigada a fazer uma manobra e aceitar a proposta de ato. Não se empenhou para mobilizar os professores e, assim, o ato foi limitado à vanguarda. Em agosto, depois da ofensiva de Tarcísio de privatização de escolas e imposição das escolas cívico-militares, se viu obrigada a marcar as reuniões regionais e do Conselho. Porém, logo se deu conta de que teria de recorrer a alguma forma de luta, haja vista que o leilão de privatização das 33 escolas está previsto para setembro.

O fundamental está em que a direção da Apeoesp tem como prioridade caçar votos e eleger seus candidatos e não combater as medidas privatizantes e autoritárias do bolsonarista Tarcísio. Mais uma vez contou com as correntes do PSOL, que aceitaram o cancelamento da reunião do Conselho. Fez isso porque também se jogam de corpo inteiro na eleição de Boulos e nas suas “bancadas femininas” para a Câmara de Vereadores.

A Corrente Proletária denuncia a política dos burocratas da Apeoesp. E continua nas escolas defendendo os métodos próprios dos trabalhadores para enfrentar a privatização, o projeto de escolas cívico-militares, o fechamento de salas, o avanço das PEIs, o Novo Ensino Médio, os baixos salários, os cortes de recursos da educação e os contratos precarizados.

Abaixo reproduzimos a nota que está sendo distribuída nas escolas, objetivando o fortalecimento da fração classista em defesa dos interesses gerais dos explorados e, em particular, dos trabalhadores da educação e da juventude oprimida.

Aprofunda a dramática crise mundial do capitalismo Responder com os métodos próprios dos trabalhadores

A situação mundial está marcada por guerras, genocídio, fome e miséria. A guerra na Ucrânia atingiu dois anos e meio. Os Estados Unidos, União Europeia e OTAN não fazem senão prolongar a guerra, objetivando o controle da região da Eurásia. O que significa eliminar o poder da Rússia sobre as ex-repúblicas soviéticas ainda não submetidas ao imperialismo, como é o caso da Ucrânia. A Rússia, por sua vez, responde ao cerco dos Estados Unidos e aliados com os métodos da opressão nacional. Também faz parte das tendências bélicas do imperialismo a invasão militar de Israel sobre a Faixa de Gaza, que já assassinou mais de 40 mil palestinos. Fato que só tem sido possível com a ajuda militar e financeira dos Estados Unidos. Em meio a esses dois confrontos, tem ganhado projeção a guerra comercial dos Estados Unidos com a China e a investida norte-americana para derrubar o regime chavista.

As consequências das guerras de dominação e do intervencionismo das potências se espalham por todo o mundo, cujo peso é descarregado sobre a maioria oprimida. Para os explorados, o caminho é a organização independente, que impulse o programa da revolução social, de fim do capitalismo e pelo socialismo.

No Brasil, o governo Lula se tornou cada vez mais refém dos partidos oligárquicos que controlam o Congresso Nacional. Não se trata de um governo de ruptura em relação à política econômica do governo ultradireitista de Bolsonaro. Está aí por que não pôde revogar as contrarreformas de Temer e Bolsonaro - trabalhista, previdenciária e Novo Ensino Médio. A política do Teto de Gastos recebeu a máscara do Arcabouço Fiscal. O salário mínimo de R\$ 1.412,00 continua sendo a fonte de miséria de milhões de trabalhadores e aposentados. O pagamento da fraudulenta dívida pública favorece o capital financeiro e arranca do Orçamento da União quase 50% de tudo o que é arrecadado. Não por acaso, vêm os cortes de recursos à saúde e educação. E não por acaso, Lula se colocou contra as greves dos servidores federais, da Previdência e, agora, dos Correios, que exigiam reajuste salarial.

Em São Paulo, Tarcísio põe em prática a política privatista, militarista e obscurantista do governo Bolsonaro. A maioria do funcionalismo se encontra com os salários arrojados. Os direitos dos servidores são diuturnamente arrancados. Trata-se

de um governo ultradireitista, que tem a seu favor a Assembleia Legislativa e uma rede de prefeitos vinculados ao agronegócio e latifundiários por todo o estado.

Esse breve quadro, lamentavelmente, não tem encontrado uma poderosa resistência dos explorados. As manifestações contra as guerras de dominação, inclusive no Brasil, não têm tido a força necessária para conter a investida do imperialismo. Isso tem ocorrido pela ausência de direções revolucionárias. A Corrente Proletária tem insistido para que as centrais, sindicatos e movimentos rompam com a paralisia e se coloquem pela organização da luta coletiva, que só pode ser com os métodos próprios dos explorados. No entanto, ao invés da luta direta, as direções sindicais e políticas estão de corpo inteiro à caça de votos para as eleições municipais. Por essa via, insistimos, não derrotaremos as tendências fascizantes que ganham força mundial, como vem ocorrendo no Brasil.

A Corrente Proletária defende, como um passo fundamental para enfrentar os ataques dos governos, que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações, greves e manifestações de rua, em defesa de um programa próprio de reivindicações dos explorados.

A educação pública diante da profunda crise Respostas da burguesia e governos

A educação pública vem sendo cada vez mais golpeada. A crise econômica impõe à burguesia e seus governantes o corte de recursos. Exige que se retire da Constituição a obrigatoriedade de aplicação pela União, estados e municípios de 18% e 25%, respectivamente. São Paulo, que aplicava 30%, está à beira de alterar esse percentual, por decisão de Tarcísio. E obriga que os governos imponham medidas de privatização, terceirização, de arrocho salarial e eliminação de direitos.

Tarcísio segue firme essa diretriz do capital financeiro. Impõe a plataforma, o ensino a distância, o Novo Ensino Médio e as PEIs. Para cortar gastos, age diuturnamente com o fechamento de salas de aula e eliminação do período noturno e das EJAs. Lula, por sua vez, aprova o Novo Ensino Médio, mantém o Piso Nacional do magistério abaixo do salário mínimo do Dieese e se mostra incapaz de impor a educação gratuita em todos os níveis para a juventude oprimida. Portanto, as respostas da classe dominante e seus governos são concretizadas em medidas regressivas para a educação, para os trabalhadores e estudantes.

Respostas das direções sindicais

Há quase uma unanimidade por parte das direções sindicais em relação às medidas governamentais de ataques à educação. Não há uma política real de combate. O que há são discursos e campanhas inócuas, que acabam impedindo a organização dos trabalhadores da educação, estudantes e explorados em geral. Prevalece a política de conduzir o descontentamento para as ações parlamentares e judiciais.

Diante do governo Lula, as direções sindicais procuram de todas as formas não desencadear movimentos em favor das reivindicações dos trabalhadores, para que não provoquem instabilidade na sua governabilidade. Em relação ao governo Tarcísio, agem no sentido de manter os movimentos nos limites das denúncias, temendo que a radicalização possa atingir o presidente da República.

Nesse momento, voltam suas energias para as eleições municipais. Em São Paulo, centenas de dirigentes sindicais, estadual e regionais são candidatos e, assim, estão em campanha

eleitoral. A direção da CUT e outras centrais entregaram uma “Carta Compromisso” aos candidatos a prefeitos, sejam de esquerda ou de ultradireita. Foram atrás de promessas de palanques eleitorais. Na Apeoesp, também há inúmeras candidaturas de professores para vereança. Querem, assim, fazer crer que por meio das eleições, elegendo “candidatos comprometidos”, será possível barrar a ultradireita e dar voz às reivindicações dos trabalhadores.

Insistimos em dizer que vivemos na etapa de decomposição do capitalismo, momento que é inviável reformas em favor dos explorados. Ao contrário, vivemos o período de contrarreformas e de barbárie social. A política das direções acaba, dessa forma, afastando os trabalhadores dos sindicatos e dos métodos de luta próprios da classe operária.

Respostas que unificam os trabalhadores e a juventude oprimida em defesa o ensino público

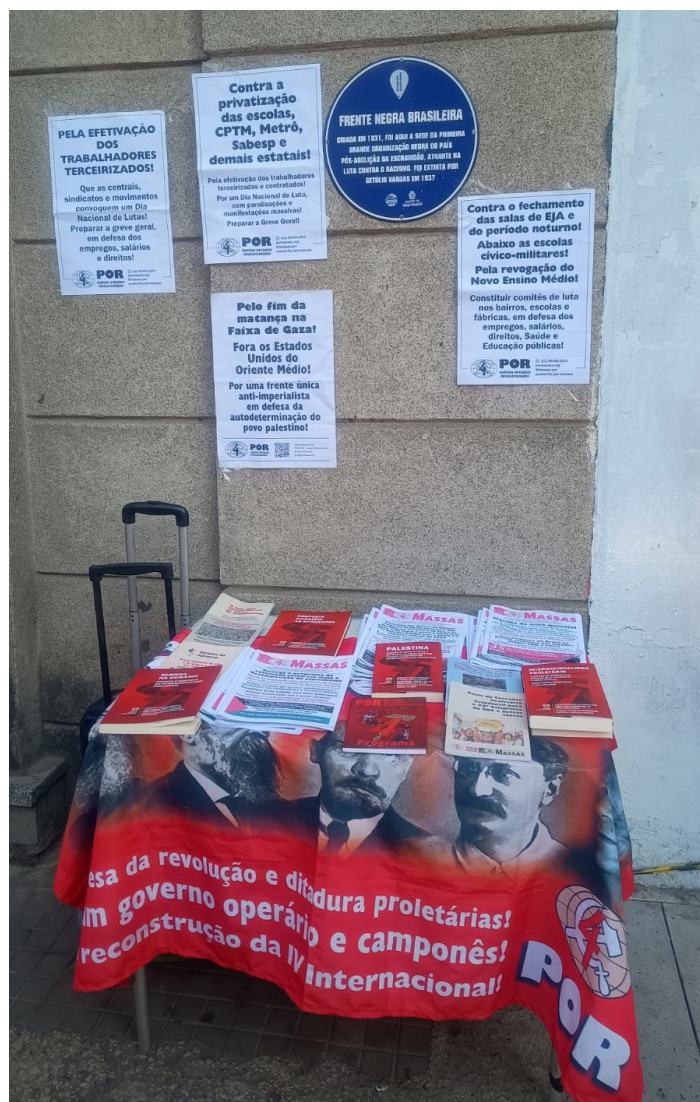
Os professores, estudantes e trabalhadores em geral têm demonstrado disposição de luta. Foram várias as manifestações contra a imposição das escolas cívico-militares, a plataformização, o fechamento de salas aula, o avanço do PEI, o concurso fraudulento, a atribuição de aulas on-line, a violência policial nas escolas, entre outras. O problema é que essas manifestações não têm conseguido ultrapassar os limites das escolas e de cada região. Dessa forma, as mobilizações localizadas e o ódio individual aos ataques do governo não se transformaram em poderosos movimentos coletivos de rua. Não foram capazes de derrotar a política das direções, que é de conciliação de classes.

Há uma situação nas escolas que tem dificultado o avanço do movimento. Hoje, 54% dos professores são contratados (Categoria O) e estão sob o regime de servidão. O governo usa as medidas punitivas a esses professores para impedir a paralisação das escolas. As direções sindicais se apegam a essa condição para não convocar as assembleias, as paralisações e a greve. Esse enorme contingente de professores, por outro lado, não fez nenhuma experiência de enfrentamento ao governo. Ganhar essa parcela de professores é uma tarefa imprescindível. E só é possível ganhá-la potenciando a luta coletiva. Para isso, as reuniões regionais presenciais e as assembleias estaduais são instrumentos valiosos no sentido de elevar a consciência de classe da maioria do professorado.

A Corrente Proletária vem mostrando que é possível reverter esse quadro de profundos ataques e de derrotas dos trabalhadores e estudantes. As reivindicações em defesa da educação pública e o combate às medidas governamentais são o ponto de partida. O que implica, necessariamente, convocar uma assembleia estadual, amplamente divulgada, para que coletivamente os trabalhadores da educação e estudantes possam decidir o melhor caminho para conquistar as reivindicações. Assembleias democráticas, onde todos possam ter o direito de se expressar e as decisões sejam o resultado das exposições de propostas. O que implica travar um combate às assembleias controladas pela burocracia do sindicato.

Por um movimento classista em defesa de um único sistema de ensino

A situação dramática da educação exige a unidade de professores, funcionários, estudantes e trabalhadores em geral. Isso porque implica enfrentar uma política centralizada da burguesia e dos governantes, que é de desmonte da educação gratuita e favorecimento da privada. Fazem parte desse desmonte os baixos salários, a destruição de conquistas históricas do magistério, a enorme quantidade de contratos precarizados e terceirizados, o aumento do autoritarismo, a eliminação da liberdade de cátedra e o corte dos já débeis recursos ao ensino gratuito.



As experiências de mobilizações por escolas ou por região demonstraram que são incapazes de derrotar uma política governamental altamente centralizada. Basta lembrar da luta contra as PEIs e agora das escolas cívico-militares.

Mas, as experiências também puderam comprovar que a luta em defesa da educação pública obriga a combater o ensino privado. No regime capitalista, é impossível a coexistência do público com o privado. Isso porque a existência e expansão do privado depende da derrocada do público. Está aí a importância da bandeira do sistema único de ensino, público, científico e controlado por quem trabalha e estuda. A Corrente Proletária tem em seu programa a defesa da unidade entre teoria e prática, ou seja, do ensino vinculado à produção social.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição



O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

São Paulo

Reunião de Representantes do Sinpeem

Burocratismo do presidente e nenhuma luta contra os ataques de Ricardo Nunes

No dia 22 de agosto, ocorreu a reunião de representantes de escola. Este encontro foi mais burocrático do que todos os anteriores. Nem a pauta da reunião foi entregue aos presentes. O presidente do sindicato, Cláudio Fonseca, que retornou ao PCdoB recentemente e é candidato a vereador, dirigiu autoritariamente a reunião. Abriu fazendo uma proposta de pauta contendo: informes, conjuntura e em seguida um debate sobre a Escola Cívico-Militar. Consultou o plenário, como não houve objeção, estipulou o tempo de duração de 2 horas.

Da parte das Correntes políticas que compõe a diretoria, que vão desde o PT ao PSTU, havia uma expectativa de que houvesse pelo menos no ponto da conjuntura uma apresentação das candidaturas que apoiam Boulos/Marta, pois quase todos os diretores são candidatos. Porém, o burocrata não entregou a tribuna aos demais eleitores. Apresentou somente os informes de interesse geral da categoria, como confisco previdenciário, PDE, congresso do Sinpeem e concurso de remoção e, em seguida, chamou os debatedores do tema Escola cívico-militar. Mais uma vez golpeou o plenário, suprimindo o ponto de conjuntura, inviabilizando qualquer discussão sobre a crise mundial do capitalismo, suas consequências sobre o Brasil e a necessidade de organizar a luta nas ruas contra a destruição da educação e serviços públicos.

O debate sobre a escola cívico-militar se resumiu a duas palestras. A primeira palestrante, uma advogada, apontou que a educação pode ser um movimento de resistência, diante da possibilidade das escolas virarem cívico-militares, que é parte

do objetivo privatista do atual prefeito Ricardo Nunes/MDB. O segundo, que também não era do setor de educação, passou boa parte do tempo discursando sobre o papel da polícia na sociedade e na escola. Conclui dizendo ser simpático a uma "PM humanizada". Isto enfureceu uma parte do plenário, formado por correntes de esquerda, que passo a gritar: Fora a polícia da escola.

O presidente do sindicato encerrou rapidamente a reunião, sem nenhum debate, alegando que o tempo previsto estava esgotado.

A próxima atividade do sindicato, reunião do Conselho, será no próximo mês e o congresso, no final de outubro. Essa reunião de Representantes de Escolas não aprovou a convocação de assembleia e a organização da luta contra as medidas de Nunes. Chama a atenção o autoritarismo do presidente do sindicato, portanto, cada vez mais avesso à democracia sindical.

A Corrente Proletária se expressou na reunião com cartazes, materializando a campanha contra o genocídio na Palestina, privatizações, terceirizações e fechamento de salas de aulas nos bairros pobres. Distribuiu seu boletim, que dizia que para combater a destruição do ensino e a privatização é preciso pôr em pé um movimento unificado, que parta das reivindicações dos trabalhadores, salários, empregos, direitos, escola pública para todos, e avance para a defesa de um único sistema de ensino público, gratuito, laico, científico, voltado a produção social. Que cabe às direções das Centrais sindicais convocarem um Dia Nacional de Luta, com paralisações, em defesa de um programa próprio de reivindicações. Fez parte da intervenção da Corrente Proletária a exposição dos livros, folhetos e jornal Massas.

São Paulo

A luta contra o fechamento de salas de aula, demissões e perseguições

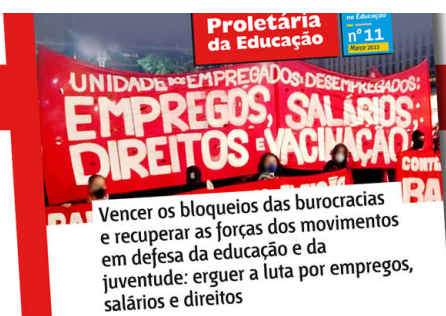
No dia 15 de agosto, a Corrente Proletária realizou nova manifestação de alunos, pais e professores na Diretoria de Ensino Leste 3. Três exigências foram apresentadas ao dirigente de ensino: não ao fechamento de salas de aula, abertura imediata das que foram eliminadas; nenhuma demissão de professores contratados, categoria O; rejeição à cessação da direção Escola Décio Alvim.

A Corrente Proletária tem ampliado a campanha contra o fechamento de salas, com discussão nas unidades escolares. Nesse dia 15, estiveram presentes alguns professores, pais e estudantes de outras escolas da região, não se limitando a escola Décio Alvim. Contou também com conselheiros da subseção de Itaquera e da advogada do sindicato. O dirigente de ensino, dessa vez, procurou não repetir sua conduta autoritária da reunião anterior, que causou inúmeros protestos dos manifestantes. Pediu, assim, que o diretor da Apeoesp ajudasse na condução da reunião. Propôs que uma comissão estivesse na reunião, o que gerou descontentamento entre os presentes. Assim, foi obrigado a recuar.

Apesar de sua máscara de democrático, o dirigente reafirmou a política do governador, que é de fechamento de salas que não contenham o número de alunos estabelecido, demissão dos professores contratados, direito de cessar as direções de escola que não são concursadas. Sempre alegando que se trata de defender os recursos públicos.

Houve vários questionamentos a essas posições governamentais. A Corrente Proletária insistiu na abertura das salas de aulas. Rejeitou a lei que impõe 40 alunos para manter a sala aberta. Defendeu o emprego de todos os professores. Mostrou que a substituição da direção da escola Décio foi uma perseguição política aos diretores que abrem as escolas para as discussões com pais, alunos e representantes do sindicato. E exigiu o retorno imediato da diretora.

O dirigente não atendeu a nenhuma das reivindicações. O que implica a continuidade do movimento, estendendo para mais escolas e com maior atuação dos conselheiros da subseção de Itaquera.



Revista Proletária na Educação



As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

Rio Grande do Norte

Boletim da Corrente Proletária - agosto

O Boletim inicia explicando que o Tribunal de Justiça do RN acatou o pedido do Ministério Público e suspendeu o pagamento do Piso Salarial dos professores de 2023, que estava sendo pago de forma parcelada (em 19 vezes, das quais apenas duas parcelas foram pagas). Trata-se de um ataque sem precedentes ao magistério estadual.

Em seguida, por meio da pergunta: “A via da judicialização é uma saída?”,

responde que é preciso entender que a via jurídica é o terreno do Estado burguês, contrário aos métodos próprios dos trabalhadores. As reivindicações devem ser defendidas no terreno próprio dos explorados, que são as manifestações de rua, greves, ocupações e outras formas de ação direta. E que as direções sindicais têm conduzido o movimento dos trabalhadores para as esferas jurídicas, criando ilusões de que sem luta é possível obter vitórias.

O Boletim denunciou a empresa terceirizada JMT, em São Gonçalo do Amarante, que continua atrasando os salários e burlando as férias dos trabalhadores. Ressaltou a bandeira de fim da terceirização e efetivação de todos os terceirizados. E, por fim, enfatizou a luta por condições de trabalho e estudo na escola Dom Joaquim, que enfrenta problemas estruturais, como falta de climatização e limpeza.

Rondônia

Confirmam as posições da Corrente Proletária

No dia 14/08, o Sintero convocou uma assembleia dos trabalhadores em educação do estado para informar que o governo Marcos Rocha cumpriu uma parte das reivindicações no pagamento de agosto. Segundo os burocratas, com retroativo ao mês de julho. O que não podia dizer é que desde janeiro os trabalhadores vinham sendo ludibriados com as reuniões entre o governo e direção do sindicato. E que há um profundo descontentamento de uma parcela dos trabalhadores nas escolas com essas reuniões infundáveis sem que as reivindicações fossem atendidas.

Resultado. A assembleia foi esvaziada, em razão do descrédito dessa parcela de servidores para com o sindicato.

A Corrente Proletária/POR interveio em todas as assembleias

mostrando que o caminho era a greve. Que as mesas de negociação não passavam de enrolação. E que só serviam para quebrar a disposição de luta dos trabalhadores. Essas colocações se confirmaram plenamente.

Fez parte dos balanços das assembleias da Corrente Proletária, o chamado à constituição de uma oposição sindical, classista e de luta. Sem esse instrumento, não é possível derrotar a política da burocracia do Sintero e enfrentar o governador bolsonarista, coronel Marcos Rocha. Nesse sentido, reforça o chamado aos companheiros trabalhadores que estão descontentes com a política de conciliação de classes da direção do Sintero a participarem das reuniões da Corrente Proletária. E a fortalecerem o embrião dessa oposição de luta.

São Paulo

Chega de contratação temporária, chega de terceirização!

Que a Afuse convoque a assembleia estadual!

É imperativo que a direção da Afuse convoque uma assembleia estadual, precedida de ampla campanha nas escolas para que seja massiva e aprove o caminho para enfrentar os ataques de Tarcísio. A situação nas unidades escolares são extremamente precárias. O governo dividiu os funcionários em efetivos, contratados e terceirizados. Os serviços gerais das escolas estão nas mãos de empresas terceirizadas, que sangram os trabalhadores com os baixos salários, os atrasos nos pagamentos e na entrega da cesta básica e as demissões. Os funcionários efetivos padecem com o salário de fome, eliminação de direitos e superexploração. O caso das trabalhadoras conhecidas como “cuidadoras”, que são contratadas para ajudar no cuidado de crianças com necessidades especiais, em particular, a situação é de semiescavidão, pois recebem metade do miserável salário mínimo.

Diante de todos esses problemas, a direção da Afuse não move uma palha. Chegou ao ponto de realizar um Congresso Estadual em que nada foi aprovado. Como já havíamos dito, tratou-se de um Congresso antidemocrático, que proibiu a participação de representantes de escolas e correntes políticas que se colocam em oposição à política da burocracia do sindicato.

A Corrente Proletária vem trabalhando no sentido de elevar a consciência dos funcionários de escolas, para essa luta contra a

burocratização da Afuse. Para isso, vem realizando reuniões nas unidades escolares e divulgando o seu Boletim. Tem feito uma campanha para unificar o conjunto de funcionários, por meio da reivindicação de fim da terceirização e contratos de semiescavidão e efetivação de todos os que trabalham nas escolas. Defende um piso salarial, salário mínimo vital, necessário para manter uma família trabalhadora. E exige que a Afuse convoque a assembleia geral para aprovar o caminho de enfrentamento às medidas do direitista Tarcísio de Freitas.

Publicamos abaixo um trecho da carta de um simpatizante da Corrente Proletária.

Carta à Direção do Sindicato AFUSE

É com grande descontentamento que venho relatar a grande burocracia existente no regimento do nosso sindicato representante do Quadro de Apoio Escolar, fomos submetidos a uma espécie de sorteio para ter o direito de participar (mesmo sendo filiados), ao Congresso Estadual que será realizado em Agosto de 2024. Isso demonstra que a luta não é apenas contra o Governo do Estado de São Paulo, e sim internamente, tais mudanças fez-se necessário

para movimentar de forma unificada e com pluralidade de ideias, assim dando oportunidade e voz aquelas pessoas que pensam diferente e que enriquecem o debate. Não podemos deixar a burocracia vigorar sobre o objetivo principal de nosso sindicato, como filiados e servidores públicos não podemos nos calar diante de tanta morosidade e da falta de interesse em debater temas de alta prioridade em nosso quadro de apoio escolar, não podemos aceitar que o próprio sindicato tenha um regimento burocrata que impeça qualquer suspiro de mudança, uma estrutura montada para manter as vozes caladas e que a atual gestão se mantenha a frente sem que opositores tenham ao menos se quer, espaço para enriquecer o debate. Algo precisa ser feito internamente, fomos impedidos de participar do Congresso Estadual exatamente por essa burocracia ineficiente que vigora hoje, de imediato fomos

demonstrar democraticamente nosso descontentamento de forma pacífica, fazendo um ato em frente à colônia de férias entregando folhetos e uma carta a direção da Afuse assim conscientizando os participantes que ali estavam. Ainda sobre nossa presença venho relatar que fomos impedidos de participar de forma truculenta pela Rosana (pertencente a direção), não aceitaram nosso pedido de recurso e nos impediram de expor tal recurso aos delegados, decisões estas tomadas de forma autoritária, sem diálogo e que reforça a falta de humanidade dentro do nosso sindicato.

Hoje, a direção acha que venceu mais um embate por impedir que vozes divergentes participem do Congresso Estadual, mas, na verdade, despertou a força e a vontade daqueles que permaneceram calados e que agora buscam a mudança.

São Paulo

Ato do Dia do Estudante marcado pelo divisionismo e eleitoralismo

No 14/08, as entidades estudantis (UNE/UBES/ANPG) convocaram uma manifestação na Avenida Paulista como parte de um Dia Nacional de Luta com a reivindicação “Por menos juros e mais investimentos na educação”. Tal bandeira já mostrava que a direção do movimento (dirigida pelo PCdoB e PT) estava pela defesa do governo Lula, trazendo ao movimento a bandeira da disputa interburguesa de redução dos juros e não das reivindicações mais sentidas dos estudantes.

Em consonância com o objetivo dessas direções, a paralisação das escolas não foi organizada. Portanto, esperava-se que o ato chamado para as 8h, em uma quarta-feira, não fosse massivo, como não o foi. Por outro lado, a UP/UJR, divergindo do conteúdo governista, compareceu organizada para um ato paralelo, arrastando atrás de si um conjunto de organizações centristas (MES/Juntos, PSTU/Rebeldia, MRT/Faísca, CST, SoB/Já Basta e UJC). Com o divisionismo, ocorreram duas manifestações: uma coordenada pela direção majoritária (UJS e JPL) com destino a ALESP, e outra organizada pela chamada Oposição de Esquerda (OE) que se dirigiu à SEDUC-SP.

O divisionismo correspondeu aos interesses aparelhistas da OE que, em vez de intervir no ato unificado combatendo a política das direções governistas, enfraqueceu a manifestação criando um palanque eleitoral de candidaturas autodeclaradas “anticapitalistas” e “comunistas”. Além do presente conteúdo eleitoral, já vimos fracassar a experiência do divisionismo na UNE com a formação da Conlute e depois da ANEL, que se desfizeram, sem que seus defensores fizessem um balanço autocrítico.



Todos à manifestação no dia 14/8! Dia do Estudante é dia de luta! Abaixo as escolas cívico-militares!

No dia 14, quarta-feira, será realizada no MASP, às 8h, a tradicional manifestação do Dia do Estudante. É o momento de os estudantes ocuparem as ruas e lutarem. Não é dia de festa, é dia de luta!

Do motivo para os estudantes lutarem são muitos:

masão dos professores: - Proibido uso de piercings e alargadores (mesmo cobertos com esparadrapo). - Alunas com cabelo somente preso em coque, não se pode pintar se for cor diferente e pintar com o cor natural (não pode utilizar alisadores e secador no cabelo).

Milha no POR seu partido de que marista fascista. Durante o nosso processo eleitoral e em apoio do QR Code.

DIRETOR DA L. DIRETOR DA L. É VAMOS R IMEDIATAMENTE A EJA E O ENS TAMBÉM VAM 16 SALAS DE A

A Corrente Proletária/POR interveio no ato com a distribuição das Edições N.º 76 e 77 do Boletim Juventude em Luta, cartazes e fala no carro de som, defendendo a escola pública contra os ataques do governo Tarcísio, se opondo ao fechamento de salas e a implantação das escolas cívico-militares e o “Novo Ensino Médio”. Defendeu uma oposição revolucionária ao governo Lula com um programa próprio da classe operária, colocando como exigência ao governo Lula: 1) que revogue as contrarreformas

trabalhista e previdenciária de Temer e Bolsonaro; 2) que revogue o Novo Ensino Médio; 3) que aumente os recursos para a educação, saúde e outros serviços essenciais; 4) que não pague a dívida pública e volte os recursos para combater a pobreza, miséria e fome; 5) que pare imediatamente de financiar o sistema educacional privado e acabe com o EaD; 6) que estatize o sistema privado de ensino e constitua um sistema único, público, científico, vinculado à produção social e controlado por quem estuda e trabalha. Em sua intervenção oral se destacou por combater o divisionismo da OE, convocando-os a compor o ato unificado.

Pronunciamento do POR

Primeiro saúdo o Dia do Estudante. Completam 87 anos de criação da UNE. E isso é motivo de comemoração. Mas não podemos esquecer que é necessário lutar. Não basta celebrar. É preciso organizar a luta. Sou militante do Partido Operário Revolucionário, da Corrente Proletária na Educação, fazemos um chamado para que nesse dia, 14 de agosto, não apenas denunciemos o capital financeiro. Sabemos que Campos Neto, presidente do Banco Central, não é uma peça isolada nesse sistema. Sabemos que o estabelecimento da autonomia do Banco Central colocou as alavancas da economia diretamente nas mãos do capital financeiro. Porém, tanto o Executivo quanto o Legislativo também operam a serviço do capital financeiro.

O governo Lula, mesmo tendo, ao iniciar o mandato, acabado com o teto dos gastos, o substituiu por um novo teto dos gastos, que é o arcabouço fiscal.

E não tem como manter o novo arcabouço fiscal e ao mesmo tempo garantir o pleno financiamento das universidades e das escolas. Não tem como manter o arcabouço fiscal e garantir o pagamento dos salários dos professores, dos técnicos, que já não suportam mais a sua desvalorização. Por isso, tivemos uma greve nacional, mas, mesmo assim, saímos do movimento com 0% para 2024. Decidimos pela greve, e o governo anunciou 400 milhões de custeio e agora tirou quatro vezes mais do que deu com o novo corte, retirando 16,8% do orçamento da educação.

Então precisamos fazer uma luta pela educação pública. A bandeira do rebaixamento dos juros na verdade não nos pertence. Trata-se de uma disputa entre frações da burguesia. Um setor se incomoda com os juros porque não consegue pagar suas dívidas e outro se beneficia com o saque do Tesouro Nacional. Não cabe a nós, aqueles que são trabalhadores e juventude oprimida, ficar atrás de um setor da burguesia ou do outro.

Nosso objetivo deve ser o de organizar a luta em defesa da educação pública e contra a privatização. Hoje, a maior parte dos estudantes está nas instituições privadas, quando ninguém deveria pagar para estudar. Estudar é um direito democrático. A maior parte dos professores está sendo formada no ensino a distância.

Então que o Dia do Estudante se converta num dia de luta. Que a UNE chame as centrais sindicais a convocar um Dia de Luta massivo, organizando os trabalhadores: Que parem a produção! Que parem a educação! Que parem as aulas! Porque só assim vamos conseguir dar um passo no combate para alcançar reais mudanças em favor de quem trabalha e estuda. Nossa reivindicação não diz respeito aos juros. O juro é só o sintoma da subordinação ao capital financeiro. E a nossa reivindicação é para que se pare de destinar metade do orçamento da União para juros e amortizações da dívida. Não reconhecemos essa dívida parasitária e fraudulenta, impulsionada pela ditadura. E, agora, a burguesia e os governantes querem que os explorados se lembrem com afago de Delfim Neto, um ministro da ditadura que tanto fez para favorecer os capitalis-

tas. Então a nossa luta é em defesa dos salários, em defesa do direito de a juventude estudar; é pela revogação desse maldito Novo Ensino Médio, que só vai precarizar a educação.

Então que a gente faça desse dia um verdadeiro dia de luta. Não para colocar os estudantes a serviço de uma ala A ou B da burguesia, não para substituir, subordinar os estudantes ao governo, e sim para a gente lutar com independência de classe pelas nossas próprias reivindicações e com os nossos métodos da ação direta e da nossa organização pela base.

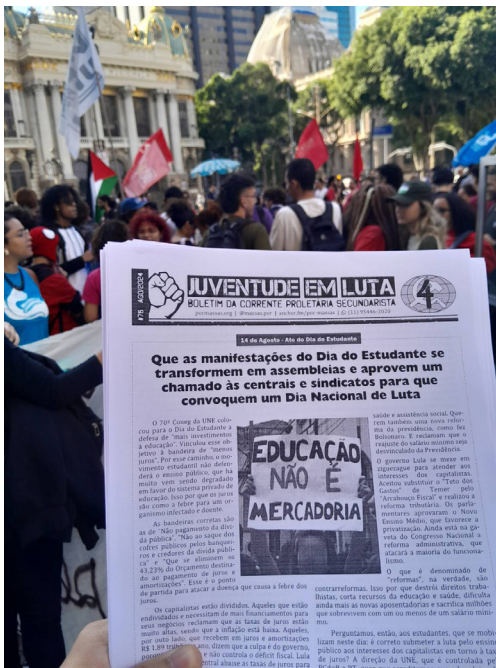


Rio de Janeiro

Ato do Dia do Estudante reflete a crise de direção do movimento estudantil

No último dia 14 de agosto, foi realizado o ato pelo Dia do Estudante na Cinelândia, no Centro do Rio. Tendo como reivindicações pressionar o governo estadual e federal contra o corte de verbas da educação, contra o Novo Ensino Médio e o projeto de militarização das escolas. O ato refletiu a crise de direção do movimento estudantil, bem como a ânsia de uma parcela da juventude em radicalizar a luta.

Apesar do caráter festivo em boa parte da sua realização, o ato terminou com a ocupação da fachada do edifício Estácio de Sá, onde funciona a Secretária de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) do Rio de Janeiro, concluindo com os estudantes derrubando as grades de segurança do edifício. Tal fato está na esteira de outras ações diretas protagonizadas pelos estudantes na cidade onde, na mesma semana, os alunos da UERJ ocuparam e montaram piquetes dentro do prédio para protestar contra o corte de bolsas de assistência.



A ocupação da fachada da SECTI foi esvaziada mediante a um acordo com grupos políticos que intermediariam as demandas dos estudantes e Secretaria de Educação. Mais uma vez, uma tendência de luta foi quebrada pelas direções burocráticas do movimento estudantil.

O POR interveio durante todo o ato com o nosso boletim e a banca de materiais. Enfatizou a necessidade de superar a crise de direção no seio do movimento estudantil, que tem como principais desarticuladores da luta a direção da UNE composta pelo PT e PCdoB. Somente com um movimento coordenado da juventude em aliança com a classe operária e demais explorados é possível dar a vazão revolucionária necessária para a luta dos estudantes, bem como para a maioria oprimida. A independência de classe criará a força social motriz capaz de solucionar as tarefas democráticas pendentes para a educação e para todos os setores sucateados pela decomposição capitalista.

Pernambuco

Dia do Estudante no Recife: atos divididos e esvaziados não impulsionam a luta da juventude

O ato de 14 de agosto, foi convocado pela UNE em comemoração ao Dia do Estudante, quando se completam 87 anos da fundação da entidade máxima dos estudantes brasileiros. O mote de mais verbas para a educação esteve subordinado à defesa de menos juros. No Recife, há duas entidades com o nome de União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), uma dirigida pela Correnteza/UP e outra dirigida pela UJS/PCdoB. Cada uma chamou um ato, em horário e locais diferentes. Às 14h, na escola Luiz Delgado ocorreu o ato chamado pela UEP Cândido Pinto (UP), junto a outras entidades estudantis dirigidas pela mesma corrente. Algumas dezenas de militantes estudantis da Correnteza e da UJC/PCBR

se reuniram e marcharam até a sede do governo do estado, onde protocolaram uma carta com reivindicações dos estudantes. O ato teve como pauta "Em defesa do orçamento da educação. Pela revogação do Novo Ensino Médio (NEM) e pelo passe livre a todos os estudantes.

O ato convocado pelas entidades estudantis dirigidas pela UJS e Levante Popular da Juventude (LPJ) foi marcado para as 16h, em frente à sede do Banco Central, na rua da Aurora. Um local onde apenas passam carros em alta velocidade e algumas babás e passeadores de cachorros dos prédios de alto padrão. Um número alto de policiais, inclusive alguns à paisana, monitorava o pequeno

grupo, com dezenas de jovens, filmando ostensivamente. Esse ato foi fisicamente dividido, com uma coluna dos estudantes maoístas (Ventania e Mangue Vermelho/A Nova Democracia), com suas palavras de ordem contra o novo ensino médio, privatização e em defesa dos métodos de ação direta e a ala da UJS, que se revezava no microfone com os gritos de “Fora Campos Neto” e discursos profundamente artificiais contra os juros altos, com críticas superficiais ao corte de orçamento, atribuídos mais ao Congresso Nacional e ao Banco Central, blindando o governo Lula.

Fizeram falas os candidatos a vereador do PT e PCdoB, ex-militantes do LPJ e da UJS. A deputada estadual Rosa Amorim, que era estudante da UFPE, diretora da UNE, militante do LPJ/MST quando foi eleita exaltou a candidatura de sua organização e exaltou as ações de Lula para a educação, como a criação de 100 novos campi para os IFs, Programa pé-de-meia e ampliação da assistência estudantil.

O POR atuou com o boletim da Corrente Proletária Estudantil e fizemos uma fala, chamando à luta pelas reivindicações da juventude e dos trabalhadores, com independência perante a burguesia e seu governo.

Pronunciamento no ato

Boa tarde. Primeiro eu queria saudar o Dia do Estudante, que caiu em um domingo, por isso estamos nas ruas hoje. Completam 87 anos de criação da UNE. E isso é motivo de muita comemoração, celebração. Mas a gente não pode esquecer que é necessário lutar. Não basta celebrar essa data. E a gente precisa organizar a luta.

Eu sou militante do Partido Operário Revolucionário, da Corrente Proletária na Educação, e a gente está fazendo um chamado para que nesse dia, 14 de agosto, não apenas denunciemos o capital financeiro. A gente precisa saber que Campos Neto não é uma peça isolada nesse sistema. Sabemos que a criação da autonomia do Banco Central coloca as alavancas da economia nas mãos do capital financeiro mais diretamente. Porém, o Executivo, o Legislativo, também operam a serviço do capital financeiro.

Pernambuco

IFPE Barreiros: pela construção do grêmio e contra o corte de verba da Educação

Durante a greve da educação federal, estudantes do IFPE se aproximaram da Corrente Proletária na Educação, participando das atividades locais, estaduais e da caravana a Brasília. Com o encerramento da greve, esses setores de vanguarda que despontaram têm convocado os demais estudantes pela reativação do grêmio no IFPE campus Barreiros. Diante do sucateamento, com falta de quadra, de insumos nos laboratórios, de verba para visitas técnicas e demanda por mais alimentação (considerando que passam o dia inteiro na escola), os estudantes se mobilizam na defesa da constituição do grêmio como um instrumento de luta.

Os estudantes também chamam os demais a lutarem contra mais um corte de verba, anunciado depois da greve pelo governo. Lula aproveitou o fim da greve para avançar na precarização dos Institutos e Universidades federais.

É de fundamental importância que o movimento estudantil responda aos ataques à educação. Que os estudantes, independente da burocracia da instituição e dos governos, construam os grêmios de luta. Que a UBES, a UNE e demais entidades estudantis, junto às centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta em defesa das condições de vida e trabalho da juventude, pela revogação das contrarreformas (Trabalhista, Previdenciária, NEM, lei de terceirização), contra o Arcabouço Fiscal, que mantém os cortes de verba da educação e saúde!

Toda força à criação dos grêmios independentes, democráticos e de luta!

O governo Lula, mesmo tendo, ao entrar, acabado com o teto dos gastos o substituiu por um novo teto dos gastos, que é o novo arcabouço fiscal. E não tem como manter o novo arcabouço fiscal e ao mesmo tempo garantir o pleno financiamento das universidades e das escolas. Não tem como manter o arcabouço fiscal e garantir o pagamento dos salários dos professores, dos técnicos. Por isso nós tivemos uma forte greve, mas, mesmo assim, saímos da greve com 0% para 2024. Por isso que nós tivemos uma forte greve e o governo anunciou 400 milhões de custeio e agora tirou quatro vezes mais do que ele deu com o novo corte, que tirou 16,8% do orçamento da educação.

Então, precisamos fazer uma luta. E a luta pelos juros na verdade é uma disputa entre frações da burguesia. Um setor se incomoda com os juros porque não consegue pagar suas dívidas e outro se beneficia com os juros. Não cabe a nós, aqueles que são trabalhadores, a juventude oprimida, ficar atrás de um setor da burguesia ou do outro. A gente precisa organizar a luta em defesa da educação pública, contra a privatização. Hoje a maior parte dos estudantes está nas instituições privadas, quando ninguém deveria pagar para estudar. Estudar é um direito. A maior parte dos professores está sendo formada no ensino a distância. É preciso que esse dia se converta num dia de luta. Que a gente chame as centrais para convocar um dia massivo com os trabalhadores: Que parem a produção! Que parem a educação! Que se parem as aulas! Porque só assim vamos conseguir mudar. E a nossa reivindicação não é exatamente em relação aos juros. O juro é só o sintoma da subordinação ao capital financeiro. A nossa reivindicação é para que se pare de destinar metade do orçamento da União para juros e amortizações da dívida. Para que a gente não reconheça essa dívida fraudulenta, criada sob a ditadura. Então a nossa luta é em defesa dos salários, é em defesa do direito da juventude estudar, é pela revogação desse maldito Novo Ensino Médio, que só vai precarizar a educação.

Que a gente faça desse dia um verdadeiro dia de luta. Não para colocar os estudantes a serviço de uma ala A ou B da burguesia, não para subordinar os estudantes ao governo, e sim para a gente lutar com independência de classe pelas nossas próprias reivindicações e com os nossos métodos da ação direta da nossa organização pela base.

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

110 dias de Greve de Técnicos Administrativos em Educação contra o governo burguês de frente ampla de Lula/Alekmin: percurso da luta na UFABC



Traição das burocracias colaboracionistas demonstra a necessidade de erguer oposições classistas e revolucionárias e constituir uma nova direção!



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



MASSAS
O JORNAL DA LUTA E DA ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Rondônia

Estudantes tentam barrar uma posição arbitrária da Unir sobre a lei de cotas

No dia 20/08, estudantes indígenas, quilombolas, ribeirinhos camponeses e a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia (Adunir) convocaram timidamente um ato para protestar contra uma resolução aprovada no Conselho da universidade em que contraria a lei de cotas. Na verdade, sequer aconteceu o ato, mas sim, uma reunião com a burocracia da universidade e a presença de um número simbólico de estudantes.

Segundo a representação estudantil, nos últimos editais para preenchimento de vagas remanescentes, a Unir desrespeita a Lei de cotas de nº 12.711/2011 e que foi atualizada em 14.723/2023 ao cumprir uma resolução defasada anterior a referida Lei. A resolução indica que ao abrir o edital e as vagas para esse público e, caso não forem preenchidas, serão colocadas para ampla

concorrência. Segundo os estudantes essa resolução é inferior a lei maior.

A Corrente Proletária esteve presente e avalia que é necessária uma assembleia geral universitária com os três seguimentos no sentido de barrar essas decisões vindas das burocracias e deliberar sobre as reivindicações e o caminho da luta. A lei de cotas existe e cabe à universidade cumprir. No entanto, a Corrente Proletária faz campanha pelo direito irrestrito de todos à universidade pública. O que significa fim dos vestibulares, ENEN e todos os instrumentos que servem para impedir a juventude pobre ter acesso ao ensino superior gratuito. Mostra o caráter limitado da lei das cotas, porque acaba excluído boa parte da juventude pobre e discriminada.

Rio de Janeiro

Responder à corrupção que tomou conta do estado por meio do programa revolucionário

A Polícia Federal indiciou o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, por corrupção passiva e peculato (desvio de dinheiro público). Os fatos ocorreram entre 2017 e 2019, quando ainda era vereador, sob a acusação de que teria desviado recursos de programas assistenciais. Vale recordar que em dezembro de 2023, foi cumprido um mandato de busca e apreensão na casa do irmão de criação do governador, Vinícius Sarciá, e confiscado R\$ 128 mil e U\$ 7,5 mil em dinheiro vivo, além de planilhas e anotações.

Cláudio Castro se torna o 7º governador do RJ a ser investigado. Junto da lista estão os ex-governadores Wilson Witzel, Pezão, Sérgio Cabral, Rosinha Matheus, Anthony Gorotinho e Moreira Franco. Em 2020, foi a vez do prefeito Marcelo Crivella ser preso por suspeita de corrupção. Ainda em 2020, o presidente da ALERJ, Jorge Picciani, também foi preso por corrupção “passiva”, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

É do conhecimento que Claudio Castro mantinha uma relação próxima com os irmãos Chiquinho e Domingos Brazão e que o governador tentou barrar a indicação do delegado que desvendou o caso Marielle.

Todos esses dados mostram a profunda crise que Rio de Janeiro se encontra. Nesse ano de eleição, os politikeiros retornam com seus discursos ilusórios, dizendo que vai melhorar o estado e que atenderá às reclamações da população pobre. Tudo não passa de promessa. Nenhum deles tem a coragem de enfrentar o crime organizado e a milícia, até porque fazem parte desse esquema. Procuram aumentar o número de operações militares nas favelas, simplesmente para poder “mostrar serviço” e ganhar o apoio eleitoral. Não podemos esquecer que as tais operações militares acabam assassinando crianças, jovens e trabalhadores.

É necessário que as massas se levantem contra essa farsa da democracia burguesa, tão escancarada no Rio de Janeiro. Não devemos depositar nenhuma confiança nas eleições do Estado burguês corrupto e opressor. Apenas a organização massiva dos explorados, com os métodos próprios de luta do proletariado, como greves e piquetes, e com independência de classe, será capaz de defender as condições e a vida da maioria explorada. É por meio da luta direta que se poderá pôr fim a esse ciclo vicioso em que o estado do Rio se encontra e abrir caminho para a construção da revolução socialista, a única saída diante do capitalismo apodrecido.

Minas Gerais

É preciso combater o Regime de Recuperação Fiscal do governo Zema com os métodos de luta da classe operária

O governador direitista Romeu Zema (Partido Novo) pretende aprovar a adesão do estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). O PL 1.202/19 já foi aprovado em 1º turno na ALMG (Assembleia Legislativa), e pode ir à 2ª votação nos próximos dias. A medida prevê um conjunto de ações de contingenciamento, como a privatização de empresas estatais, congelamento de salários e um teto de gastos que atingirá principalmente os recursos da educação e demais serviços públicos. Também tramita na ALMG o PLC 38/2023, que trata da limitação do crescimento anual das despesas primárias e o pagamento da dívida estado com a União.

Durante o seu governo, Zema concedeu vários benefícios fiscais a empresas, mesmo alegando dificuldades econômicas. O

governador já tinha conseguido um prazo para pagar parcelas de uma dívida de R\$165 bilhões com a União, em atraso desde 2018. Entre os benefícios, estão isenções e reduções de alíquotas até 2028. Ao conceder benefícios fiscais, o governo deixa de receber ou recebe menos impostos das empresas. Somadas, as “renúncias” de ICMS e de IPVA chegarão a R\$147 bilhões em 2028.

O Executivo mineiro, porém, diz que não está abrindo mão de receita ao conceder vantagens aos empresários, pois “atrai investimentos para o estado”. A cantilena liberal é a mesma, enquanto o desemprego e a precarização dos serviços públicos só aumentam, Zema segue mentindo e querendo ocupar o vácuo deixado por Bolsonaro, inelegível. Sob o capitalismo, a tendência

dos autodenominados “gestores” será sempre a de aprofundar a precarização dos serviços de saúde e educação, por exemplo, para tentar justificar a privatização.

Só no caso do ICMS, a renúncia fiscal mais que triplicou em seis anos, de R\$ 4,7 bilhões em 2018, para R\$ 15,4 bilhões este ano. Em mais uma mentira da burguesia, que vive reclamando dos impostos altos, nota-se que os capitalistas seguem sem pagar, enquanto os trabalhadores pagam caro. A maior parte é em crédito presumido, ou seja, fazem uma estimativa - na verdade, uma especulação -, a empresa recebe um desconto e não precisa pagar ICMS sobre cada transação de compra e venda.

Os benefícios com o IPVA também dispararam: eram R\$ 95 milhões em 2018, que passaram para R\$ 2,5 bilhões neste ano, um aumento de aproximadamente 26 vezes. A previsão é chegar a R\$3,3 bilhões em 2028. As facilidades concedidas às locadoras para o pagamento do IPVA não são novidade no estado. A não cobrança de IPVA beneficiou a empresa Localiza, que bancou 28% dos gastos eleitorais de Zema na campanha de 2022. O próprio Mattar, dono da Localiza, foi consultor do governo Zema.

Esse é só um exemplo do que representa a demagogia de Zema. Além disso, quer entregar a mineração na Serra do Curral, entre outras medidas de favorecimento à burguesia. Enquanto isso, as centrais e sindicatos insistem na estratégia de “pressionar” os deputados, para que não votem a adesão a RRF, tática que tem levado os trabalhadores a inúmeras derrotas, a exemplo do que se passou em relação às contrarreformas previdenciária e trabalhista.

O POR participará junto aos trabalhadores das atividades convocadas pelos sindicatos, como as audiências públicas, mas sempre colocando a necessidade de avançar nos métodos de luta. Uma direção classista e revolucionária trabalharia para que os explorados confiassem em suas próprias forças, ao contrário do que as direções sindicais estão fazendo, ao alimentar ilusões na possibilidade de uma vitória no campo do inimigo de classe, que é o Parlamento. É necessário travarmos essa batalha com os métodos de luta da classe operária e demais oprimidos, com a greve, os bloqueios de avenida, ocupações e manifestações massivas. É com essa linha política que o POR atuará na luta contra o RRF de Zema.

Formação Política

Grupo de Estudos do Marxismo Introdução à Revolução Permanente

O Grupo de Estudos do Marxismo, organizado pelo POR virtualmente, iniciou seus estudos sobre o livro *A Revolução Permanente*, de Trotsky. No último dia 13, fizemos a introdução ao tema a partir do texto de Guillermo Lora, *A teoria de Trotsky, presente em nosso livro “Pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.”* Naquele encontro, discutimos os aspectos gerais da Revolução Permanente e sua aplicação nas revoluções dos países de capitalismo atrasado, bem como os elos de continuidade das ideias da revolução permanente em Marx, Engels, Lênin e Trotsky.

No dia 20, discutimos a introdução do livro de Trotsky, de novembro de 1929, onde já aparecem os principais elementos da Revolução Permanente.

Um camarada iniciou a discussão apresentando aspectos gerais do desenvolvimento da teoria da revolução permanente, mostrando que embrionariamente foi apresentada por Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista, na Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas, de 1850, bem como nas análises das revoluções de 1848 e da Comuna de Paris, de 1871. Em Lênin, a questão é apresentada como necessidade de uma revolução ininterrupta para transformar a caráter democrático-burguês da revolução (cumprimento das tarefas burguesas) em revolução socialista. Mas em 1905, com a primeira revolução russa, um profundo debate estratégico se deu no país, onde foram apresentadas diferentes concepções de como deveria ser a revolução russa. As três principais apresentadas em nosso estudo foram: a dos mencheviques, que ignoravam a experiência da Comuna de Paris e o amadurecimento do proletariado russo, que já se constituía em partido independente. Assim, os mencheviques defendiam que as tarefas burguesas da revolução só poderiam ser cumpridas pela própria burguesia, cabendo ao proletariado pressionar pela esquerda o governo formado. “Por outras palavras, os mencheviques consideravam a revolução burguesa, sobretudo, como uma reforma liberal e constitucional.”

Já Lênin, concordava que a revolução deveria cumprir as tarefas da revolução burguesa, como a independência nacional e solu-

ção da questão da terra aos camponeses. “A libertação das forças produtivas da sociedade burguesa do jugo da servidão significava antes de tudo, para ele, a solução radical do problema agrário, no sentido de uma liquidação definitiva da classe dos grandes proprietários fundiários e de uma transformação revolucionária no domínio da propriedade fundiária”. A partir disso, Lênin elaborou a fórmula da “Ditadura democrática do proletariado e dos camponeses”. Sobre esta consigna estratégica, Trotsky responde: “Em 1905, Lênin falava, apenas, de uma hipótese estratégica que devia ainda ser verificada pelo curso real da luta de classes. A fórmula ditadura democrática do proletariado e dos camponeses tinha, sobretudo, e de caso pensado, um caráter algébrico. Lênin não resolvia, de antemão, a questão das relações políticas entre as duas partes da ditadura democrática eventual: o proletariado e os camponeses.”

A terceira entre as mais importantes concepções da revolução no período de 1905 era a de Trotsky, que chegou à “conclusão de que a nossa revolução burguesa só poderia realizar de fato as suas tarefas no caso de o proletariado, apoiado pelos milhões de camponeses, concentrar em suas mãos a ditadura revolucionária. Qual seria o conteúdo social dessa ditadura? Antes de mais nada, sua missão consistiria em levar até o fim a revolução agrária e a reconstrução democrática do Estado.” Tratava-se de mostrar que a maturidade do proletariado russo, aliada à experiência do proletariado da Europa, colocava essa classe no centro do processo revolucionário, sendo capaz de materializar sua ditadura. Trotsky, no entanto, era interrogado se acreditava que a Rússia já estava madura para o socialismo, ao que ele respondia que não, mas completava: “Contudo, a economia mundial e a economia europeia em particular estão perfeitamente maduras para essa revolução. A ditadura do proletariado na Rússia nos conduzirá ou não ao socialismo? Em que ritmos e por quais etapas? Tudo isso dependerá do comportamento futuro do capitalismo europeu e mundial.” Aí está em síntese o caráter internacional da teoria da Revolução Permanente.

A partir dessa exposição inicial, outros camaradas passaram a intervir destacando os diferentes aspectos contidos na in-

rodução do livro. Uma camarada trouxe a batalha do estalinismo, que estava se formando a partir de 1924, contra o que chamaram de “pecado original” do trotskismo, como forma de combater a oposição que se formava à direção burocrática da URSS. Outro camarada apresentou os três principais aspectos da Revolução Permanente. São eles: o problema da passagem da revolução democrática à revolução socialista; a teoria da revolução permanente que caracteriza a própria revolução socialista; e o caráter internacional da revolução permanente.

O primeiro aspecto indica que, a partir da traição histórica das burguesias nacionais (revoluções de 1848, 1905 na Rússia), só o proletariado, através de sua ditadura, poderia cumprir as tarefas democráticas pendentes, transformando-as em socialistas em sua luta permanente. “Demonstrava que, em nossa época, o cumprimento das tarefas democráticas, proposto pelos países burgueses atrasados, conduzia diretamente à ditadura do proletariado, que coloca as tarefas socialistas na ordem do dia.” Trotsky conclui, “Enquanto a opinião tradicional considerava que o caminho para a ditadura do proletariado passaria por um longo período de democracia, a teoria da revolução permanente proclamava que, para os países atrasados, o caminho para a democracia passaria pela ditadura do proletariado. [...] Assim, tornava-se permanente o desenvolvimento revolucionário que ia da revolução democrática à transformação socialista da sociedade.”

O segundo aspecto trata das tarefas internas da revolução, das transformações políticas, sociais e econômicas pelas quais passaria o país depois da revolução. Eis, “Durante um período, cuja duração é indeterminada, todas as relações sociais se transformam no transcurso de uma luta interior contínua. A sociedade não faz senão mudar de pele, sem cessar. Cada fase de reconstrução decorre diretamente da precedente. Os acontecimentos que se desenrolam guardam, necessariamente, um caráter político, dado que assu-

mem a forma de choques entre os diferentes grupos da sociedade em transformação.”

“Em seu terceiro aspecto, a teoria da revolução permanente implica o caráter internacional da revolução socialista que resulta do estado da economia e da estrutura social da humanidade. O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes. A revolução socialista começa no âmbito nacional, mas nele não pode permanecer.” Certamente esse aspecto da teoria foi o mais combatido pelo estalinismo, pois, junto aos demais, expressava a oposição diametral à pseudoteoria do socialismo em um só país, elaborada por Bukharin e Stalin depois da morte de Lênin.

A partir da constatação do caráter mundial da economia e da maturidade de outros países europeus, o que incluía a maturidade de suas classes proletárias, Trotsky pôde desenvolver um prognóstico sobre a manutenção de uma ditadura proletária em um país atrasado, como a Rússia. Eis o que diz: “No caso de existir uma ditadura proletária isolada, as contradições internas e externas aumentam inevitavelmente e ao mesmo passo que os êxitos. Se o Estado proletário continuar isolado, ele, ao cabo, sucumbirá vítima dessas contradições. Sua salvação reside unicamente na vitória do proletariado dos países avançados. Desse ponto de vista, a revolução nacional não constitui um fim em si, apenas representa um elo da cadeia internacional.”

Trotsky sintetiza o problema teórico-prático que estava na base dos conflitos internos - com efeitos sobre o exterior - que se processava naquele momento: “Revolução Permanente ou socialismo num só país, eis a alternativa em que se encontram os problemas internos da União Soviética, as perspectivas das revoluções no Oriente e, finalmente, a sorte de toda a Internacional Comunista”.

Nesta edição:

- 84 anos do assassinato de Leon Trotsky;
- Trotsky, sobre o sionismo e o antisemitismo;
- **Palestina:** Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR): Confiar em nossas próprias forças; Notas sobre a intervenção do POR nos atos;
- **Argentina:** O forte crescimento da pobreza, da indigência e do desemprego;
- **Chile:** O custo da política econômica burguesa pró-imperialista;
- **Trotsky:** 32 anos da dissolução da URSS (Síntese dos três artigos).

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
 pela Reconstrução
 da IV Internacional**



Manifesto do Partido Operário Revolucionário

À classe operária, demais trabalhadores e à juventude oprimida

84 anos do assassinato de Leon Trotsky

20 de agosto de 2024

Em 20 de agosto de 1940, em Coyoacán, México, Trotsky foi assassinado por um agente da GPU, a mando de Stalin. A ditadura burocrática pretendia tirar do seu caminho o mais bem formado marxista-leninista, acabando com a sua vida. Mas teria de aguardar uma situação que fosse melhor para evitar repercussões no proletariado internacional e mesmo no interior dos partidos comunistas. A sua destituição do Comitê Central, expulsão do

partido, confinamento em Alma-Ata, expulsão da União Soviética, exílio na Turquia, França, Noruega e, finalmente, México, não foram suficientes para impossibilitar a luta do revolucionário contra o termidor e a ditadura bonapartista comandada por Stalin.

Trotsky - excetuando algumas situações de enfermidade - trabalhou incessantemente pela defesa das conquistas da Revolução de Outubro de 1917, pelo avanço da transição do

capitalismo ao socialismo, pela continuidade programática das formulações dos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista, pela projeção do internacionalismo proletário, pela vitória das revoluções que se ergueram na Europa e em outras partes do mundo, como na China, e pela construção da IV Internacional, quando se tornaram comprovadas as revisões e as traições montadas pelos estalinistas, a exemplo da revolução espanhola.

Trotsky se valeu da rica experiência da Revolução Russa - inclusive da correção de seus erros anteriores a 1917 - para compreender o fenômeno da burocratização do Estado soviético, da degeneração do Partido Bolchevique depois da morte de Lênin em 1924 e do percurso revisionista que faria a camarilha burocrática. Seu combate à tese estalinista da possibilidade de construir o “socialismo em um só país”, portanto, à margem e a despeito da revolução mundial, se mostrou correta e indispensável como evidenciou o percurso da contrarrevolução restauracionista.

A tese do “socialismo em um só país” conduziu ao beco sem saída da política de “coexistência pacífica” com o imperialismo, que contou com as derrotas das revoluções e dos levantes das massas oprimidas em todo o mundo, para preparar o caminho da Segunda Guerra Mundial. O imperialismo pôde dar origem ao nazifascismo como último recurso diante do processo revolucionário mundial, que teve o seu ponto de partida a tomada do poder pelo proletariado na Rússia, expropriação dos meios de produção, criação dos germens socialistas da propriedade social, nacionalização, economia planificada, monopólio do comércio exterior e direito de autodeterminação das nações oprimidas. A edificação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) resultou na conquista mais avançada da luta pelo socialismo, não só porque uniu inúmeros povos sob o objetivo de construir as forças produtivas socialistas, como também ergueu uma trincheira do internacionalismo proletário.

A luta de Trotsky contra a apropriação da camarilha estalinista do Partido Comunista Russo e eliminação de qualquer vestígio da democracia partidária e sua transformação em instrumento da ditadura burocrática, que se elevou por cima da classe operária e demais trabalhadores, se guiou firme e claramente pelos fundamentos, princípios e experiências da Revolução Russa, que, por sua vez, se assentaram no socialismo científico de Marx e Engels e no patrimônio prático da luta de classes do passado.

As contribuições de Trotsky para a Revolução de Outubro foram inúmeras. Destacou-se como presidente do soviete de Petrogrado e na organização da insurreição do proletariado. Sob a direção de Lênin, se tornou um dos mais importantes organizadores do Estado soviético, sendo destacado para estruturar e comandar o Exército Vermelho. Seus escritos sobre o período revolucionário de 1905 e suas formulações em torno à teoria da revolução permanente conservaram sua importância para o marxismo. Em particular, a revolução permanente é reconhecida por ter raízes na elaboração de Marx e Engels, de forma que expressa as leis da revolução social e do internacionalismo proletário. Stalin e seus sequazes não se cansaram de deturpar a teoria da revolução permanente como antimarxista e antileninista. Os acontecimentos históricos se encarregaram de enterrar as falsificações estalinistas e elevar as formulações da revolução permanente como parte das conquistas programáticas e teóricas do marxismo-leninismo.

O próprio Trotsky rejeitou a qualificação de suas posições como “trotskismo”. Isso por que foi a forma dos estalinistas procurarem separar e opor toda trajetória de Trotsky ao leninismo. As divergências e incompreensões de Trotsky no período anterior à revolução quanto à natureza do partido e à constituição do bolchevismo em contraposição ao menchevismo ficaram para trás. Trotsky refez sua posição à luz da revolução e do lugar do bolchevismo como direção da insurreição, tomada do poder e expropriação da burguesia. Eis por que ingressou no Partido Bolchevique e passou a ocupar uma posição de direção do processo revolucionário ao lado de Lênin.

Trotsky se tornou o mais importante membro do bolchevismo ao resistir às maquinações burocráticas de Stalin, antes mesmo da morte de Lênin, quando este se achava acometido de uma enfermidade fatal. Lênin não aprovava - como está documentado em seu testamento - a condução de Stalin a secretário-geral do partido. Nesse momento de grande importância para os rumos que tomariam o partido, Trotsky havia se tornado um camarada de inteira confiança de Lênin. Confiança essa que se forjou no fogo da revolução, nos anos de guerra civil, na fundação da III Internacional e na edificação da URSS. Observa-se que uma fração burocrática e revisionista se despontava na luta de aparato em torno à sucessão de Lênin. Foi fatal para o partido e para o regime soviético o fato de importantes dirigentes, como Zinoviev, Kamenev e Bukarin, se alinharem a Stalin e seus consortes. Dirigentes estes que acabaram finalmente pagando com a vida, condenados pela farsa dos Processos de Moscou.

O isolamento de Trotsky, no entanto, não o impediu de organizar a Oposição de Esquerda, que como fração revolucionária iria ser perseguida e banida da URSS. A mais brutal perseguição não o tirou do caminho da defesa da URSS, diante de seus inimigos imperialistas e da própria burocracia totalitária. A sua compreensão de que havia se tornado um imperativo a construção de uma nova Internacional, após a ascensão de Hitler em 1933, resguardava e se apoiava nas experiências de decomposição da II Internacional, pela socialdemocracia chauvinista.

A liquidação da III Internacional do ponto de vista de seu programa, formulado nos seus Primeiros Quatro Congressos, correspondia à sedimentação da burocracia soviética e ao fortalecimento das tendências restauracionistas. A recuperação da III Internacional somente seria possível caso a classe operária se levantasse em defesa das conquistas da Revolução Russa e da democracia soviética. O destino da III Internacional estava condicionado à luta da Oposição de Esquerda. A sua derrota consubstanciada pela expulsão de Trotsky em 1929 teria de ser revertida com a organização de um movimento que golpeasse e interrompesse o processo do termidor instalado logo após a morte de Lênin.

De 1929 a 1933, a linha estabelecida por Trotsky foi a de lutar por uma reforma geral no partido e no Estado operário, o que incluía derrotar a direção estalinista da III Internacional. De 1933 a 1938, a orientação se concentrou na tarefa de construir a IV Internacional. Nestes cinco anos, o combate ao revisionismo estalinista se acirrou na medida em que a política de Stalin fortalecia as forças restauracionistas e colocava em perigo o regime social nascido da revolução. A derrota da Oposição de Esquerda russa inevitavelmente se refletia na luta pela organização do movimento internacional voltado finalmente à revolução política na URSS e à revolução social no plano internacional.

A defesa da URSS, nas condições da Segunda Guerra que se aproximava e que eclodiria em 1939, dependia de o proletariado russo encarnar a revolução política e o proletariado mundial avançar no sentido da revolução social. A interdependência entre a revolução política e a revolução social consubstanciou a organização do movimento pela IV Internacional e sua fundação, tendo como base o Programa de Transição.

Três anos após o assassinato de Trotsky, Stalin em 1943 decidiu pela dissolução da III Internacional. Foi um golpe de misericórdia da ossificada e moribunda organização que entre 1919 e 1922 se edificou sobre a base da Revolução de Outubro e do avanço das forças revolucionárias em todo o mundo.

A IV Internacional ganhou a luz do dia nas condições de profunda e ampla crise de direção, como reconhece logo nas primeiras linhas o Programa de Transição. A sua fortaleza se expressou nas formulações programáticas da revolução política como parte da revolução internacional. A sua fraqueza se manifestou nas dificuldades da vanguarda compreendê-las em sua plenitude e traduzi-las no seio do proletariado, constituindo os partidos marxista-leninista-trotskistas como seções da IV

Internacional. Quando Trotsky foi assassinado, as teses da IV Internacional se mostravam coerentes com a tarefa de derrubar a burocracia estalinista termidoriana por meio da revolução política e de combater a burguesia em todas as latitudes com o programa da revolução social.

A conclusão da Segunda Guerra refletiu taxativamente a justeza da orientação formulada por Trotsky. Stalin levou a URSS a compor uma aliança com os Estados Unidos e Inglaterra que implicaria uma nova partilha do mundo, contra a qual o bolchevismo sob a direção de Lênin combateu sem trégua. O lugar da URSS nessa nova divisão pareceu imediatamente como um ganho para o comunismo. A liquidação da III Internacional se deu nesse âmbito, expondo exatamente o contrário. As conquistas que o proletariado realizou no terreno da luta de classes nos marcos da guerra somente poderiam ser mantidas e vivificadas caso a revolução política se impusesse na URSS. As condições objetivas durante e após a Segunda Guerra eram favoráveis à revolução social, no entanto, faltavam as condições subjetivas que teriam de ser encarnadas pelos partidos revolucionários. A sedimentação da nova divisão do mundo daria uma gigantesca superioridade ao imperialismo em relação à URSS. De passagem, é preciso assinalar um fator decisivo para a hegemonia dos Estados Unidos, que foi a criação da OTAN em 1949.

Terminada a guerra, a nova aliança imperialista estabeleceu a estratégia de destruir a URSS. O que veio a ocorrer em dezembro de 1991, com sua dissolução, portanto, 46 anos depois do acordo de Yalta. A burocracia herdeira do regime de Stalin se encarregaria de impulsionar o restabelecimento da propriedade privada dos meios de produção e da economia de mercado. As teses da IV Internacional e o conjunto de documentos deixados por Trotsky se confirmaram pela negativa, ou seja, de que uma revolução política recuperaria as conquistas da revolução, ou a burocracia termidoriana e seu regime bonapartista levariam à derrubada da URSS e à restauração capitalista. Uma vez que a revolução política não se impôs, o regime de Stalin se fortaleceu em contraposição às tarefas da construção do socialismo e da revolução mundial.

A IV Internacional se dissolveria entre os anos de 1950 e 1960, justamente porque a sua direção foi incapaz de assimilar o trotskismo como continuidade do marxismo-leninismo. Não suportou a investida mundial do estalinismo depois da Segunda Guerra. Se viu envolvida pelo fortalecimento provisório do regime de Stalin e de seus satélites no Leste Europeu, sobretudo.

A crise direção se ampliou ainda mais até os nossos dias. A tarefa de reconstruir a IV Internacional sobre a base do Programa de Transição pertence à vanguarda que se põe a assimilar e aplicar as conquistas programáticas e teóricas que sobrevieram com a luta da Oposição de Esquerda Russa e da constituição da IV Internacional.

Nesses 84 anos do assassinato de Trotsky, se condensa o percurso de sua luta em defesa da URSS e do avanço da revolução socialista mundial. O capitalismo retomou a marcha da desintegração, que parecia superada após a Segunda Guerra, a nova partilha do mundo, a reconstrução do Plano Marshall e o estabelecimento da hegemonia do imperialismo norte-americano.

Aflorou potentemente a contradição entre as forças produtivas, as relações de produção capitalistas e as fronteiras nacionais.

A liquidação da URSS não trouxe a paz com a revogação formal pelos Estados Unidos e aliados da “Guerra Fria”. Em nossos dias, a invasão da Ucrânia pela Rússia, fevereiro de 2022, em resposta ao cerco da OTAN, reflete os retrocessos provocados pela restauração capitalista. Já dura dois anos e meio, e continua a trazer a sombra de uma guerra generalizada na Europa. A ocupação militar na Faixa de Gaza pelo Estado sionista e o genocídio do povo palestino, por sua vez, põem à luz do dia a partilha do mundo imposta pelos acordos de Yalta de 1945 e três anos depois a decisão colonialista da ONU, com apoio da URSS, ou seja, de Stalin, de criação do Estado de Israel.

Nesse quadro, emerge a guerra comercial dos Estados Unidos contra a China que seguiu o caminho da restauração capitalista. Não é indiferente ou secundário os laços que unem a derrocada da URSS e o processo de restauração estabelecido desde meados de 1970 pela burocracia chinesa do Partido Comunista. Esse entrelaçamento favoreceu e vem favorecendo a estratégia do imperialismo de soterrar até a última pedra as conquistas das revoluções proletárias do século XX. A classe operária mundial, os demais trabalhadores e os povos oprimidos vêm arcando com os recuos das revoluções e com a desintegração do capitalismo mundial. Das condições objetivas da decomposição econômica e social, bem como do impulso das tendências bélicas e da luta de classes, afloram o programa da revolução social e a tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Nesses 84 anos do assassinato de Trotsky, as contradições do capitalismo se agravaram. Nas suas entranhas, as burocracias dos Estados operários degenerados demonstraram que encarnavam a contrarrevolução restauracionista, contra a qual se insurgiu a Oposição de Esquerda Russa desde 1924 e o movimento pela IV Internacional desde 1933. Esse processo histórico está conduzindo o capitalismo a uma catástrofe cuja dimensão ainda está por se evidenciar. O proletariado em sua luta instintiva contra a sua própria desintegração e proliferação da pobreza e miséria caminha no sentido de recuperar o terreno de batalha perdido. É nessa marcha objetiva que a vanguarda com consciência de classe deve se empenhar por assimilar e materializar o Programa de Transição da IV Internacional e as enormes conquistas do marxismo-leninismo-trotskismo.

Memória Eterna ao dirigente da Revolução Russa e construtor da IV Internacional, Leon Trotsky!

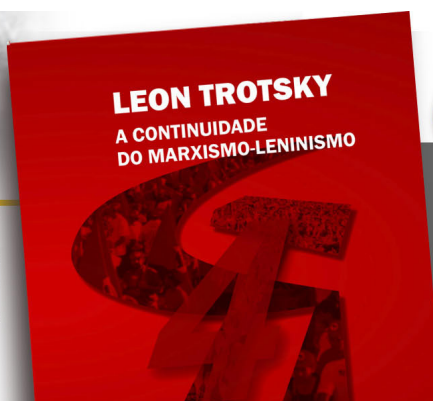
Todo empenho em reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista!



Publicado o livro:

LEON TROTSKY **A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**

“ Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**



Trotsky, sobre o sionismo e o antissemitismo

No momento em que se cumpre os 84 anos do assassinato de Trotsky, ocorre um genocídio na Faixa de Gaza. A intervenção militar do Estado de Israel projetou a questão do sionismo e do antissemitismo. Aproveitamos esse momento de profunda decomposição do capitalismo e da comprovação histórica de que a criação do Estado de Israel tão somente serviria aos interesses do imperialismo no Oriente Médio sem que resolvesse a questão judaica, para publicar uma formulação de Trotsky sobre o sionismo e o antissemitismo, feita em janeiro de 1937, nos marcos da preparação da Segunda Guerra Mundial e da ofensiva da ditadura de Stalin contra a Oposição por meio dos Processos de Moscou.

Entrevista concedida ao Jewish Daily Forward

18 de janeiro de 1937

Para responder às perguntas relacionadas à União Soviética, seria necessário um livro inteiro. Escrevi esse livro na Noruega. Na França, apareceu com o título de “A Revolução Traída”, há duas semanas. Hoje eles me disseram de Nova York que as provas já estão corrigidas e que o livro aparecerá em breve em inglês. Para aqueles que estão interessados em minhas opiniões sobre a atual situação econômica, social, política e cultural da União Soviética, os remeto a esse livro. Uma parte dele trata da questão da nova Constituição soviética, com a seguinte conclusão: todos os elementos historicamente progressistas já foram incluídos na antiga Constituição, elaborada sob a direção de Lênin. A nova Constituição difere da anterior, tentando fortalecer e perpetuar os imensos privilégios econômicos e a ditadura absoluta da burocracia soviética.

Com relação ao julgamento dos dezesseis réus, estou terminando um folheto em que procuro demonstrar a qualquer pessoa honesta e dotada de um espírito crítico de que o Processo de Moscou é a maior fraude judicial em toda a história política mundial. Outros julgamentos que caíram na história, como o de Beilis (1) na Rússia czarista, o de Dreyfus na França e o do incêndio do Reichstag na Alemanha são um jogo de crianças diante do processo dos dezesseis. E novos julgamentos estão chegando ... Na medida em que aumentam os privilégios da casta dominante soviética, mais dura será a repressão contra setores críticos e de oposição. No entanto, a casta dominante não pode reprimir os oponentes aos olhos do povo por exigir maior liberdade e igualdade. Já em 1927, entendi que a burocracia atribuiria crimes horríveis à Oposição e que eliminaria a independência das massas populares, de modo que a verdade não viesse à tona. Desenvolvi essa ideia em um artigo publicado em 4 de março de 1929 - “Stalin só tem um caminho: procurará traçar uma demarcação de sangue entre o partido oficial e a Oposição. Para ele, é absolutamente necessário vincular a Oposição a crimes terroristas, preparação de insurreições armadas etc.

Essas linhas apareceram no Boletim da Oposição nº 1-2, quase seis anos antes do assassinato de Kirov. Durante esses anos, escrevi dezenas de artigos e centenas de cartas para alertar meus amigos e apoiadores que se precavesses dos provocadores da GPU. Nesse sentido, o Processo de Moscou não é um acontecimento inesperado para mim. Nos últimos meses, uma série de folhetos apareceu onde os processos foram montados e como as “confissões” foram arrancadas dos desgraçados sentados no banco. Cito o seguinte:

Livre Rouge Sur Le Moscou Processos (O livro Vermelho sobre os Processos de Moscou), de Leon Sedov (meu filho); (Dezesseis executados em Moscou), de Victor Serge (famoso escritor francês revolucionário e proeminente); O julgamento de Moscou - o mais desagradável quadro na história, escrito por M. Schachtman e publicado em Nova York. Este último teve um grande repercussão e posso recomendá-lo a toda pessoa séria e honesta que deseje se familiarizar com o Processo de Moscou.

Federico Adler, secretário da Segunda Internacional e meu adversário político, comparou o Processo de Moscou com os julgamentos de bruxaria da Idade Média, lembra Adler, de maneira muito relevante, que o Santo Ofício sempre obtinha o “arrependimento puro e sincero” das acusadas de bruxaria. Nas mãos dos inquisidores, a bruxa relatava em detalhes como o diabo havia passado a noite na montanha mais próxima.

A GPU usa métodos mais refinados, de acordo com a época do avião e da radiocomunicação, mas, em essência, arranca as confissões por tortura mental, prolongada ao longo de vários anos. Meu novo livro desenvolve esse aspecto em detalhes.

Sobre se existe algum vínculo entre o Processo de Moscou e o antissemitismo: categoricamente, sim! Franz Pfemfert, escritor alemão refugiado do nazismo demonstrou claramente através da imprensa. Quem estuda cuidadosamente a vida interna da União Soviética, quem lê a imprensa soviética linha por linha e nas entre linhas, sabe há muito tempo que tanto no que diz respeito à questão judaica quanto a outras questões os burocratas soviéticos praticam um jogo duplo. Obviamente, em palavras, eles se pronunciam contra o antissemitismo: processam e até fuzilam os pogromistas inveterados. No entanto, ao mesmo tempo, exploram sistematicamente os preconceitos antissemitas para comprometer os grupos de oposição. Em todos os comentários sobre os julgamentos, os gostos artísticos dos acusados, sua posição social, sempre se sugere veladamente que a Oposição é um subproduto da intelectualidade judaica. É necessário dizer abertamente: neste plano, a burocracia estalinista revive as tradições da burocracia czarista de maneira mais moderada. Também o desenvolvimento econômico e cultural de outras nacionalidades sofre a ditadura da burocracia bonapartista.

É absurdo e desonesto me apresentar e a meus amigos como inimigos da União Soviética. A União Soviética e a casta burocrática são coisas distintas para mim. Acredito no futuro da União Soviética, que se libertará da burocracia e retomará o caminho iniciado pela Revolução de Outubro.

A burocracia não é constituída por algumas centenas de pessoas que dominam a União Soviética, mas por vários milhões de cidadãos, que representam a aristocracia operária. No meu livro recente, “A Revolução Traída”, calculo que 12 a 15% da população,

1 Menahem Beilis (1874-1934): judeu ucraniano, foi acusado de assassinar em um ritual uma criança cristã em 1911. O governo czarista montou um processo objetivando fomentar sentimentos pogroms antissemita. Depois de uma série de mobilizações e protestos em todo o país, Beilis foi absolvido. Alfred Dreyfus (1859-1935), oficial judeu do exército francês foi julgado por traição e espionagem durante uma campanha antissemita realizada em 1894. Ainda que declaro culpado, a sentença foi revogada depois de uma longa campanha de defesa encabeçada por Emilio Zolá e outros.



ou seja, cerca de cinco milhões de pessoas, constituem a aristocracia privilegiada. Mas entre a burocracia não existe apenas um nível econômico. O nível médio de vida do estrato mais baixo da burocracia é menor que o do trabalhador médio europeu ou norte-americano. A estrutura social é dividida, e isso dá origem ao descontentamento. Por exemplo, existem milhões de pessoas agrupadas sob o rótulo de “empregados”. Alguns desfrutam de duas férias anuais em uma dacha e têm uma vida confortável: diferente é o caso da maioria – funcionários de baixa categoria ou operários – cujo nível econômico está bem abaixo do necessário para levar uma vida simples. Finalmente, os grandes aristocratas, o estrato superior da burocracia, vivem como milionários americanos, embora não tenham capital.

Para evitar qualquer mal-entendido, quero explicar minha posição sobre se existe antissemitismo na União Soviética. Os intelectuais judeus desempenham um papel importante em muitas esferas da vida soviética. A velha pequena burguesia judaica tem habilidades específicas, que lhe deram acesso às fileiras da burocracia, da qual compõem uma boa porcentagem. Ingressaram nesse serviço em virtude de seu nível educacional, mas, como se destacam dentro da burocracia, a insatisfação é direcionada contra eles. Subsiste um grande sentimento antijudeu e as massas tendem a cair nessa provocação. Seu chauvinismo é direcionado contra os judeus devido à sua aparência e sotaque particulares. Assim, por exemplo, você pode remover os judeus dos estratos superiores sem comover as massas – como no caso recente do judeu polonês Iagoda, chefe do Commissariado do Interior, substituído por Iejov –, mas o mesmo não pode ser feito com o estrato inferior, devido à falta de pessoal treinado, os judeus devem ser aceitos nas posições dos funcionários. E como a insatisfação é um fato real, os poderosos da cúpula preferem que as falhas recaiam sobre os funcionários judeus e não sobre a burocracia como um todo, do qual eles são, a propósito, parte integrante.

Vejamos, por exemplo, os julgamentos contra a Oposição: o papel dos judeus era constantemente destacado, embora não sejam melhores ou piores do que o restante da população nesse campo. Com isso, quero dizer que a questão dos judeus foi explorada durante anos na luta contra a Oposição. Em 1927, quando o bloco de Oposição foi criado, o único judeu na direção era eu. Entre os outros – Smirnov, Preobrajenski, Mrachkovski etc. – não havia um só. Na Oposição zinovievista – o único judeu era Zinoviev. Os outros, grandes dirigentes revolucionários, como Bakaev, Ievdokimov, Kuklin etc., não eram.

Em 1927, Stalin já escrevia nos documentos oficiais – em tom extremamente discreto, mas com intenções claras – que a maioria dos militantes da Oposição era judeus. Dizia: não lutamos contra Trotsky, Zinoviev, Kamenev e os outros porque são judeus, mas porque militam na Oposição. A intenção é, obviamente, assinalar que os dirigentes da Oposição eram judeus. Não fui o único a reconhecer que nos combatiam no plano extraparlamentar. Isso também se encaixa na luta que Stalin levou contra a Oposição, na qual estava disposto a usar todos os métodos. Em uma sessão do Bureau Polí-

tico, troquei algumas anotações com Bukarin (essas notas estão no meu arquivo), no qual disse: eles nos atacam como judeus. Bukarin respondeu que não acreditava que semelhante fator pudesse jogar um papel. Sugeri que fossemos juntos a uma fábrica de vanguarda, para saber o que diziam os operários. Bukarin aceitou a proposta, mas atribuiu no nosso plano a um terceiro e o proibiu de realizá-lo. Essa tendência, que em 1924 foi observada aqui e ali, em 1926 havia se tornado sistemática.

A primeira coisa que posso dizer sobre a questão judaica é que não será resolvida no marco do capitalismo. Nem tampouco será resolvida pelo sionismo. Antes, eu acreditava que os judeus assimilariam culturas e povos em cujo seio viviam. Esse foi o caso na Alemanha e nos Estados Unidos, e é por isso que meu prognóstico era lógico. Mas agora é impossível afirmá-lo. A história recente nos deu algumas lições sobre isso. O destino dos judeus agora é um problema candente, sobretudo na Alemanha, onde os judeus que tinham esquecido sua origem tiveram a oportunidade de se lembrar disso. Prevejo uma situação semelhante na França, onde já existem os sintomas de uma forte corrente antissemita, para não mencionar os países capitalistas da Europa Oriental, onde o problema judaico foi tratado com grande violência nos últimos anos.

Se o capitalismo sobreviver por muitos anos, a questão judaica será colocada da mesma maneira candente em todos os países onde os judeus vivem, inclusive nos EUA.

Não sei o que acontecerá com os judeus dentro alguns séculos, como tampouco sei o que acontecerá com os mexicanos. Só sei que somente a revolução socialista resolverá a questão judaica. Falo da questão judaica em termos gerais, porque meu conhecimento sobre a vida interna da comunidade judaica é escasso. No entanto, posso afirmar que, sob a ordem socialista, o povo judeu pode e deve ter sua própria vida em meio de sua própria cultura, que ultimamente se desenvolveu muitíssimo. O problema territorial também é importante, porque um povo pode desenvolver um plano econômico e cultural quando vive em uma massa compacta. Sob o socialismo, quando surgir o problema, os judeus que desejam podem emigrar livremente e em massa, sem forçar ninguém a se juntar a eles, uma vez que no Estado socialista não haverá dominação pela força. Porque se um grupo de judeus argumenta que quer viver sob o socialismo em uma cultura judaica, que isso lhes permite manter suas tradições, por que não fariam isso?

O desenvolvimento cultural exige concentração, porque isso facilita a disseminação da cultura entre as grandes massas através de uma forte imprensa, um teatro e assim por diante. Se é isso que os judeus querem, o socialismo não terá o direito de recusá-los. Quero assinalar que não afirmo que os judeus devem necessariamente ter um território, porque, sob o socialismo, os judeus, como todos os povos, poderão residir onde quiserem com plena liberdade e segurança.

Somente a revolução proletária pode resolver a questão judaica em todas as suas ramificações. Portanto, as massas trabalhadoras judias devem trabalhar e lutar ombro a ombro com os operários de todos os países para alcançar esse objetivo.

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

R\$ 40



LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

R\$ 40



Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

Ato contra o genocídio do povo palestino

Confiar em nossas próprias forças de luta para responder às falsas soluções da burguesia para a crise no Oriente Médio

Após mais de 10 meses de massacre sobre o povo Palestino, promovido pelo sionismo israelense, não encontramos uma mudança substancial na possibilidade de desfecho. Pelo contrário, a tendência continua sendo a de agravamento e de extrapolação do conflito em Gaza para outros territórios do Oriente Médio. Essa possibilidade está de acordo com a tendência mais geral de armamentismo das potências e escalada do belicismo através das guerras de dominação, em especial da Guerra na Ucrânia, que conta com uma nova investida do imperialismo para completar o cerco à Rússia, além da guerra comercial dos EUA com a China, que por sua vez impulsiona novos alinhamentos estratégicos e disputas comerciais que estão na base das potentes tendências bélicas.

Da Faixa de Gaza, recebemos diariamente notícias das mortes. Na última semana, duas escolas, entre elas a de Al-Tabai'een, foram bombardeadas deixando dezenas de mortos. Não é preciso dizer que a quebra das condições mínimas de infraestrutura e abastecimento leva milhares e milhares de palestinos a uma situação de miséria, fome e insegurança na sua sobrevivência no dia seguinte. Casos dramáticos como o de Mohammed Abu al-Qumsan, que saiu para registrar os gêmeos de três dias e, quando voltou, encontrou os filhos e a esposa mortos por um bombardeio de Israel, são frequentes. Essas condições reforçam as dificuldades das massas palestinas de se organizarem para atuar na luta de classes contra a burguesia sionista e imperialista. Isso mostra a importância da solidariedade internacional das massas, no mundo todo, lutando sob as bandeiras de fim do genocídio, autodeterminação do povo palestino e expulsão dos sionistas do território da Palestina.

Nas últimas semanas, a tensão vem crescendo na região. O Irã prepara uma resposta diante do assassinato do líder do Hamas, Ismail Haniyeh, em Teerã. Na sexta-feira (16), houve negociações em Doha, no Catar, mas a reunião aconteceu sob a vigilância dos aviões e navios de guerra que os EUA. Essa negociação acontece em paralelo às que ocorrem na ONU. O imperialismo estadunidense anunciou um possível acordo promissor que será fechado na próxima semana. O Hamas não participou da reunião. De outro lado, Israel fez simulações de longo alcance com caças F-15 e F-53, eventuais participantes em um combate futuro contra o Irã.

A mídia fez ampla cobertura da reunião no Catar, anunciando uma possível solução para o conflito. No entanto, não se deve esquecer nem por um segundo que os grandes meios de comunicação são porta-vozes da burguesia imperialista e prestam o valioso serviço para essa classe de mascarar as contradições do capitalismo que estão na base dos conflitos internacionais. É comum encontrar falsificações do tipo "os EUA estão se esforçando para reduzir os conflitos no Oriente Médio". Esses "esforços" são para que o Irã não responda, enquanto enviam o porta-aviões USS Abraham Lincoln e o submarino nuclear USS Georgia aos mares do Oriente Médio para reforçar as defesas de Israel. O tal esforço não foi visto nas diversas vezes em que os EUA votaram contra o cessar-fogo no Conselho de Segurança da ONU. É também nesse terreno que cresce a importância da constituição de uma frente anti-imperialista, que combata diante das massas as falsificações da grande mídia e coloque definitivamente amplos setores dos explorados ao lado da luta pela Palestina e pelo fim das guerras de dominação.

Esses acontecimentos deixam claro mais uma vez que para a burguesia os interesses econômicos estão acima de qualquer moral democrata e humanista. Diante de um genocídio que já deixou mais de 40 mil mortos, grande parte crianças, e tantos outros mutilados, desabrigados e órfãos, os governos, serviçais dos capitalistas, não interrompem seus negócios, mas tentam uma solução negociada através da ONU, da criação de um suposto Estado palestino ao lado de Israel. A próxima tentativa será feita em setembro, a partir do G7, onde apresentarão uma proposta de reconstrução político-econômica de Gaza. Tal plano parte da premissa de que essa reconstrução será feita sem o Hamas, mas através da Autoridade Nacional Palestina, o que está de acordo com o plano de Israel e dos EUA de seguir bombardeando Gaza até acabar com sua direção política, o Hamas. Querem nos fazer crer que esse é o caminho para o fim da opressão histórica sobre o povo palestino e seu território. Trata-se, no entanto, da tentativa de colocar uma pá de cal sobre o massacre e desenvolver uma nova forma de exploração e opressão sobre os palestinos, baseada na condição de semi-colônia das potências europeias e dos EUA. Sua posição privilegiada para o comércio e suas riquezas naturais teriam assim livre acesso do capital monopolista internacional.

Ainda no campo das disputas palacianas, Mahmoud Abbas, líder do Fatah e presidente da Autoridade Nacional Palestina, discursou na Turquia prometendo visitar Gaza, onde não pisa desde 2006. O mesmo Abbas no último período tem sentado com lideranças do imperialismo, como no encontro com Antony Blinken, Chefe de Segurança dos EUA, em fevereiro deste ano. Como se sabe, o objetivo do imperialismo de liquidar o Hamas e implantar um governo títere na Faixa de Gaza conta com a participação da ANP para que haja uma melhor aceitação por parte dos palestinos. Essa visita, no entanto, está de acordo com o termo em comum assinado em julho entre o Hamas e o Fatah pela unidade palestina. Só será possível avaliar o sucesso do acordo com o fim da guerra em Gaza.

Enquanto isso, no Brasil, o movimento de apoio aos palestinos e contra o massacre perdeu força, na esteira do movimento internacional, desviado dos métodos de ação direta, da luta nas ruas, para as falsas esperanças de uma solução negociada através dos instrumentos do imperialismo como a ONU, o Tribunal Penal, os governos burgueses etc. A responsabilidade nesse terreno é das direções sindicais e políticas. Há muito que trocam os métodos de luta próprios da classe operária e dos demais oprimidos pelas disputas judiciais, pela confiança nos governos etc. É a crise de direção revolucionária do proletariado em sua forma mais imediata.

No terreno deixado por essas direções políticas, as tendências reacionárias se fortalecem e ganham espaço. Isso tem sido confirmado através dos diferentes ataques dos sionistas aos lutadores pela palestina. Camaradas de diversos grupos e movimentos têm recebido intimidações policiais, notificações judiciais, ameaças e agressões físicas por manifestar seu apoio à luta do povo palestino contra a Nakba. Esses ataques devem ser respondidos pelo fortalecimento do movimento na rua e pela ação direta coletiva das massas.

Persiste a tarefa de vencer a tendência de refluxo da luta internacional, desde o Brasil, impulsionando os sindicatos e

movimentos sociais para discutir o problema com os trabalhadores, discutir as formas de apoio, os métodos de luta etc. Somente sobre a base da democracia operária é que será possível retomar a luta e colocá-la no caminho da vitória, que neste caso significa a retomada das manifestações de massa no mundo todo, pelo cessar-fogo imediato e autoderrogação do povo palestino. Pela construção da República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Pesa sobre as massas, para o cumprimento dessa tarefa, a ausência de seu partido revolucionário internacional, que pudesse

coordenar as ações e impulsionar a luta internacional como forma de apoio direto ao povo palestino. Eis o porquê da necessidade de lutar com todas as nossas forças para reconstruir a direção internacional e revolucionária do proletariado. O POR do Brasil se coloca essa tarefa através do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

Viva a luta do povo palestino!

Derrotar o Estado sionista e as potências colonialista organizando a frente única anti-imperialista!

Abaixo à perseguição política dos sionistas!

Palestina

Notas sobre a intervenção do POR nos atos

São Paulo: manifestação em defesa da palestina é marcada pelo eleitoralismo

A manifestação em defesa da Palestina que aconteceu em São Paulo no dia 18 foi profundamente marcada pelo eleitoralismo das correntes de esquerda e dos reformistas. Foi convocada em apoio a uma ocupação próxima à esquina da Rua da Consolação com a Av. Paulista, onde estava sendo pintado um enorme mural na lateral do prédio em apoio à causa palestina. Esse mural, bem como a ocupação tem sido atacados reacionários o que motivou que a manifestação fosse realizada neste local.

A manifestação contou com aproximadamente 200 pessoas, a grande maioria integrantes das correntes políticas que compõem a Frente Palestina São Paulo. Esse número de pessoas em uma manifestação contra um genocídio contrastou com outra manifestação simultânea que acontecia na Av. Paulista, onde se reuniram milhares de pessoas na “Marcha para Exu”. A responsabilidade é inteira das direções sindicais e políticas que não trabalham para que suas bases possam ingressar no movimento em defesa da Palestina. O caminho passaria por convocar assembleias nos sindicatos, movimentos populares, camponeses e estudantis, para que essas bases pudessem discutir os problemas e encontrar caminhos e formas de atuação. Isso certamente transformaria o apoio abstrato, em palavras, que esses sindicatos e movimentos prestam, em apoio concreto.

O traço distintivo dessa manifestação foi de que aconteceu logo depois do início da campanha eleitoral. Não faltaram candidatos a prefeitos e vereadores que foram expressar seu apoio à Palestina, enquanto aproveitavam para pedir votos. UP e PSTU apresentaram seus candidatos à prefeitura de SP, e PT, PSOL, PSTU, UP, MRT e CST apresentaram candidatos a vereador. Chamou a atenção as manobras retóricas de que a eleição municipal cumpre um papel importante na luta dos palestinos pelo fim do genocídio. A velha receita foi repetida à exaustão: “vencer o fascismo nas urnas e nas ruas”. De longe, a candidatura mais defendida foi a de Boulos, o que mostrou a inconsequência desses eleitores que usam o ato pela Palestina para defender Boulos, quando o próprio Boulos não defende a Palestina. O candidato do PSOL tem evitado tratar do tema do genocídio para não entrar em choque com as bases reacionárias que o apoiam, especialmente setores das igrejas.

O POR participou da manifestação levantando a bandeira de confiar em nossas próprias forças de luta, o que respondia tanto ao problema da Palestina, ou seja, não confiar nas saídas da burguesia internacional (ONU, Tribunais, G7 etc.), bem como respondia ao problema eleitoral, indicando que os trabalhadores devem atuar nessas eleições com independência de classe, não se enfileirando



por trás de nenhuma das candidaturas burguesas ou pequeno-burguesas que estão colocadas. Confiar em nossas próprias forças de luta, neste caso, significa trabalhar para construir os comitês de luta nos sindicatos, nos bairros, espaços educacionais etc., para defender um programa próprio dos trabalhadores, os empregos, os salários, os direitos, contra a terceirização, contra as privatizações, apostando sempre nos métodos históricos de luta da classe operária.

Os partidos que se reivindicam do marxismo que se lançam no eleitoralismo dessa forma têm prestado um valioso serviço para a burguesia, pois assim alimentam as ilusões democráticas nas massas, quando nossa tarefa é a de combater essas ilusões, mostrando que as eleições são o campo de disputa própria do poder econômico, e que assim não conduzirá o

proletariado à solução de seus problemas mais sentidos.

Pronunciamento do POR

Boa tarde, companheiros e companheiras, falo em nome do Partido Operário Revolucionário.

Em primeiro lugar, queria fazer uma saudação às camaradas da Ocupação Penha Pietra's, aos companheiros do MST e a esta manifestação importante!

Em segundo lugar, achamos importante colocar uma contradição que precisamos enfrentar nesse movimento geral, no movimento internacional, não só aqui no Brasil, que é, por um lado, a permanência do massacre, a permanência das mortes, o ataque a hospitais, o ataque a escolas como nós tivemos na semana passada, e toda violência do Estado sionista de Israel. E, por outro lado, um refluxo do movimento internacional de ruas. A gente precisa apontar que de fato existiu uma redução da força da luta das ruas, nas massas. Nós vimos, no começo desse massacre, multidões que foram às ruas, de centenas de milhares que ocuparam as ruas e mostraram o princípio de uma frente única anti-imperialista, contra o Estado de Israel, mas também contra o imperialismo estadunidense.

Só que esse movimento refluíu, e precisamos apontar então, porque que esse movimento refluíu. E nós entendemos que o refluxo se deve, principalmente, devido a política das direções sindicais, das direções políticas. E é claro que não todas, mas a maioria aposta no governismo, aposta nas instituições da burguesia, aposta na democracia burguesa, aposta nas instituições



formais do capitalismo. Ou seja, acredita que o problema da Palestina vai ser resolvido através da ONU, através do G7, através do próprio imperialismo. Não vai ser pela mão do imperialismo que nós resolveremos o problema da Palestina e de todas as formas de opressão que estão colocadas no cenário internacional. Precisamos enfrentar esse problema. E como nós acreditamos que esse problema deve ser enfrentado? Através do reforço da luta nas ruas, com a classe operária, com os demais explorados nas ruas, utilizando dos seus métodos próprios.

Não são os métodos da burguesia que vão resolver. Nós entendemos, inclusive, que é justamente por conta desse refluxo internacional, que o sionismo se sente mais à vontade, para poder atacar, para perseguir politicamente, para levantar intimações, como os companheiros do GOI colocaram aqui. Nós temos que entender que esse avanço do sionismo contra os lutadores tem a ver com o vácuo deixado na luta de classes.

Ato Político do Comitê Paraibano de Solidariedade ao Povo Palestino

O Comitê Paraibano de Solidariedade ao Povo Palestino organizou, junto ao Comitê Pernambuco, um ato político-cultural no auditório do SINTESPB, dentro da UFPB, em João Pessoa. O ato teve caráter regional, pois havia militantes de 5 estados diferentes, compartilhando a atuação nos comitês de suas cidades. O POR participou em peso, sendo a organização que mais levou militantes ao encontro dos comitês que antecedeu ao ato público.

O espaço serviu para compartilhar a situação atual de cada comitê: PB e PE mantêm os comitês ativos, entretanto sentem dificuldades organizativas e para massificar os atos; já em Natal e em Fortaleza os comitês se diluíram. Houve informações sobre um comitê no Alagoas, mas não estava presente. A participante do comitê de Ilhéus/BA pouco expressou sobre ele, focada mais em expressar a política do PCO.

Nessa reunião que antecedeu o ato, avaliamos que, apesar de a escalada genocida seguir em curso, com episódios cada vez mais bárbaros, os comitês estão se enfraquecendo e dissolvendo. Responsabilizamos as correntes que dirigem as grandes centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais, que, em nome do eleitoralismo, fazem, no máximo, declarações formais de solidariedade.

Algumas deliberações importantes foram aprovadas: lutar contra o refluxo dos comitês e mantê-los ativos e reerguer os comitês dissolvidos. Como forma de fortalecer os comitês ativos, foram propostas ações coordenadas, sendo as primeiras a participação no Grito dos Excluídos (7/9) e levar os comitês para atos na rua na semana do 7 de outubro, quando a atual fase da opressão de Israel e do Imperialismo sobre a Palestina completará um ano. Uma comissão foi tirada para escrever uma carta aberta que servirá de convite para chamar comitês e organizações políticas, sindicais, estudantis, populares e religiosos comprometidos com a defesa da Palestina a participarem dessa articulação. O POR atuará nessa comissão, mostrando seu compromisso em organizar a luta unificada. Participaram da reunião UP, PSTU, PCO, OPP, PCB, Aliança Palestina de Recife e Centro Islâmico de Natal.

Com o início do ato público, essa participação se ampliou, com representantes do SINTEFPB, do SINTESPB, PT, PSOL, militantes do movimento de mulheres Olga Benário, Cordel-coletivo de oposição na ADUFPB e das correntes estudantis do PSTU e da UP, esse último mencionou a destruição de universidades e escolas em Gaza. Membros do Comitê Pernambucano, incluso do Centro Islâmico de Recife, vieram em peso. Havia uma pessoa do Centro Islâmico de João Pessoa. Diversas entidades e partidos contribuíram financeiramente para a realização – Sinpol, SintefPB, SINTESPB,

Por isso, companheiros, nós dizemos: devemos reforçar nossos métodos próprios, devemos reforçar a luta nas ruas e devemos confiar nas nossas próprias forças.

O manifesto que o POR entregou aqui, vai dizer exatamente isso no seu título: Confiar nas nossas próprias forças de luta! Não acreditar na democracia burguesa! Não acreditar nas instituições da burguesia! E isso inclui as eleições burguesas!

Não devemos alimentar ilusões nas massas que através das eleições é que vão resolver seus problemas.

É através dos nossos próprios métodos de luta, através da confiança nas nossas próprias forças. Por isso, companheiros, nós levantamos as palavras de ordem: Viva a luta do povo palestino! Derrotar o Estado sionista e as potências imperialistas com nossos próprios métodos de luta! Abaixo a perseguição política contra os lutadores em favor da Palestina! É isso companheiros, obrigado!

OPP, PCB, outros – porém vieram apenas representantes, não havendo convocação de suas bases.

O ato, em geral, foi de vanguarda, teve mais de 60 participantes, mas ficou aquém de atingir outros setores dos explorados, como proletários, camponeses e juventude empobrecida. Nas falas dos palestinos e descendentes presentes “precisamos parar de falar de nós para nós mesmos”, “precisamos ampliar essa defesa feita aqui para toda a população”.

Após a abertura, houve bom tempo para que todas as entidades, organizações e partidos pudessem expressar sua política. Foi a parte mais importante da tarde: na fala de um petista houve defesa de Lula, como se o mesmo estivesse comprometido com a causa; nas falas dos centros islâmicos houve compartilhamento do sofrimento, experiências próprias e de familiares que já viveram ou vivem na Palestina; exaltação da resistência e agradecimento ao apoio. O Centro Islâmico de Natal manifestou o entendimento de que a causa palestina deve ser apresentada de forma humanitária, sem aspectos políticos e ideológicos que a identifiquem com a esquerda. Manifestou-se, assim, um preconceito antipartidário. A participação dos partidos, centrais e sindicatos é essencial, desde que assumam uma linha política correta e trabalhem pela massificação dos atos numa linha de frente anti-imperialista. Algumas falas tentaram canalizar para o eleitoralismo. Uma jovem do PSTU mencionou votar nos candidatos que desde o começo apoiaram a Palestina. Um do PCO anunciou ser candidato à prefeitura da cidade.

O PCO atuou na reunião tentando subordinar as deliberações à “Conferência Norte-Nordeste dos Comitês em Defesa da Palestina”, realizada no fim de semana anterior. O problema é que tal conferência, realizada no Recife, não foi construída nem mesmo pelo Comitê de Pernambuco, indicando uma artificialidade. Na realidade foi um encontro do PCO com alguns convidados. Foi necessário reafirmar que os encaminhamentos da reunião realizada em João Pessoa se dariam a partir das discussões dos presentes. Do ponto de vista da linha política, o PCO tem caracterizado que há uma revolução em curso na Palestina, capitaneada pelo Hamas e que cabe às organizações no Brasil se colocarem sob a defesa irrestrita dessa organização. O que indica sua incompreensão histórica sobre o nacionalismo religioso e a ausência de uma direção revolucionária, que deve ser construída.

No geral, as várias falas mostraram um grau de politização e de compromisso com o trabalho frentista dos comitês. A atuação do POR foi destacada, com militantes de 4 estados (PE, PB, RN e CE), banca de materiais com vendas de folhetos e livros, principalmente

os títulos Palestina e Internacionalismo Proletário e duas falas (uma pela PB e outra pelo RN). Ainda ficamos responsáveis por fazer a fala em nome do Comitê Pernambucano. Nossa atuação focou na necessidade de fortalecer os comitês, não cair no desvio eleitoral, denunciar o papel da ONU, criticar a ausência da solidariedade ativa por parte das direções das centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais, erguer a frente anti-imperialista e trabalhar pela massificação dos atos de rua.

Ainda compôs a programação a leitura de uma mensagem enviada pela União Palestina da América Latina, que terminava

com a defesa do Estado Palestino Democrático e Laico, e a aprovação do envio de um ofício solicitando o cancelamento da compra de fuzis israelenses por parte do governo paraibano, como sequência do ato no centro da cidade que teve essa pauta e se deu dois dias antes. Dois militantes do comitê local fizeram a síntese de todas as atividades realizadas na Paraíba bem como um breve histórico das datas do que se entende por Questão Palestina. A avaliação foi de que a atuação, a reunião e o ato como um todo tiveram um saldo positivo, por fortalecer o comitê local, por ter um caráter regional e por ter decidido passos rumo uma atuação conjunta dos comitês da região.

É falso que lutar contra o genocídio na Faixa de Gaza significa antissemitismo

Abaixo a perseguição política aos militantes do GOI, em função de seu posicionamento em defesa dos palestinos, contra o genocídio praticado pelo Estado sionista de Israel! Pelo arquivamento do inquérito!

O POR tomou conhecimento de que dois militantes do Grupo Operário Internacionalista (GOI), Carlos e Sandra, foram intimados a prestar depoimento à 2ª Delegacia da capital de SP (Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância – DECRADI). A investigação foi aberta em função de um ofício enviado ao Ministério Público pela ultradireitista Carla Zambelli, do PL (partido de Bolsonaro), datado de 11/10/2023. A denúncia teria sido motivada pelo conteúdo de um panfleto do GOI, distribuído na primeira manifestação em defesa dos palestinos, ocorrida em frente ao Al Jannah, em São Paulo, no dia 10/10/2023. A acusação, completamente infundada, é de antissemitismo.

O POR repudia a perseguição política aos lutadores do GOI, e defende o arquivamento do inquérito. Prestamos nossa solidariedade aos camaradas, defendendo que os sindicatos, centrais, movimentos sociais e demais organismos de luta dos

explorados se empenhem em uma campanha de defesa das liberdades democráticas, contra qualquer tipo de punição àqueles que denunciam e combatem o genocídio perpetrado pelo Estado sionista de Israel. O ataque ao GOI deve ser enfrentado como um ataque ao conjunto do movimento.

É preciso responder à tentativa de criminalização dando um impulso à mobilização coletiva. O POR defende que se forme uma frente única anti-imperialista, sob a direção do proletariado, que possa reunir todas as forças contra o massacre, no campo da independência de classe. Combate que deve tomar como ponto de partida a defesa das reivindicações elementares dos explorados, sob a perspectiva da constituição da República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Argentina

O forte crescimento da pobreza, da indigência e do desemprego é o resultado das políticas de Milei e do esgotamento do capitalismo

Em 8 meses duplicou a indigência. Há oito milhões e meio que passam fome e 25 milhões que vivem abaixo da linha da pobreza, segundo parâmetros oficiais. Se tomarmos como referência o custo da cesta básica, são mais de 40 milhões de pobres. É um quadro de verdadeira catástrofe social, pior do que se estivéssemos em guerra.

Enquanto isso, a lucratividade das empresas aumenta e atingem recordes. Uma expropriação da renda da maioria em benefício de uma minoria muito concentrada.

Há estimativas que calculam que a perda de empregos já chegou a 700.000 e continua crescendo. A recessão está se aprofundando, devido à política de ajustes que privilegia a obtenção de superávits para pagar a dívida e cumprir o programa do FMI.

O fracasso de sua política mostra que Milei não pode recompor as reservas do Banco Central, que continuam em declínio, o que já indica que não será capaz de honrar os vencimentos da dívida do próximo ano. Um certo risco de inadimplência que mantém o chamado “risco-país” é alto. Os exportadores e o FMI

estão pressionando por uma nova desvalorização, uma vez que a inflação de oito meses já ultrapassou a megadesvalorização de dezembro. A recessão brutal se expressa na queda da produção e do consumo, o que impacta na arrecadação de impostos.

Os dados do desastre estão à vista de todos. O que não se vê é como acabar com esse inferno. A crise das instituições e partidos que defendem a ordem capitalista nos dá uma ideia de sua absoluta incapacidade de reverter essa situação. As câmaras empresariais alertam para os graves problemas da economia, mas continuam a apoiar o governo porque veem a oportunidade de agir contra os direitos dos trabalhadores e exigem que ele cumpra o corte de impostos prometido.

A resistência às medidas de austeridade do governo e a raiva estão crescendo com os aumentos nos preços dos transportes, do gás e eletricidade. A mobilização de San Cayetano por Paz, Pão, Terra, Moradia e Trabalho, inicialmente convocada pelos movimentos sociais, contou com o apoio das centrais sindicais e

organizações de direitos humanos, reunindo dezenas de milhares. As centrais sindicais não convocaram uma greve, somente a ATE (Trabalhadores do Estado). O protesto foi replicado em quase todo o país com os mesmos organizadores.

O debate mais importante é como acabar com esse desastre, já que a paciência está se esgotando até mesmo para aqueles que acreditavam que “haveria uma mudança” com Milei.

Que frente deve ser construída?

Para quê, com que estratégia?

Pablo Moyano, um dos líderes da CGT, no final do evento na Plaza de Mayo, disse: “A fome e a pobreza estão crescendo cada vez mais, é por isso que este dia de unidade nas ruas é tão importante... A Argentina, com essa casta que nos governa, não tem destino. A única coisa que nos resta é o confronto. Este é um governo que ataca os trabalhadores e temos de enfrentá-lo nas ruas e formar uma grande frente nacional para o próximo ano, que nos permita ter uma maioria em ambas as câmaras. Temos de lhe pôr um freio, na rua e no Congresso Nacional.”

Claro, ele tem de ser confrontado na rua, como tem sido feito desde que assumiu o cargo. É necessário que preparemos uma grande greve ativa em defesa de todas as reivindicações trabalhistas, sociais, democráticas e nacionais. Devemos preparar esta greve a partir das bases, das plenárias e assembleias nas próximas semanas, para garantir a maior participação e efetividade. E debater como continuar com o plano de luta.

A classe operária deve ser a direção de todos os oprimidos, a que encabece a rebelião, não há outra classe social que possa desempenhar esse papel decisivo. Por sua organização, por seu peso na economia e, acima de tudo, por causa da perspectiva política que pode imprimir por ser uma classe despossuída, que não tem interesse em defender a grande propriedade dos meios de produção, por causa de seu instinto de classe. A classe operária é essencialmente antagônica e irreconciliável com os capitalistas por sua defesa dos salários e dos direitos conquistados, pelo fim da exploração do trabalho, em defesa das condições de vida.

A frente que precisa ser construída é uma frente política, uma frente anti-imperialista que unifique a maioria oprimida, que luta para impor seu programa, sua perspectiva, com os métodos da ação direta.

Moyano propõe, em vez disso, uma frente nacional com setores da burguesia, sob seu programa de defesa da ordem capitalista, para não romper com o FMI e seu programa, e que se organize de acordo com as eleições do próximo ano para aumentar a bancada da oposição. Essa perspectiva fracassou mil e uma vezes. O Congresso não é o lugar para defender o interesse nacional, é um antro de bandidos submetidos às imposições do capital financeiro. Não são as eleições, não é o Congresso o terreno para derrotar Milei. Será uma nova frustração para os trabalhadores que não querem saber nada da politicagem burguesa.

As forças produtivas não podem ser destravadas se não começarmos ignorando a dívida pública externa e interna que absorve uma parte importante do orçamento. É necessário romper com o programa do FMI para promover obras públicas, acabar com o parasitismo bancário, monopolizar o comércio exterior. As empresas privatizadas em setores vitais da economia devem ser estatizadas. Devemos recuperar os rios e portos, o petróleo e o gás, toda a mineração, para industrializar o país, reconstruir o que o capitalismo destruiu.

Esta é uma orientação clara e precisa de luta pela soberania nacional, contra o saque do FMI, contra a pilhagem das multinacionais, de luta por empregos genuínos para os milhões de desempregados, pelo fim da precariedade e da fome dos salários e aposentadorias. De defesa das liberdades democráticas contra a crescente repressão em todos os campos.

O capitalismo está esgotado e não pode ser reformado, devemos ser absolutamente claros, não há nada a esperar sob o regime de propriedade privada. A classe operária e a maioria oprimida devem tomar o poder para transformar o país a seu benefício.

(Extraído do Jornal Massas, nº 462, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Chile

O custo da política econômica burguesa pró-imperialista será pago com o desemprego de mais de 20 mil trabalhadores

Assistimos à crise da Companhia Siderúrgica Huachipato, da privatizada Pacific Steel Company - CAP, uma das 51 empresas nacionais privatizadas pela ditadura militar. No primeiro governo da Concertación por la Democracia, a Câmara dos Deputados criou uma Comissão de Inquérito em 18 de outubro de 1991, com o objetivo de investigar perdas causadas pelos métodos administrativos do governo militar para privatizar as empresas estatais afiliadas à Corporação para a Promoção da Produção (CORFO). A Comissão mostrou que houve corrupção e prejuízo do Estado. Crimes econômicos que nunca foram castigados e, no entanto, hoje, continuamos pagando com desemprego, fome, miséria e destruição de vidas. Eis as consequências dos flagelos que geraram toda a politicagem burguesa nos 51 anos de ditadura do capital, seja militar ou “democrática”. O inquérito apurou: “Serviços de dívida, concessão de créditos sem garantias, doações de patrimônio físico, perdão de dívidas a terceiros e administração descuidada”.

O fechamento temporário da usina siderúrgica de Huachipato, instalada há mais de setenta anos na província de Bío-Bío, foi privatizada desde o governo da ditadura militar e ratificada pelos governos civis. Está inserida no mercado mundial do aço. Os atuais administradores privados, fieis à política econômica burguesa, têm defendido a premissa da suposta regulação de preços pelo

mercado. Para os atuais proprietários, os custos de produção da siderúrgica são superiores aos dos produtos chineses, gerando perdas que eles não estão dispostos a manter, em vez disso, precisam aumentar o preço dos metais e esferas de aço usados pela mineração nas usinas para fragmentação do minério.

O país, nestes cinquenta anos, manteve uma política de extremo servilismo ao imperialismo, mantendo tarifas muito baixas, chegando inclusive para alguns artigos e produtos a zero. Hoje, os burgueses e políticos pró-burgueses sustentam que o Estado é um mau administrador e que a única forma de manter a produção é a burguesa, capitalista e privada, mas exigem que o governo aumente as tarifas sobre o aço chinês, acusando-os de dumping. Se o governo aplicar tais medidas é evidente que terá problemas, pois quase tudo que é consumido no Chile são produtos chineses de baixo custo. Todos os produtos elaborados usados no país vêm do colosso asiático.

O fechamento da siderúrgica Huachipato deixará mais de 20 mil pessoas desempregadas, trabalhadores diretos e indiretos. Estes são os custos que a nação deve pagar pela politicagem burguesa e pequeno-burguesa, que levantou as bandeiras do oportunismo pequeno-burguês com programas reformistas e revisionistas, como as frentes populares montadas pelo estalinismo. Elas foram as primeiras a criar empresas estatais, mas com conteúdo de classe

burgueses, como o CORFO, nos governos radicais, agrupados na Frente Popular de 1938 a 1952. A segunda tentativa de Frente Popular foi a de 1970 a 1973, no governo social-democrata de Allende, que abriu caminho para a ditadura militar de Pinochet, que instalou uma política regressiva, antioperária, antinacional, cabendo ao Estado chileno servir como laboratório experimental do capitalismo neoliberal, e instalação de governos fascistas no mundo de hoje, com massacres cruéis como os que ocorrem na Faixa de Gaza na Palestina e na Ucrânia. São os horrores próprios dos genocidas capitalistas, por ação ou omissão.

Em 14 de agosto de 2024, a Ministra do Trabalho, Jeannette Jara (militante do estalinista Partido Comunista, que fez carreira na burocracia partidária, é uma consequente servidora da burocracia estatal capitalista, e reproduz a mesma prática que caracteriza o reformismo revisionista, de traição do stalinismo internacional e nacional contra a classe operária e a nação) se referiu à greve do Sindicato nº 1 da BHP Billiton em 2017, quando era chefe de gabinete do ex-ministro Barraza, do mesmo partido, no 2º governo de Michelle Bachelet, dizendo: “tivemos em 2017 no país uma experiência onde a greve gerou certos efeitos, tanto em termos de produção, crescimento, bem como na arrecadação. Esperamos que com boa vontade as partes possam chegar rapidamente a um acordo, entendendo que isso é dado no âmbito de uma negociação regulamentada”. Desta forma, o stalinismo serviu e continua servindo aos interesses do capitalismo imperialista apodrecido. Não estão interessados no bem-estar da classe operária, mas apenas em servir ao grande capital oligárquico transnacional, por isso defendem a maior mineradora do mundo em solo chileno, a Escondida. Esta empresa, a única sociedade de responsabilidade limitada, cujos proprietários são: BHP Billiton (53,7%), Rio Tinto PCC (30%), Jeco Corporation (consórcio japonês liderado pela Mitsubishi Corporation (10%) e Jeco 2 limitada (2,5%).

As vendas em 2023 foram de US\$ 6,925 bilhões, o que significou um aumento de 8% em relação a 2022, superando a estatal CODELCO em 53%. Nessa situação crítica, a única declaração dos burocratas da CUT, por meio de um vídeo, aponta que: “Não pode ser que a mineração em grande escala sujeite seus trabalhadores à precariedade”. A hipocrisia dos burocratas sindicais e estatais não tem limite. A greve de 2017 do Sindicato da Escondida, que durou 44 dias, não obteve os resultados esperados. Uma das reivindicações da greve foi que os novos trabalhadores tivessem o

mesmo salário que os antigos. Tudo indica que não foi alcançado, uma vez que os novos trabalhadores têm seus salários oscilando entre os 416.199 e 1.078.000 pesos.

O abuso contra a classe operária e a nação é mantido pelos governos burgueses em favor da superexploração do trabalhador e dos recursos naturais, sendo que governantes, como o pequeno-burguês Gabriel Boric, pateticamente servil ao imperialismo, “trabalha” explorando seu povo com a consequente destruição das riquezas naturais e tem a coragem de exigir os registros eleitorais de um país como a Venezuela, que exerce seu direito de governar a si mesmo, sem intervenção estrangeira, onde o povo venezuelano decide sobre o que é o presente e seu futuro. Por outro lado, no Chile se impôs um governo militar cruel, que deixou milhares de desaparecidos, torturados, executados por fuzilamento pelo simples fato de serem de esquerda. O mesmo aconteceu no segundo governo de Sebastián Piñera que esmagou a Rebelião Popular. Crimes contra a humanidade cujos executores ficaram impunes, tanto militares quanto policiais, assim como os instigadores dessas barbaridades, ou seja, toda a política burguesa governante. Acontecimento que exigem a responsabilização política dos pseudorrevolucionários que dirigem as correntes anarquistas, estalinistas e centristas que se vestem de trotskismo democratizante pequeno-burguês. Todos abandonaram os princípios do marxismo-leninismo-trotskismo, ou seja, do socialismo científico, seu programa de revolução proletária e ditadura do proletariado. São aqueles que se tornaram rasteiros servos do imperialismo e das burguesias nacionais que exploram e destroem milhões de seres humanos no mundo que dilapidam os recursos naturais. Está nas mãos da classe operária a luta contra o fechamento de fábricas e a destruição de milhares de postos de trabalho. A ocupação de fábricas e imposição do controle operário da produção é o ponto de partida para barrar a posição pró-imperialista do governo Boric.

**EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIA
VIVA A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA MUNDIAL
SOCIALISMO PROLETÁRIO OU BARBIARIE ABSOLUTA
VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO**

(Extraído do Boletim Revolução Proletária, seção chilena do CERQUI, nº 21, agosto)



Trotsky

32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No *Jornal Massas 705*, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, começamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos Escritos de Trotsky. No *Jornal Massas 706*, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3. No *Massas 707*, tratamos do Tomo 1, vol. 4.

No *Massas 708* expusemos dois artigos do Tomo II, vol. 1: “Aos Camaradas Búlgaros” e “Termidor e Bonapartismo”. No *Jornal Massas*, nº 709, resumimos o Tomo II, vol. 2: “Problemas do Desenvolvimento da URSS. Projeto de Teses da Oposição de Esquerda Internacional sobre a questão russa”.

No *Jornal Massas 710*, usamos o Tomo IV, vol.1: “Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional”. No *Jornal Massas 712*, tratamos do Tomo IV, vol. 2:

“É necessário construir Partidos Comunistas e uma nova Internacional”.

No *Jornal Massas 713*, dedicamos ao Tomo V, vol.1: “A natureza de classe do Estado soviético”. No Tomo V, vol. 2, concluímos as formulações que se encontram no documento “A Guerra e a IV Internacional, de 10 de junho de 1934.

No *Massas 715*, expusemos as considerações de Trotsky que se encontram no Tomo VI, vol. 1, 1934-1935. O documento principal se denomina “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”. Fizemos referências a alguns artigos que o antecede. No *Massas 716*, concluímos o Tomo VI, vol. 1, 1934-1935 expondo o documento “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”, de 1º de fevereiro de 1935. Observamos que no Tomo VI, vol.2, 1934-1935, Trotsky retoma especificamente a questão da burocratização

e do processo de restauração no texto “Outra vez sobre a questão do bonapartismo. O bonapartismo burguês e o bonapartismo soviético”.

No Tomo VII, vol.1, 1935-1936, Trotsky faz referência direta à questão da burocratização nos artigos: “Rússia e o Proletariado Mundial” (14 de setembro de 1935) e “Como Stalin venceu a oposição” (12 de novembro de 1935). No Tomo VII, vol. 2, destacamos os textos cujos títulos são: “O caráter de classe do Estado soviético”, 1 de janeiro de 1936; “A nova Constituição da URSS”, 16 de abril de 1936, e “A Quarta Internacional e a União Soviética”, 8 de julho de 1936. Ainda no Tomo VII, vol. 3, apresentamos o documento “No tribunal de portas fechadas”, de 11 de dezembro de 1936. Fizemos uma síntese de alguns escritos que se referem ao processo de expulsão

de Trotsky da Noruega. Vimos no vol. 3, tomo VII, a concentração de Trotsky na tarefa de expor o significado dos Processos de Moscou, que assinalava a consolidação da ditadura burocrática estalinista, a liquidação dos fundamentos do Partido Bolchevique pelo revisionismo e o fortalecimento das tendências restauracionistas.

O Tomo VIII, 1936-1937, vol. 1, dá continuidade aos artigos, entrevistas, comunicados e documentos sobre os novos

passos dos Processos de Moscou. Isso nas condições de expulsão de Trotsky da Noruega e início do seu novo exílio no México. A Oposição de Esquerda se achava debilitada devido ao brutal cerceamento de Trotsky e à pouca formação da militância que foi se aglutinando contra a ditadura de Stalin.

No vol. 2, Trotsky se dedica a combater os Processos de Moscou. Assim que concluir a exposição sobre a caracterização

da URSS, da burocratização e os indicadores referentes à restauração, faremos uma apresentação das questões que envolvem os Processos de Moscou. Neste volume, são poucas as referências à questão da estalinização do regime soviético. Comparecem principalmente nos artigos “O Fim?” (1 de fevereiro de 19137), “Sobre a defesa da URSS” (26 de março de 1937) e “Respostas ao diário judeu Forward” (27 de abril de 1937).

Síntese dos três artigos

No artigo “O Fim?”, Trotsky conclui que os Processos de Moscou indicavam que o “sistema político da URSS entrava em uma época de crises profundas e graves”. Faz um paralelo dos crimes da burocracia estalinista com o que se passava na Alemanha de Hitler. Diz: “A burocracia estalinista ajuda o fascismo ao assumir os traços mais repugnantes dos regimes totalitários”. O problema estava em que os trabalhadores da União Soviética se achavam envolvidos pela “rede de falsidades totalitárias”. Era preciso lutar para pôr à luz do dia a verdade dos acontecimentos. Tratava-se de um problema internacional de grande importância para a luta da Oposição. Embora a URSS estivesse atravessando um momento muito difícil com os Processos de Moscou, não se poderia perder de vista a necessidade de pôr em pé um movimento de defesa das conquistas da Revolução de Outubro. Trotsky toma todo cuidado para evitar a confusão entre a investida totalitária contra os antigos dirigentes bolcheviques e, em particular, a Oposição de Esquerda, com conclusões apressadas sobre o regime econômico. Assim, ataca frontalmente o totalitarismo burocrático, ao mesmo tempo que reconhece a necessidade imperiosa de defender as conquistas da revolução. Eis: “As bases econômicas da URSS conservam seu caráter progressista. As massas trabalhadoras e os amigos do progresso do mundo inteiro devem defender essas bases por todos os meios possíveis. Mas, o perigo que diretamente mais ameaça essas bases está na condução desmoralizada e desmoralizante da burocracia estalinista”. Nesse momento, Trotsky trabalhava por constituir uma comissão internacional de investigação para revelar as farsas dos Processos de Moscou. Faz um chamado: “O melhor meio para sair das piores situações é a verdade! Por isso, as organizações operárias, os grupos sociais progressistas, os cidadãos honrados devem apoiar a iniciativa de criar uma comissão investigadora internacional”. Observa-se que a luta contra a perseguição e repressão política da camarilha estalinista aos seus opositores não se fechava em si mesma. Dirigia-se à defesa das conquistas da revolução socialista de 1917.

“Sobre a defesa da URSS” é uma carta endereçada à seção francesa e ao Secretariado Internacional. Dizia respeito à organização do movimento pela Comissão Investigadora. Há um tom crítico à morosidade dos franceses que, na avaliação de Trotsky, poderiam “apresentar testemunhos e também certos documentos a respeito”. Ajudaria muito neste objetivo demonstrar o empenho de Trotsky em defender a URSS contra seus inimigos. Recomenda: “O problema de minha atitude diante da defesa da URSS e diante do fascismo alemão e seus partidários franceses reveste de grande importância para a investigação”. Ninguém melhor que o Secretariado Internacional e a seção francesa para apresentar documentos e testemunhos nesse sentido.

A entrevista “Respostas ao diário judeu Forward” foi motivada pela nova Constituição montada pela burocracia estalinista. O entrevistador queria saber se modificaria alguma coisa em favor de “maiores liberdades às classes trabalhadoras e à população em seu conjunto”. Explicação de Trotsky: “Em geral, as Constituições não modificam o regime. Limitam-se a expressar no papel a relação de forças existente. Na URSS, durante os últimos dez anos, a

relação de forças mudou definitivamente em favor da burocracia privilegiada e em detrimento das classes trabalhadoras. A Constituição santifica essa nova relação de forças. Consolida oficialmente o poder nas mãos da burocracia, mencionada na Constituição sob o pseudônimo de ‘Partido Comunista’. Sob a nova Constituição, mais que a velha, qualquer um que ataque os direitos e privilégios da burocracia será declarado trotskista e colocado fora da lei”. Dessa primeira questão, decorre a segunda. Pergunta o entrevistador: “Que tipo de regime político existe agora na Rússia? É capitalismo de Estado ou ditadura?”. Resposta: “Em meu livro A Revolução Traída procurei demonstrar que o termo ‘capitalismo de Estado’ não é científico, nem justo. Isso por que ainda se mantém as formas de propriedade criadas pela Revolução de Outubro. Sobre essa base – e com a presença de condições internas e internacionais favoráveis – se pode desenvolver o socialismo. No entanto, o crescimento da burocracia transtorna e debilita as novas formas de propriedade na medida em que a burocracia dispõe mais e mais arbitrariamente das forças produtivas do país e absorve uma parte crescente da arrecadação nacional. O regime econômico da URSS possui um caráter transitório, isto é, representa um estágio entre o capitalismo e o socialismo, mais próximo àquele que a este. No entanto, o parasitismo da burocracia desfigura o regime de transição. Do ponto de vista político, o regime é um equivalente histórico do bonapartismo. O desenvolvimento posterior da autocracia burocrática ameaça socavar as formas de propriedade criadas pela Revolução de Outubro e lançar o país ao passado. Por isso, o avanço da URSS para o socialismo exige, como primeira condição, a derrubada da burocracia bonapartista”. Então, o entrevistador indaga: “É de esperar que no futuro próximo se produza uma revolução na Rússia contra o regime imperante?”. Resposta de Trotsky: “Não haverá possibilidade de uma revolução contra a burocracia soviética enquanto o proletariado europeu tenha dado os primeiros golpes sérios ao fascismo e à reação capitalista e geral. É possível que o regime de Stalin se mantenha em pé enquanto suceda o mesmo com os regimes de Mussolini e Hitler”.

Essas formulações são feitas no momento em que a movimentação para a Segunda Guerra Mundial avançava. O trabalho pela construção da IV Internacional caminhava com dificuldade e lentamente em referência à profundidade da crise mundial. A ditadura estalinista golpeava a Oposição tanto de direita quanto de esquerda por meio dos Processos de Moscou. Trotsky se achava confinado no México. Tinha clareza, como se pode reconhecer nas formulações acima, de que o problema fundamental se concentrava na crise de direção. O curso dos acontecimentos indicava o avanço da degeneração do Estado operário e daí se vislumbrava os perigos da restauração. Havia, no entanto, que analisar concretamente a marcha dos acontecimentos e combater o subjetivismo que levava ao erro de desconsiderar que a burocracia estalinista ainda estava obrigada a conservar as novas relações de propriedade originadas da expropriação da burguesia e da consequente nacionalização dos meios de produção.

(Extraído da obra *Escritos, Leon Trotsky, Tomo VIII, vo. 2, 1936-1937, Editorial Pluma*)